

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

**A “ROTA DOS TROPEIROS” – PROJETO TURÍSTICO NA REGIÃO DOS
CAMPOS GERAIS: UM OLHAR ANTROPOLÓGICO**

MOARA ZUCCHERELLI

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Antropologia Social. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Paraná.

Orientador(a): Prof. Dra. Sandra Jaqueline Stoll

CURITIBA

2008

MOARA ZUCCHERELLI

**A “ROTA DOS TROPEIROS”- PROJETO TURÍSTICO NA REGIÃO DOS
CAMPOS GERAIS: UM OLHAR ANTROPOLÓGICO**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Antropologia Social. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Paraná.

Orientador(a): Prof. Dra. Sandra Jaqueline Stoll

CURITIBA

2008

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais por me ensinarem que dedicação e perseverança são alguns dos caminhos para vencer os desafios e realizar sonhos. Ao meu marido e filhos, minhas fontes de inspiração, que pacientemente caminharam ao meu lado nesta jornada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço o apoio dos professores e pesquisadores do PPGAS - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Paraná - por terem proporcionado, durante o curso, excelentes oportunidades de reflexão e discussão; à CAPES que, ao conceder a bolsa-auxílio, tornou este trabalho possível e a Sandra Jaqueline Stoll que orientou este trabalho com muita dedicação e paciência.

SUMÁRIO

ÍNDICE DE FIGURAS	06
RESUMO	07
ABSTRACT	08
INTRODUÇÃO	10
1. “TROPEIRISMO”: DE PATRIMÔNIO A “PROJETO TURÍSTICO”	23
1.1. O TURISMO COMO POLÍTICA PÚBLICA	23
1.2. A “ROTA DOS TROPEIROS”: UM PROJETO DE PARCEIRA PÚBLICA/ PRIVADA	28
1.3. DISCURSOS SOBRE O “TROPEIRISMO”: PATRIMÔNIO, MÍDIA E POLÍTICAS DE TURISMO	39
2. O “TROPEIRISMO” REVISITADO: VERSÕES CONTEMPORÂNEAS	49
2.1. GUIAS TURÍSTICOS	51
2.2. AGÊNCIAS DE TURISMO	58
2.3. PROGRAMA DO GLOBO RURAL	62
2.4. LIVRO “AVENTURA NO CAMINHO DOS TROPEIROS”	66
2.5. LIVRO “A LAPA E O TROPEIRISMO”	69
3. “TROPEIRISMO”: ENTRE O TRABALHO E O LAZER	74
3.1. ESTALAGEM FAZENDA ROSEIRA	75
3.2. POUSADA CAINÃ	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	109

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1 - Mapa da região “cortada” pelos caminhos	13
FIGURA 2 - Localização das fazendas dos Campos Gerais	15
FIGURA 3 – Paisagem “característica” dos Campos Gerais	75
FIGURA 4 – Fachada da casa-sede da Fazenda Roseira, Lapa	76
FIGURA 5 – Interior da casa-sede da Fazenda Roseira, Lapa	77
FIGURA 6 – Vista externa, Pousada Cainã, São Luiz do Purunã	87
FIGURA 7 – Vista externa, Pousada Cainã, São Luiz do Purunã	88
FIGURA 8 – Fogo de chão, Pousada Cainã, São Luiz do Purunã	92

RESUMO

A “Rota dos Tropeiros” é um projeto turístico, lançado em 2002, para a região dos Campos Gerais, no Paraná. Consiste num roteiro que “corta” o estado de norte a sul, envolvendo 16 municípios paranaenses. Tem, como principal objetivo, o “desenvolvimento econômico da região”.

Esse projeto se “apropria” de um fato histórico – o Tropeirismo - tido como de importância para a região. Na sua implantação e desenvolvimento, o projeto reuniu, de um lado, agentes institucionais públicos e privados – chamados “parceiros” – e, de outro lado, os “empreendedores” – agentes sociais cujos “negócios”, bens ou práticas culturais fazem parte do trajeto, o que os torna os “principais alvos” deste projeto.

Esta pesquisa pretende apreender, através da identificação e interpretação das diferentes narrativas construídas, como se articulam alguns dos agentes envolvidos no processo, suas alianças, tensões e conflitos. Também é seu objetivo apresentar as diferentes representações afloradas nesse contexto sobre a figura do “tropeiro” e/ou o Tropeirismo como estilo de vida.

Palavras-chave: Rota dos Tropeiros, Patrimônio, Turismo.

Áreas de conhecimento: Antropologia Social, Patrimônio Histórico, Turismo.

ABSTRACT

“Tropeiros Route” is a touristic project proposed to the region called Campos Gerais in the state of Paraná. The project established a touristic “route”, which includes 16 counties, that “crosses” the state from north to south. Its main purpose is the “economic development of that region”.

Based in a historical event - the “Tropeirismo” – considered very important to the development of the region, the project assembles, in one hand, public agents – called “partners” – and the entrepreneurs - social agents whose business, goods and social practices are included in the route and therefore become the main target of the project - in the other hand.

This research intends to perceive, through the identification and interpretation of the different speeches emerged, the articulation – association, disagreements, etc. - between some of the agents who take part in the process. This study also intends to present, in this context, the different images built throughout the figure of the “tropeiro” and/or the “Tropeirismo” as a way of life.

Key words: “Tropeiros” Route, Heritage, Tourism.

Knowledge areas: Social Anthropology, Cultural Heritage, Tourism.

O tropeiro

Toca, berrante, toca
Óia que a tropa chegou
Toca, berrante, toca
Que o Brasil aqui entrou
O tropeiro meu irmão
Pelas terras do Brasil
Vai, vai, vai, vai
Não tem tempo pra pensar
No amor que ele deixou
Vai, vai, vai, vai
Ai morena d'olhos grandes
Não se esqueça de mim, não
Ai, mineira, gauchita
Pra você volto logo
Trago já meu coração
Segue lá meu companheiro
Seu destino é o sertão
Vai, vai, vai, vai
Anda logo, meu tropeiro
Seu destino é a solidão
Toca, berrante, toca
Óia que a tropa chegou
Toca, berrante, toca
Que o Brasil aqui entrou
O tropeiro meu irmão...
Descansa, tropeiro amigo
Seu amor longe está
Descansa, tropeiro amigo
Que o dia vai raiar
Descansa, tropeiro amigo
Trabalho não vai faltar!¹

¹ Este trecho faz parte da “Sinfonia Tropeira” (música de autoria de Pedro Cameron e letra de Carlos C. Costa), desenvolvida em três movimentos: “O Tropeiro”, “A Feira” e “O Silêncio do Tropeiro”. Criada para orquestra, coral, narração e representação cênica, a Sinfonia foi executada em 2004, em comemoração ao 350º aniversário da cidade de Sorocaba e, em 2005, marcando o início da Semana do Tropeiro.

(fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Sinfonia_Tropeira, com acesso no dia 20 de fevereiro de 2007, às 14:30 horas).

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa teve origem numa experiência de trabalho, na área de arquitetura, desenvolvida por ocasião de minha atuação como funcionária da Secretaria de Estado da Cultura do Paraná. Em 1985, celebrou-se um “Protocolo de Intenções” entre o Ministério da Cultura, através da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN/Pró-Memória - e organismos oficiais encarregados da preservação do patrimônio de quatro estados do Sul/Sudeste do Brasil: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo. O objetivo principal era o desenvolvimento de uma ação conjunta para “identificar, preservar e revitalizar o patrimônio cultural dos Caminhos das Tropas”:

“As atividades ligadas à pecuária e ao tropeirismo, desenvolvidas a partir da primeira metade do século XVIII, ao longo dos chamados “Caminhos das Tropas”, marcaram profundamente a história da região, atravessada por esses roteiros, determinaram a particular ocupação do espaço, induziram o surgimento de assentamentos urbanos e núcleos agro-pastoris, influenciaram o modo de vida, os costumes e as tradições da população aí estabelecidas. Algumas marcas de todo esse processo são ainda visíveis: muitas delas porém estão desaparecendo, com prejuízo para o conhecimento e a preservação de importante segmento da história de uma das formas de ocupação e povoamento do Brasil Meridional”. (POLINARI, 1989:11)

A iniciativa de reunir quatro estados, em um trabalho conjunto, era inédita. Definiu-se que as entidades comprometidas com o projeto desenvolveriam pesquisa sobre o tema com seus próprios recursos técnicos, financeiros e de pessoal. Desta forma, a pesquisa se diversificou: os técnicos paulistas focaram mais os aspectos históricos, através da análise de documentos escritos; em Santa Catarina a pesquisa privilegiou aspectos relativos à influência dos imigrantes no estado e, no Rio Grande do Sul, o foco se deu na figura do gaúcho.

Esta dissertação se concentra em alguns dos desdobramentos deste trabalho no Paraná.

Em 1986, a Coordenadoria do Patrimônio Cultural da Secretaria de Estado da Cultura, através da Curadoria do Patrimônio Histórico e Artístico, elaborou um plano de trabalho que pretendia resgatar elementos, materiais e imateriais do patrimônio cultural paranaense, relativos ao “Tropeirismo”.

Dada a abrangência do tema, foram delimitados cinco módulos de pesquisa:

1. “Arquitetura de Fazendas dos Campos Gerais”, projeto que envolvia a análise de exemplares de fazendas da região, ainda existentes, localizadas ao longo do antigo Caminho das Tropas.

2. “Memória e Cotidiano”, pretendia buscar, nas formas do viver cotidiano, elementos culturais que, mesmo transformados, indicassem alguma relação com hábitos e costumes próprios ao “Tropeirismo”.

3. “Evolução Urbana”, módulo que pretendia realizar a análise da evolução da ocupação urbana das cidades paranaenses, formadas ou impulsionadas pelo “Tropeirismo”.

4. “Posturas Municipais” buscava, através da análise da legislação que disciplinava e organizava a configuração espacial das cidades no século XIX, desvendar que modelo de cidade era então vigente.

5. “Depoimentos” pretendia, através de entrevistas, resgatar a história de vida e a memória de pessoas que tiveram envolvimento com o “Tropeirismo”.

Estes cinco módulos foram desenvolvidos por técnicos de diferentes áreas do conhecimento – arquitetos, historiadores e antropólogos – pertencentes ao quadro de funcionários daquela Coordenadoria². Cada módulo, através de seus resultados parciais, integraria, numa etapa posterior, o universo da pesquisa.

Como arquiteta contratada pela Curadoria do Patrimônio Histórico e Artístico, fiquei responsável - juntamente com uma estagiária, estudante de arquitetura - pelo desenvolvimento do módulo “Arquitetura de Fazendas dos Campos Gerais”. Iniciava-se aí o meu primeiro contato com o tema “Tropeirismo” - ao qual se associa o processo de ocupação dos Campos Gerais, região caracterizada pela atividade agropastoril, da qual as sedes das fazendas constituem marco evidente. A tarefa que me foi atribuída à época era

² Foram solicitados, também, o apoio e a participação dos órgãos de cultura dos municípios abrangidos pela área de influência dos Caminhos das Tropas, no Estado do Paraná.

identificar e analisar alguns exemplares remanescentes de casas-sede de fazendas construídas no período compreendido entre o início do século XIX e o início do século XX, existentes ao longo de uma das antigas rotas usadas pelos tropeiros.

Esta rota “cortava” a região dos Campos Gerais e era compreendida pelo trecho entre Rio Negro, município situado no extremo sul do Estado (divisa com o Estado de Santa Catarina) e Sengés, município mais ao norte do Estado (divisa com o Estado de São Paulo), conforme ilustra o mapa abaixo:

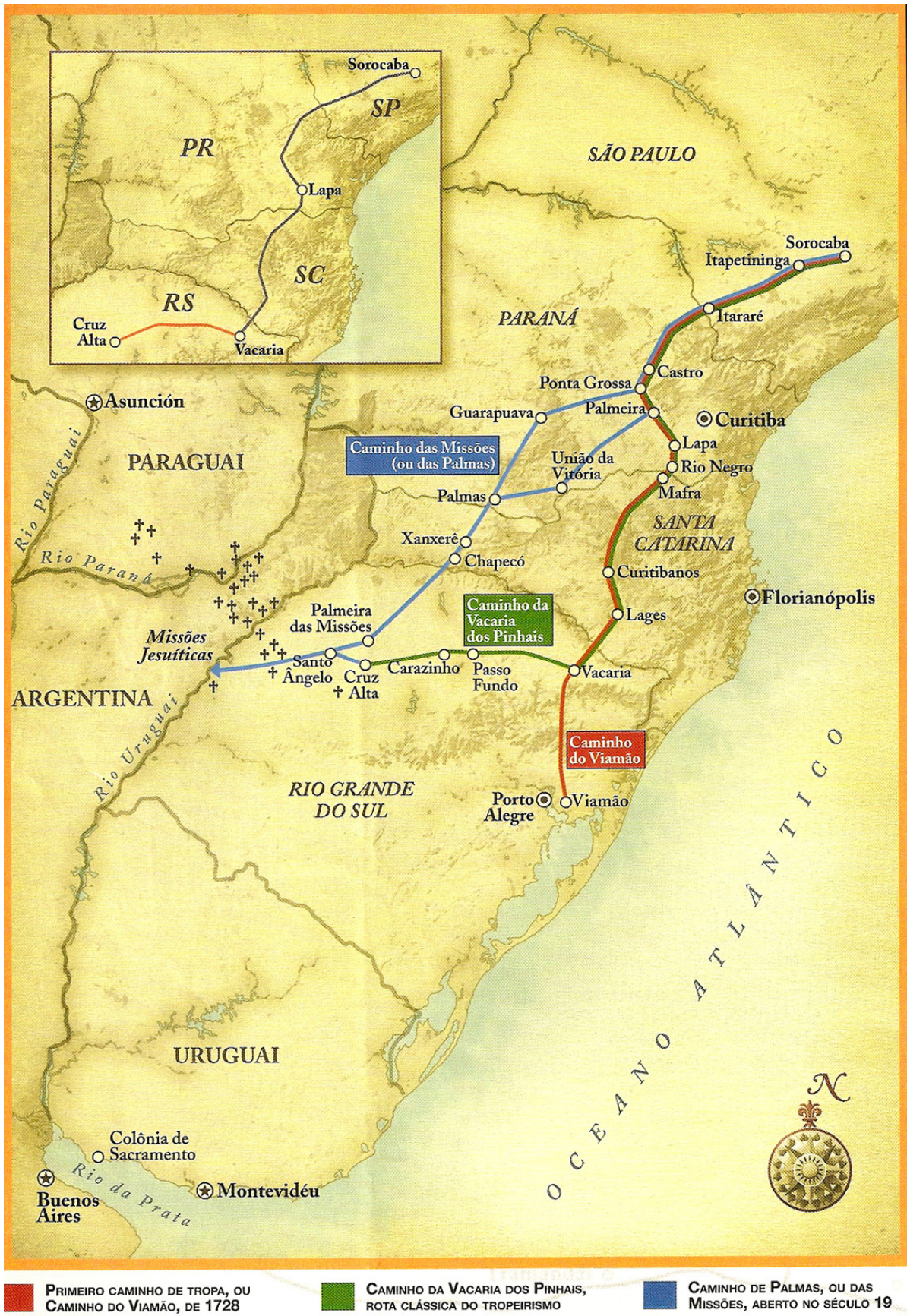


FIGURA 1 – Mapa da região “cortada” pelos caminhos (2007)
 (fonte: Revista Globo Rural, Edição Especial, fascículo 1:1)

Com duração de aproximadamente um ano, aquela pesquisa foi dividida em cinco etapas:

1. Identificação dos exemplares arquitetônicos - etapa realizada através de referências bibliográficas e por intermédio de informantes locais. Não se optou por realizar um levantamento exaustivo de todas as fazendas existentes na região, mas sim, trabalhar com um conjunto que oferecesse elementos suficientes para uma leitura das soluções arquitetônicas da época;

2. Localização das fazendas e realização de visita preliminar;

3. Realização de levantamento arquitetônico e fotográfico das fazendas selecionadas. O levantamento arquitetônico compreendia: identificação da implantação da moradia no terreno, planta básica e programa da edificação, relação da casa-sede com o conjunto das demais construções que formavam as fazendas enquanto unidades de produção e moradia, inventário dos materiais de construção e de acabamento, descrição das técnicas e dos sistemas construtivos utilizados na construção dos edifícios. Completariam estas informações as anotações de campo, especialmente, no que se referia ao acesso às tais fazendas, à paisagem do entorno das edificações e ao estado de conservação das construções;

4. Compilação dos dados recolhidos e elaboração de material gráfico (plantas baixas, mapas, detalhes, etc.);

5. Análise do material e produção de texto para compor um volume dos “Cadernos do Patrimônio”, publicação da Secretaria de Cultura.

O desenho abaixo³, elaborado durante a pesquisa em 1986, apresenta as fazendas visitadas e analisadas, bem como suas localizações.

³ O mapa, as fotos e as informações levantadas são parte integrante de material existente na Secretaria de Estado da Cultura, Coordenadoria do Patrimônio Cultural.

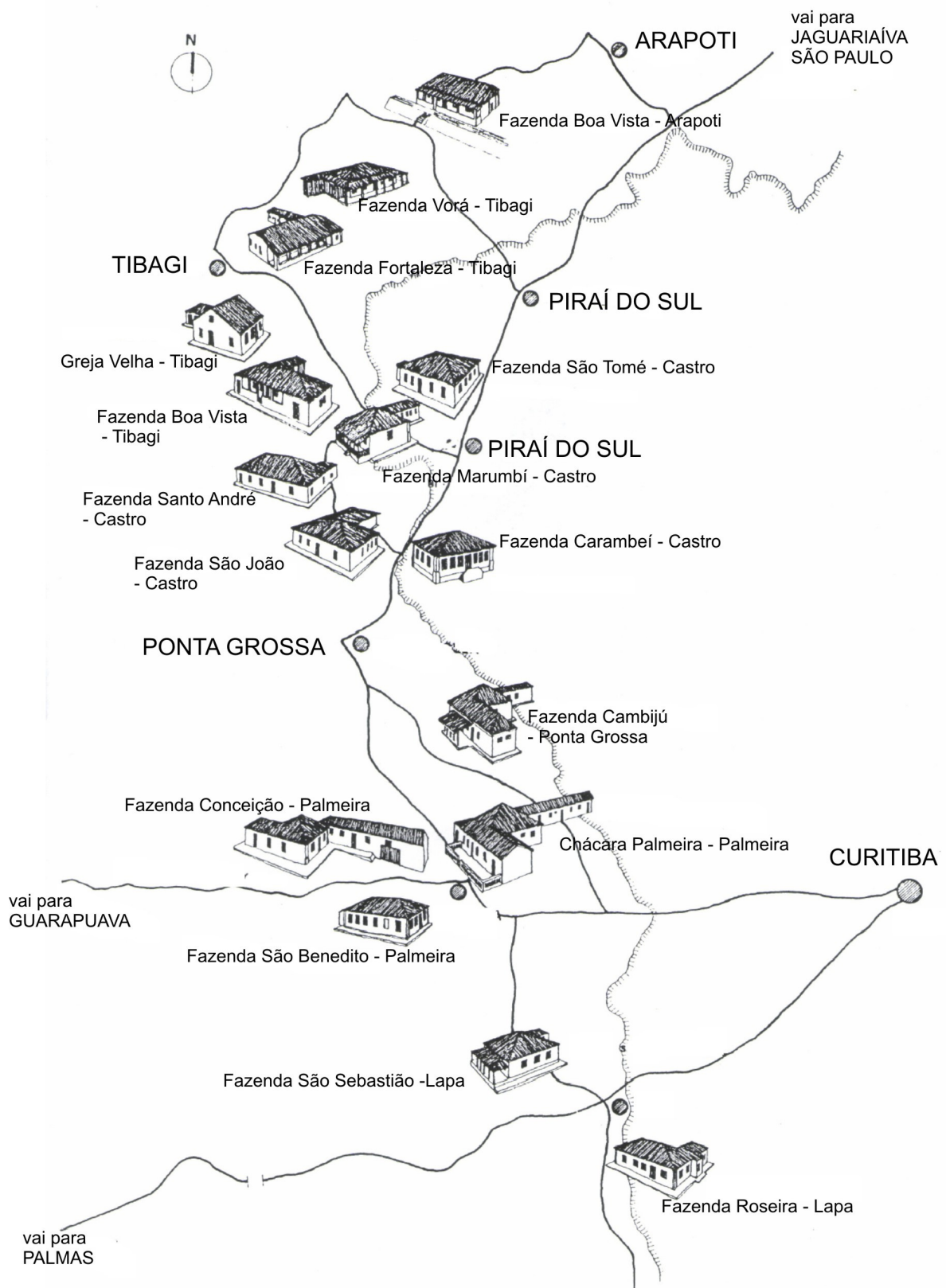


FIGURA 2 - Localização das fazendas dos Campos Gerais (1986)
(acervo do pesquisador)

Embora o “Tropeirismo” seja considerado um fato importante para a formação da região sul do país, o tema tem sido pouco pesquisado, sendo relativamente antigos os trabalhos de historiadores sobre o tema. Um deles, bastante conhecido, de Brasil Pinheiro Machado, data dos anos 60. Neste se enfatiza os aspectos sociais e econômicos do “Tropeirismo”⁴.

Nos últimos anos, um interesse renovado pelo tema tem sido observado por parte de diferentes agentes sociais, inclusive historiadores. Entre estes últimos, entretanto, não se observa inovação de abordagem – a exemplo dos trabalhos de Trindade (1992) e Suprinyak & Marcondes (2007). Já o IPHAN, sob a vigência da política contemporânea de registro de memória material e imaterial, tem deslocado a questão da reconstituição histórica do fenômeno do “Tropeirismo” para a discussão de sua significação como “memória” social⁵. Esta iniciativa, que exploraremos mais adiante, apresenta algumas preocupações semelhantes àquelas que orientaram a pesquisa de campo por mim realizada, em 1986, sobre o tema.

Um dos módulos da pesquisa daquela época - “Depoimentos” - foi publicado na Série “Pesquisa” dos Cadernos do Patrimônio. Com o título “Tropeirismo, um modo de vida”, o livro apresenta a história de vida de ex-tropeiros, ainda vivos, em 1986. Infelizmente, o módulo “Arquitetura de Fazendas dos Campos Gerais”, apesar de finalizado e revisado por três vezes consecutivas, nunca foi publicado⁶. Deste módulo, em particular, resultou um valioso inventário das casas de fazenda remanescentes e um registro gráfico inédito daquelas construções. Contudo, se consideramos que a arquitetura cria e organiza espaços e expressa relações sociais, não se pode considerá-la como uma coisa autônoma, com o fim em si mesma. A arquitetura é uma prática tecnológica que promove intermediação entre a natureza e o homem; é uma prática social inscrita temporal e espacialmente, ou seja, historicamente. Como agenciadora dos espaços de moradia, submete-se às condições sociais

⁴ “Formação da estrutura agrária tradicional dos Campos Gerais”, publicado no Boletim da Universidade do Paraná, n. 3, 1963.

⁵ Um dos “produtos” dessa política consiste na publicação, em 2006, do livro “A Lapa e o tropeirismo”, de Márcia Scholz de Andrade.

⁶ O motivo apresentado, então, era o de que, por se tratar de um volume extenso e repleto de ilustrações, tornava-se demasiado caro para a verba direcionada à publicações da Secretaria de Estado da Cultura.

do momento histórico vivido, inscrevendo, nas soluções arquitetônicas, um modo de vida específico.

Logo, se a arquitetura das residências daqueles fazendeiros dos Campos Gerais, vinculados à atividade do “Tropeirismo”, pode nos apresentar um retrato do seu tempo, podemos dizer que o trabalho de pesquisa realizado naquela ocasião falhou etnograficamente. Obtivemos o registro dos materiais de construção e do sistema construtivo utilizados para a construção daquelas moradias, mas não buscamos a relação entre a habitação e o contexto social.

Roberto da Matta, em seu livro “A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil” (1997), ao discutir a relação entre o espaço público e o privado e as respectivas diferenças na apropriação de tais espaços, expressa seu reconhecimento ao precursor dos estudos que, no Brasil, tomam as moradias como referencial para a compreensão da organização social que as inscrevem:

“Não é, pois, ao acaso que a obra mais marcante de toda a sociologia brasileira seja precisamente aquela que tenha tomado como foco analítico a casa como um espaço complexo e dinâmico. Espaço que é a metáfora mais completa da própria sociedade brasileira, já que nele se encontra a mesma heterogeneidade social e política, religiosa e econômica que marca o espaço exterior: da rua e da sociedade em geral. Ou seja, quando Gilberto Freyre escreveu Casa Grande & Senzala e Sobrados e Mocambos, ele estava certamente estudando os espaços mais significativos da nossa estrutura social, espaços que, de certo modo reproduziam em suas divisões internas a própria sociedade em seus múltiplos códigos e perspectivas.” (DA MATTA, 1987:10)

Analisadas de forma mais restrita – como um modo de ordenação espacial⁷, expressão de certo estilo de vida – as casas de fazenda dos Campos Gerais do Paraná poderiam ser objeto de análise a partir de um novo olhar. Isto é, poder-se-ia elaborar uma crítica do fazer arquitetônico a partir do “olhar” da antropologia.

Esta perspectiva nos instigou rever aquela pesquisa. Também estimulou o meu interesse pelo tema o fato de nos últimos anos assistir-se à proliferação de “manifestações” relacionadas ao “Tropeirismo”. Dentre elas, chama atenção a invenção de uma data comemorativa aos tropeiros: no município de Silveiras, Estado de São Paulo, o dia 31 de agosto é considerado o “Dia Nacional dos

⁷ Lúcio Costa define arquitetura como “construção concebida com a intenção de ordenar plasticamente o espaço em função de uma determinada época, de um determinado meio, de uma determinada técnica e de um determinado programa”. (SOUZA, 1978:46)

Tropeiros”. No Paraná, ficou instituída (pela Lei n° 14356, de 2004) a primeira semana do mês de outubro como sendo a “Semana do Tropeiro” e, o dia 05 de outubro, o “Dia do Tropeiro”⁸. No Estado de Santa Catarina, a comemoração se dá no dia 26 de abril (Lei n° 13.890, de 2006).

Além disso, em vários municípios surgiram estabelecimentos com a temática dos “tropeiros”, a exemplo de restaurantes que servem “pratos típicos tropeiros”, como é o caso do Centro de Tradições Tropeiras, em Lorena, no Vale do Paraíba, Estado de São Paulo; o Restaurante Lipski, na Lapa, Estado do Paraná. Há também pousadas e hotéis-fazendas localizados no “caminho das tropas”, na região dos Campos Gerais, Paraná, que fazem da oferta de “comida tropeira” uma forma de atrair turistas.

Museus⁹ ou casas de cultura também se destacam na salvaguarda da memória do “Tropeirismo”, como o Museu do Tropeiro, inaugurado em 2003, em Itabira, município localizado no percurso da Estrada Real, em Minas Gerais. Outros apresentam setores específicos relacionados ao tema, em museus já existentes, como é o caso da Casa Vermelha, na Lapa, Paraná.

Há ainda os “Clube dos Tropeiros” – de Rio Negro e da Lapa, no Paraná, e os de São Francisco Xavier e Silveiras, no Estado de São Paulo – que têm, por objetivo, “pesquisar o ciclo do Tropeirismo e a sua influência na formação da cultura brasileira”, “resgatar a história dos tropeiros”¹⁰, além de promover atividades relativas ao tema.

Nos últimos anos também começaram a proliferar publicações e reportagens jornalísticas sobre o tema. Uma das iniciativas recentes foi realizada pela TV Globo (em 2006), mais especificamente pelo programa Globo Rural. Uma grande produção – envolvendo muitos participantes, entre funcionários e convidados –, resultou numa variedade de produtos, dentre os quais: uma série de televisão – apresentada em programas semanais no segundo semestre de 2006 –, matérias veiculadas em jornais e revistas e a

⁸ No município da Lapa, o “Dia do Tropeiro” já havia sido instituído, através da Lei Municipal n° 353 de 1966, sendo festejado no dia 26 de abril.

⁹ O Museu do Tropeiro, em Castro, considerado o “mais importante do gênero no país, contando com um acervo de mais de mil peças, documentos e objetos históricos que retratam a vida do tropeiro” (fonte: www.castro.pr.gov.br, website oficial da Prefeitura de Castro), já havia sido criado em 1977.

¹⁰ Fonte: <http://www.explorevale.com.br/cidades/silveiras/turismo.htm>.

produção de “fascículos especiais” da revista Globo Rural (acompanhados por DVDs).

Por fim, a criação da “Rota dos Tropeiros”, projeto turístico lançado em 2002, na região dos Campos Gerais, no Paraná, motivou-nos ao desenvolvimento de uma pesquisa sobre o tema.

Apresentado como “um destino turístico que reúne 16 municípios paranaenses, ligando os estados de Santa Catarina e São Paulo, através de 21 rodovias federais ou estaduais, além de caminhos rurais que passam por fazendas, cânions, montanhas, rios e fantásticas cidades”¹¹, o projeto “Rota dos Tropeiros” resulta da associação entre a Secretaria Estadual de Turismo (SETU), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e a Associação dos Municípios dos Campos Gerais (AMCG).

O seu estudo permite apreender como vêm sendo promovidas mudanças políticas nas práticas de patrimônio, seja no que se refere à forma de produção da política institucional - associação entre órgãos públicos e empresas privadas -, seja quanto à transformação de certos bens culturais, da condição de “bens históricos”, em bens de consumo turístico e/ou cultural (a exemplo das casas de fazenda, objeto da pesquisa anterior, que adquirem novos significados na medida em que, juntamente com outros equipamentos e/ou práticas sociais, se transformam em “atrações” de um projeto turístico).

Esta pesquisa toma esse referencial empírico – o projeto turístico “Rota dos Tropeiros” – para investigar a significação atribuída pelos diferentes agentes sociais envolvidos neste projeto aos bens materiais e imateriais associados ao “Tropeirismo”. Para tanto, fez-se necessário conhecer e interpretar as diferentes narrativas – e as correlativas ações – construídas, de um lado, pelos agentes de políticas públicas (agências de patrimônio e turismo) e, de outro, pelos “empreendedores”, cujos “negócios”, bens e práticas culturais fazem parte do trajeto. Também é de interesse dessa pesquisa apresentar as diferentes representações afloradas nesse contexto sobre a figura do “tropeiro” e/ou o “Tropeirismo” como estilo de vida, retomando com esse fim a discussão sobre “modernidade” e “tradição”.

¹¹ Caderno “Plano de Marketing” (parte integrante do projeto original de abril de 2003) do projeto Rota dos Tropeiros, pág.12.

Apropriando-nos de termos utilizados pelo antropólogo José Guilherme Cantor Magnani, em seu artigo “A rua quinze, de praça a praça: um olhar antropológico”¹², podemos dizer que se pretende apreender quais são os valores associados ao “Tropeirismo” – as *regras*, o *script* – difundidos no projeto turístico “Rota dos Tropeiros” – o *cenário* – pelos diferentes *atores* sociais envolvidos – agências públicas e empreendedores privados.

Com a finalidade de atingir esse objetivo, iniciamos a pesquisa de campo buscando contatos, através de entrevistas formais e informais, com os responsáveis pela criação, elaboração e formatação do projeto turístico: Eduardo Zardo, turismólogo, sócio-gerente da Consultur e Carlos Solera, na época sócio da Protur Purunã, ambas empresas de consultoria em turismo.

Em seguida fizemos contato com os chamados “parceiros” do projeto, ou seja, os responsáveis pela implantação, manutenção, implementação e desenvolvimento do mesmo: funcionários do SEBRAE, da Secretaria de Estado do Turismo do Paraná e da Associação dos Municípios dos Campos Gerais.

Junto a estes informantes, obtivemos dados relativos ao “histórico” do projeto e seu andamento. Dentre outras várias questões, foram levantadas: como o tema “Tropeirismo” é pensado enquanto “produto turístico”? Quem são, efetivamente, os responsáveis pela iniciativa? Como se deu a elaboração do projeto? Como foram selecionadas as principais agências envolvidas na sua implantação? Quais são os objetivos principais? Como cada órgão parceiro está envolvido? Como está se desenvolvendo a implantação do projeto? De que forma os municípios estão envolvidos?

Além das entrevistas com informantes de diferentes órgãos públicos e instituições privadas ligadas ao projeto, foram analisados documentos gerados por estes, tais como: ofícios trocados entre os órgãos estaduais e as empresas de turismo responsáveis pela formatação do projeto; cópias de e-mails trocados entre os diversos participantes; relatórios preliminares e finais dos diferentes levantamentos realizados nos municípios para a elaboração do projeto turístico; atas de reuniões realizadas nos municípios integrantes da Rota; relatórios de prestações de contas com gastos de material promocional de lançamento e

¹² Texto que toma por base os trabalhos de conclusão de disciplina ministrada pelo antropólogo Dr. José Guilherme Cantor Magnani, no curso de Pós-graduação lato-sensu “Levantamento de Informações para Planejamento Urbano”, promovido pelo Departamento de Arquitetura e Urbanismo da PUC-PR, em 1991.

divulgação do projeto; montagem de *website*; contratação de projeto arquitetônico para a criação de um “pórtico de identificação” (tótem da Rota, a ser instalado na entrada principal das cidades envolvidas), entre outros. Tomou-se conhecimento dos diferentes produtos impressos (produzidos pelo SEBRAE), como: mapas em diferentes formatos; “cartilhas” - com a divulgação das principais atrações turísticas, informações sobre hotéis, pousadas, restaurantes e locais de visitação - e catálogo de artesanato regional.

Quanto aos “empreendedores”, dentre os diferentes tipos de negócios existentes nos municípios inseridos no projeto turístico da “Rota”, priorizamos a pesquisa com dois proprietários de pousadas e/ou hotéis-fazenda, ambos ativos participantes da fase inicial de elabora o do projeto turístico. Além de entrevist -los procuramos vivenciar o seu dia-a-dia na lida com a administra o das pousadas por meio da pesquisa de campo. Os dois estabelecimentos selecionados estavam em funcionamento muito antes do lançamento do projeto e interessava-nos apreender como haviam sido incorporados ao projeto e como se percebiam participando dele. Para fins de complementa o de dados, quando possível, realizamos entrevistas também com os hóspedes dos hotéis-fazenda.

Um destes empreendimentos – a Estalagem Fazenda Roseira – está localizada no município da Lapa (Paraná) e funciona numa das mais antigas e preservadas fazendas que a pesquisa de 1986 mapeou. A fazenda – terreno e casa –   propriedade da mesma família desde 1938. Produtiva, tem o leite como seu principal produto. A organiza o da pousada, de acordo com informa o da proprietária,   a “realiza o de um sonho antigo” e, como “negócio”, proporciona renda complementar   obtida pela produ o da fazenda. Realizamos duas viagens ao local, ambas em dias de semana, durante os meses de novembro e dezembro de 2006.

O outro hotel-fazenda pesquisado – a Pousada Cainã – localiza-se próximo de Curitiba (48 km do centro da cidade) e foi o primeiro empreendimento deste tipo criado na região dos Campos Gerais. Em funcionamento há vários anos,   bastante conhecido e recebe muitos hóspedes. De acordo com informa o do proprietário, as terras foram adquiridas para a constru o de uma “casa de campo” mas, devido a mudanças ocorridas na vida da família, acabou por sediar uma pousada. A Pousada Cainã

oferece diversos tipos de atividades de recreação e lazer e tem como foco principal o “turista de um dia”. Estivemos nesta pousada por cinco finais de semana, entre os meses de novembro e dezembro de 2006, época em que a freqüência de visitantes é bastante grande, uma vez que o estabelecimento oferece a possibilidade de realização de festas de final de ano para empresas.

Informações complementares foram obtidas em matérias de revistas e de jornais, DVDs, folders, etc. Consultamos ainda documentos elaborados pelo governo federal - em especial os planos de turismo que, de certa forma, “institucionalizaram” este projeto - de forma a mapear a inserção de outros personagens envolvidos com o projeto da “Rota”. A pesquisa utiliza estes documentos como informantes, na medida em que eles contam sobre seus autores, sobre o contexto e as condições que os produziram. (KERSTEN, 2000)

A análise desse material obedece ao seguinte roteiro:

O Capítulo 1 apresenta o projeto turístico “Rota dos Tropeiros”, sua contextualização no cenário das políticas brasileiras recentes, voltadas ao turismo e a forma como estas evocam o tema “Tropeirismo”. Procura-se identificar os objetivos e procedimentos das instituições envolvidas na construção do projeto a partir da perspectiva de seus elaboradores e gestores.

No capítulo 2 são relacionadas e analisadas algumas iniciativas recentes, públicas e privadas, de “retomada” do tema “Tropeirismo” - inclusive, pela mídia – e discute-se o “Tropeirismo” como “tradição inventada”, isto é, memória histórica acionada para fins de construção de uma “identidade” regional e nacional.

O Capítulo 3 apresenta a visão de “empreendedores” – proprietários de pousadas e hotéis-fazenda – inseridos no projeto. Busca-se confrontar a visão destes sobre o “Tropeirismo” com aquela das instituições públicas.

1. “TROPEIRISMO”: DE PATRIMÔNIO A “PROJETO TURÍSTICO”

1.1. O TURISMO COMO POLÍTICA PÚBLICA

“Segundo a Organização Mundial de Turismo, de cada nove empregos gerados no mundo, um está no setor do turismo. Isso é muito positivo e comprova nossos dados que apontam o aumento de 16% na geração de empregos formais, entre 2003 e 2005. Esperamos que, neste ano [*refere-se a 2006*], o turismo gere, no País, 310 mil novos empregos e ocupações, atingindo a meta de 1,2 milhão de empregos até 2007, prevista no Plano Nacional de Turismo (PNT)”. (Walfrido Mares Guia, Ministro de Turismo do Governo Lula, gestão 2002/2006. Entrevista na Revista eletrônica do SEBRAE, www.sebrae.com.br/br/revistasebrae/18/entrevista.asp, edição n° 18, com acesso no dia 01 de dezembro de 2006, às 16:45 horas).

O Ministério de Turismo (MTur), instituído em 1° de janeiro de 2003 – no “governo Lula” -, tem por competência estabelecer a política nacional de desenvolvimento do turismo, compreendendo a “promoção e divulgação do turismo nacional, no país e no exterior; o estímulo às iniciativas públicas e privadas de incentivo às atividades turísticas; e o planejamento, coordenação, supervisão e avaliação dos planos e programas de incentivo ao turismo”¹³.

Até esta data, a EMBRATUR¹⁴ era responsável pela condução da política pública de turismo e vinha desenvolvendo o Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT¹⁵, programa que visava a capacitação de monitores, nos diversos municípios do território nacional e que tinha, por

¹³ Fonte: <http://www.turismo.gov.br/>, Portal Brasileiro de Turismo, com acesso no dia 23 de novembro de 2006, às 14:00 horas.

¹⁴ A EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo -, até 1999, era vinculada ao Ministério do Esporte e Turismo. Com a criação do Ministério do Turismo, em 2003, a EMBRATUR passou a cuidar exclusivamente da promoção do Brasil no exterior. (fonte: <http://institucional.turismo.gov.br/portalmtur/opencms/institucional/estrutura/embratur.html>, com acesso no dia 23 de novembro de 2006, às 14:30 horas).

¹⁵ Criado em março de 1992 e coordenado pela EMBRATUR, o Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT - é “um processo que visa a conscientização, a sensibilização, o estímulo e a capacitação dos monitores municipais, para que despertem e reconheçam a importância e a dimensão do turismo como gerador de emprego e renda, conciliando o crescimento econômico com a preservação e conservação do patrimônio ambiental, histórico e cultural, e tendo, como resultado, a participação e a gestão da comunidade no Plano Municipal de Desenvolvimento do Turismo Sustentável”. (fonte: <http://www.pnmt.sc.senac.br/>, com acesso em 01 de dezembro de 2006, às 17:00 horas).

“missão”, “despertar” a importância da atividade turística como forma de geração de renda. Com objetivos bastante genéricos, o PNMT vinha sendo implantado em diversos municípios brasileiros, há mais de 10 anos.

Todavia a criação do novo Ministério “impõe novos desafios” ao governo federal: cabe-lhe conceber um “novo modelo de gestão pública, descentralizada e participativa, de modo a gerar divisas para o país, criar empregos, contribuir para a redução das desigualdades regionais e possibilitar a inclusão dos mais variados agentes sociais”. Ainda, “almeja promover o desenvolvimento do turismo como agente de transformação, fonte de riqueza econômica e de desenvolvimento social, por meio da qualidade e competitividade dos produtos, da ampliação e melhoria da infra-estrutura turística e da promoção comercial”¹⁶.

Baseado nessas premissas o Ministério do Turismo elaborou e lançou, em abril de 2003, logo após sua criação, o “Plano Nacional de Turismo” – PNT. Seu objetivo é: “estruturar, ampliar, diversificar e qualificar a oferta turística brasileira, promovendo a inserção competitiva do produto turístico no mercado internacional e aumentando o consumo do mesmo no mercado nacional”¹⁷. O Ministério, através deste Plano, pretende alcançar cinco metas, no período de 2003 e 2007, a saber:

“Criar condições para gerar 1.200.000 novos empregos e ocupações; aumentar para 9 milhões o número de turistas estrangeiros no Brasil; gerar 8 bilhões de dólares de divisas; aumentar para 65 milhões a chegada de passageiros nos vôos domésticos; e ampliar a oferta turística brasileira, desenvolvendo no mínimo três produtos de qualidade em cada estado da Federação e Distrito Federal”¹⁸.

Costuma-se apontar como um dos maiores problemas do setor turístico no país, a inexistência de um planejamento integrado seja no que se refere à existência de infra-estrutura para o desenvolvimento do turismo, seja no que diz respeito ao estabelecimento de planos relacionados à atividade, entendendo-a como um processo dinâmico e de construção permanente.

Os documentos do Ministério de Turismo analisados apresentam o desenvolvimento do setor turístico como uma das prioridades do governo atual, uma vez que ele estaria “integrado à macro estratégia do país, cumprindo papel

¹⁶ Fonte: Portal Brasileiro de Turismo, <http://www.turismo.gov.br/> (com acesso no dia 23 de novembro de 2006, às 14:00 horas).

¹⁷ Idem.

¹⁸ Idem.

fundamental no desenvolvimento econômico e na redução das desigualdades sociais”¹⁹. O turismo é hoje qualificado como um dos “fatores decisivos de ampliação de oportunidades e a solução para a utilização sustentável dos recursos naturais e culturais, além de proporcionar um desenvolvimento conseqüente e equilibrado em todo o território nacional”²⁰.

Vejamos a declaração do Sr. Presidente da República, no discurso de lançamento do PNT, em 29 de abril de 2003:

“Muito têm-se falado dos desafios colocados ao novo governo no campo do desenvolvimento econômico e da área social.

A necessidade de criar empregos, gerar divisas para o país, de reduzir as desigualdades regionais e distribuir melhor a renda são questões que devem ser enfrentadas de imediato.

O Brasil indubitavelmente é um lugar único pela sua riqueza natural, cultural, econômica e histórica. Isto faz de nosso país um espaço maravilhoso com inúmeros atrativos turísticos, tendo na diversidade nosso instrumento principal de sua potencialização.

É inegável a nossa vocação para o turismo. Dispomos de todas as condições para cativar nossos visitantes – praias, florestas, montanhas, rios, festivais, culinária diferenciada, parques nacionais, cidades históricas e a tradicional hospitalidade brasileira, assim como, os equipamentos, as empresas, e a qualidade dos serviços já encontrados em muitas regiões do país.

Receber bem é o traço marcante do nosso povo. A mistura de nossas raças gerou uma gente alegre, solidária, onde todos se encontram nas diferenças, num ambiente de convivência pacífica. Somos um país de todos.

(...) A vocação natural do nosso país deve ser transformada em fonte permanente de riqueza, através do turismo.

O turismo, pela natureza de suas atividades e pela dinâmica de crescimento dos últimos dez anos é o segmento da economia que pode atender de forma mais completa e de maneira mais rápida os desafios colocados. Especialmente se for levada em conta a capacidade que o Turismo tem de interferir nas desigualdades regionais, amenizando-as, visto que destinos turísticos importantes no Brasil estão localizados em regiões mais pobres, e, pelas vias do Turismo, passam a ser visitadas por cidadãos que vêm dos centros mais ricos do país e do mundo.

O turismo quando bem planejado, dentro de um modelo adequado, onde as comunidades participam do processo, possibilita a inclusão dos mais variados agentes sociais (...).”

(Mensagem do Senhor Presidente da República, Luís Inácio da Silva, no texto de apresentação do “Plano Nacional do Turismo - Diretrizes, Metas e Programas, 2003 – 2007”. Brasília, 29 de abril de 2003. Fonte: Portal Brasileiro de Turismo - <http://www.turismo.gov.br/>, com acesso no dia 23 de novembro de 2006, às 14:00 horas).

¹⁹ Idem.

²⁰ Idem.

Como diz o Sr. Presidente, “vocação” para o turismo o Brasil tem mas, de acordo com Werner Zotz²¹, “potencial não é produto”, ou seja, “atrativos naturais e simpatia do povo”, por si, não impulsionam o turismo. É preciso um planejamento estratégico.

Com base nas orientações contidas no Plano Nacional de Turismo 2003 - 2007, foi lançado, em abril de 2004 (um ano depois de lançado o PNT), o “Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil”, considerado o “eixo estruturante” do Plano.

O programa é apresentado da seguinte forma:



O Programa de Regionalização do turismo é um modelo de gestão descentralizada, coordenada e integrada, com base nos princípios da flexibilidade, articulação, mobilização, cooperação intersetorial e interinstitucional e na sinergia de decisões.

Regionalizar o turismo é transformar a ação centrada na unidade municipal para uma política pública mobilizadora de planejamento e coordenação para o desenvolvimento turístico local, regional, estadual e nacional, de forma articulada e compartilhada. É, também, esforço coordenado entre municípios, estados e países para ações de negociação, consenso, planejamento e organização social.

Como objetivo, pretendemos ampliar e qualificar o mercado de trabalho; dar qualidade ao produto turístico; diversificar a oferta turística; estruturar os destinos turísticos; ampliar o consumo turístico no mercado nacional; aumentar a inserção competitiva do produto turístico no mercado internacional; ampliar o consumo turístico no mercado nacional e aumentar o tempo de permanência e gasto médio do turista.

(fonte: <http://institucional.turismo.gov.br/regionalizacao/>, com acesso no dia 21 de novembro de 2006, às 18:30 horas).

O objetivo do Programa de Regionalização²² é “organizar, ampliar, diversificar e qualificar a oferta turística”. Como modelo, sugere o

²¹ “Dez equívocos recorrentes do turismo brasileiro”, Revista Turismo & Cia, agosto de 2006. (Disponível em <http://www.letrasbrasileiras.com.br/index.php/turismoecia/artigo/18>, com acesso em 23 outubro de 2006, às 15:30 horas).

²² A metodologia utilizada para a elaboração do Programa foi a de realização de oficinas de planejamento e definição de estratégias, tendo sido realizadas 27 delas, em todo o território nacional. “O documento foi elaborado de forma participativa, dentro de um processo de discussão ampla com as diversas representações do setor. A presença e a participação maciça de dirigentes estaduais de turismo, de entidades governamentais e representantes do setor privado, referenda e legitima as propostas do Plano”.

(fonte: <http://institucional.turismo.gov.br/regionalizacao/>, com acesso no dia 21 de novembro de 2006, às 18:30 horas).

desenvolvimento da atividade turística de forma regionalizada, através da estruturação de roteiros integrados entre municípios. Algumas das vantagens deste procedimento seriam:

“(…) Parceria e gestão descentralizada; desconcentração de renda por meio da regionalização, interiorização e segmentação da atividade turística; diversificação dos mercados, produtos e destinos; inovação na forma e no conteúdo das relações e interações dos arranjos produtivos; adoção de pensamento estratégico, exigindo planejamento, análise, pesquisa e informações consistentes; incremento do turismo interno; e, por fim, o turismo como fator de construção da cidadania e de integração social”.

(fonte: <http://institucional.turismo.gov.br/>, com acesso no dia 18 de fevereiro de 2007, às 14:00 horas).

Para implementar essa política foram acionados o “Conselho Nacional de Turismo, o Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo, os Fóruns Estaduais de Turismo, os Conselhos Municipais de Turismo, os parceiros, as comunidades, o *trade* turístico e a área acadêmica, além de organizações locais”²³. Estes grupos, em conjunto, deveriam mapear as regiões da federação e propor a definição de roteiros. Contudo o *website* do governo afirma que o Programa de Regionalização – Roteiros do Brasil visa, de fato, a institucionalização de práticas já vigentes em alguns estados - como Minas Gerais e São Paulo²⁴ - que vêm promovendo a implantação de roteiros turísticos há algum tempo:

“A maioria dos Estados já vinha trabalhando sob a ótica da regionalização do turismo, cada um do seu jeito e à sua maneira. Basta lançar os olhos sobre os diversos pólos, circuitos, roteiros, caminhos, zonas e regiões turísticas existente no país para perceber isso. O Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil vem fortalecer esse processo, criando Diretrizes para orientar o desenvolvimento do turismo, reforçando ou estabelecendo a integração dos arranjos produtivos locais e regionais, definindo padrões de qualidade dos produtos e serviços turísticos, promovendo a qualificação e a re-qualificação dos profissionais e prestadores de serviços turísticos, onde se fizer necessário.” (fonte: <http://institucional.turismo.gov.br/>, item “perguntas frequentes”, com acesso dia 18 de fevereiro de 2007, às 14:00 horas).

Uma vez definidos os novos roteiros, eles foram apresentados no “Salão de Turismo: Roteiros do Brasil”, evento criado com o propósito de “apresentar

²³ Fonte: <http://institucional.turismo.gov.br/regionalizacao/>, com acesso no dia 12 de fevereiro de 2007, às 20:45 horas.

²⁴ No Estado de São Paulo já foram criados: O Circuito das Frutas, o Roteiro dos Bandeirantes, o Caminho da Fé, o Roteiro de Turismo de Negócios, entre outros (fonte: <http://www.am.unisal.br/publicacoes/artigos-56.asp>, com acesso no dia 21 de novembro de 2006, às 18:30 horas). No Estado de Minas Gerais foi criado o roteiro chamado “Estrada Real”.

aos gestores públicos, representantes da iniciativa privada, alunos, professores e profissionais da área de turismo e aos visitantes, em geral, as propostas recém-formatadas nas 27 Unidades da Federação”²⁵.

Esse evento foi realizado na cidade de São Paulo e teve sua primeira edição em junho de 2005. Nesta oportunidade, foram apresentados 451 roteiros, abarcando 959 municípios e 134 regiões turísticas em todo o Brasil. Em 2006 elaborou-se um novo mapeamento com a intenção de “reorganizar a oferta e melhor se adequar às premissas estabelecidas pelo Ministério do Turismo”²⁶. Como resultado desse trabalho, o “Salão de Turismo: Roteiros do Brasil 2006” apresentou 396 roteiros turísticos. Dentre estes, 87 foram indicados para receber “qualificação internacional”, sendo a “Rota dos Tropeiros”, projeto que já se encontrava em implantação na região dos Campos Gerais, um dos três indicados dentro do Estado do Paraná.

1.2. A “ROTA DOS TROPEIROS”: UM PROJETO DE PARCERIA PÚBLICA /PRIVADA

“A Rota [dos Tropeiros] reúne 16 municípios paranaenses ligando os Estados de Santa Catarina e São Paulo por meio de 21 rodovias federais ou estaduais, além dos caminhos rurais que passam por fazendas, cânions, montanhas, rios e cidades fantásticas. Foi idealizada para permitir uma infinidade de roteiros interligados, com segurança e qualidade nos serviços turísticos e está distribuída em 04 temas: História e Cultura, Fé e Misticismo, Natureza e Aventura e Saúde e Bem Estar”²⁷.

Um dos responsáveis pela elaboração da “Rota dos Tropeiros”, Eduardo Zardo, turismólogo e diretor da empresa Consultur: Planejamento e Consultoria em Turismo, descreve a constituição do projeto como segue:

“(…) Sempre houve um movimento de estudos de rotas de passagem, no Paraná, e os tropeiros tinham um movimento específico. Paralelo a isto, o *Paraná estava carente de um produto turístico*. As pessoas vinham para o estado e visitavam o quê? As Cataratas do Iguaçu e só. Não era nem Foz do Iguaçu, eram apenas as Cataratas. Curitiba não tinha movimento turístico. Na

²⁵ Fonte: <http://institucional.turismo.gov.br/regionalizacao/>, com acesso no dia 21 de novembro de 2006, às 18:30 horas.

²⁶ Idem.

²⁷ Fonte: <http://www.rotadostropeiros.net/index.php?pag=apresentacao>, com acesso no dia 23 de novembro 2006, às 15:30 horas.

época de verão, o pessoal ia para a praia, usava Guaratuba e Caiobá e acabava. Então precisava de mais produtos.

Eu e o Solera [refere-se ao outro idealizador do projeto, na época, diretor da empresa Protur Purunã Ltda.], desde 92, 93 já vínhamos trabalhando juntos em algumas coisas. Em 97 ou 98 a gente fez uma proposta para o Sebrae de *levantar quais eram os potenciais turísticos do Paraná para transformar em produto. Potenciais turísticos que tivessem amplas características: pode ser histórica, pode ser natureza, etc. Não era focado na Rota, ainda.*

Qual a região que tinha mais probabilidade, na época, e que estava um pouco esquecida? Era esta região ligada à Ponta Grossa, na divisão do Estado, ali na Escarpa Devoniana. A gente fez o levantamento em 05 municípios. Fizemos um projeto e um levantamento de potencial turístico, com investigação histórica, ambiental e tal.

*Surgiu, como uma vertente, o Tropeirismo. O tema era muito legal, mas ninguém fazia nada. Tinha um museu em Castro, tinham algumas fazendas, tudo solto. A ECOPARANÁ, uma empresa forte do governo na época, estava desenvolvendo um trabalho nas fazendas: eles fizeram um levantamento e um mapeamento – onde estavam localizadas, qual o estado delas, desenho delas. Isto foi um levantamento belíssimo [baseado na nossa pesquisa de 1986. Usa, inclusive, material gráfico elaborado por nós]”. (Eduardo Zardo. *Grifos meus*)²⁸*

Eduardo conta que, em 1999, empreendeu uma “viagem de reconhecimento” à região dos Campos Gerais. A metodologia de trabalho aplicada incluía a promoção de oficinas nos diferentes municípios, envolvendo a participação de representantes do poder público – Secretarias Municipais de Turismo, Meio Ambiente, Educação, Cultura –, representantes da Associação dos Municípios dos Campos Gerais e “líderes das comunidades”.

O turismólogo afirma ter constatado ser o “Tropeirismo” o “tema regional de maior interesse”. Elaborou em seguida um “esboço” do projeto e procurou o SEBRAE para uma parceria.

Eduardo explica que o projeto inicial era ambicioso: propunha que a rota iniciasse no Estado do Rio Grande do Sul, passando por Santa Catarina e Paraná, terminando em Sorocaba, no Estado de São Paulo. Recuperando o trajeto dos antigos tropeiros, o projeto, em muitos aspectos, assemelhava-se ao do Caminho de Santiago²⁹, “ícone” do turismo internacional. A exemplo desse último, os visitantes poderiam percorrer a Rota usando diferentes meios de transporte – carros, bicicletas, cavalo – ou mesmo caminhando. A cada parada,

²⁸ Entrevista realizada em 10 de abril de 2006.

²⁹ “A tradição do Caminho de Santiago como uma das maiores rotas de peregrinação do Ocidente desde a Idade Média, está cada vez mais viva. O que historicamente foi uma das rotas mais importantes de peregrinação cristã é hoje um dos principais roteiros turísticos da Espanha”. Foi declarado “Primeiro Itinerário Cultural Europeu” (1987) e “Patrimônio da Humanidade” na Espanha (1993) e França (1998). (Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Caminhos_de_Santiago, com acesso no dia 12 de setembro de 2007, às 17:30 horas).

receberiam carimbos em “passaportes da Rota”, podendo ir e vir, durante diferentes períodos de férias até completá-lo.

Foram previstas diferentes fontes de obtenção de financiamento – incluindo recursos públicos e privados – como, também, múltiplas e variadas formas de inserção do projeto na mídia, como por exemplo, a impressão de selo comemorativo dos Correios e de cartão telefônico, ambos alusivos aos tropeiros, entre outros.

Foram despendidos dois anos na formatação e ajustes do projeto. Zardo conta que na fase inicial de sua implantação, por “problemas políticos”, ele e o Solera foram excluídos da equipe. Ressentido, diz não “reconhecer” o projeto que está em andamento, como sendo aquele que originalmente elaborou, principalmente no que diz respeito à forma como ele está sendo implantado e conduzido.

O “projeto original” propunha uma articulação entre “suportes físicos e históricos” existentes nas cidades abarcadas pelo trajeto, ou seja, as atrações turísticas já “consagradas” na região, tais como: “capelas, igrejas, restaurantes, casas antigas, museus, casas de cultura, parques e reservas naturais com suas cachoeiras, rios, grutas, etc.”³⁰, e a criação e formatação de novos e diversificados produtos. O projeto também propunha que os “equipamentos” – produtos turísticos existentes ou a serem criados – fossem agrupados em quatro “linhas temáticas”: “História e Cultura”, “Fé e Misticismo”, “Natureza e Aventura” e “Saúde e Bem Estar”³¹, “linhas” estas criadas com vistas aos diferentes interesses dos turistas.

Lançado em 2002³², o projeto “Rota dos Tropeiros” vem sendo implementado pelos chamados “parceiros”³³: consultores do SEBRAE,

³⁰ Entrevista realizada em 10 de abril de 2006, com Eduardo Zardo.

³¹ As fazendas antigas, por exemplo, passaram a integrar “História e Cultura”. O projeto propunha que elas desenvolvessem novos usos, “próprios para a visitação e o interesse turístico”, o que significa, explica Eduardo Zardo, serem “adaptadas para realizar novas atividades, transformando-se em pousadas ou locais de visitação diária, locais para produção e fornecimento de produtos variados (como forma de complementação de renda das famílias de moradores ou proprietários), do tipo: fabricação caseira de pão, geléia, doces de frutas, etc., e de artesanato, como bonecos de palha de milho, de madeira, etc., entre outros”. (Entrevista realizada em 10 de abril de 2006, com Eduardo Zardo).

³² Note-se: antes do estabelecimento do PNT e do Programa de Regionalização – Roteiros do Brasil, definidos pelo Governo Federal.

³³ O “grupo gestor” do projeto - os “parceiros” - é formado por um funcionário representante de cada uma das três instituições citadas. Eles se reúnem uma vez a cada três meses, deliberam o

representantes da Secretaria de Estado do Turismo do Paraná e da AMCG - Associação dos Municípios dos Campos Gerais.

Ao iniciar esta pesquisa, nosso primeiro contato foi com Jota, consultor e representante do SEBRAE³⁴ junto à equipe gestora. Envolvido no projeto desde seu início, Jota conta uma estória diferente da apresentada por Eduardo, no que se refere ao surgimento do projeto:

“(…) Depois desta visita do prefeito [refere-se ao prefeito de Castro que, em torno de 1999, era o presidente da AMCG], nós começamos a gerar um projeto com a CONSULTUR, empresa do Eduardo, com apoio do Solera, presidente nacional da ABRATUR [Associação Brasileira de Turismo Rural], que está agora em Santa Catarina [na ocasião da elaboração do projeto, era diretor da Protur Purunã Ltda.]. O Solera, com a ajuda do Vitamina [apelido de Henrique Schmidlin] – que é um conhecedor dos caminhos no Paraná –, além de consultores de história e outros, geraram um projeto de implantação turística da Rota dos Tropeiros. Geraram sob encomenda do SEBRAE, que discutiu com eles, sob minha liderança e supervisão. Eu coordeno este projeto. Eu fiz questão de trocar idéias em duas ou três mesas redondas para tentar acertar, ao máximo, o projeto. Convidei uma série de entidades: o Paraná Turismo e a ECOPARANÁ - pois, na época, não existia a Secretaria Estadual de Turismo do Paraná -, a Associação dos Municípios dos Campos Gerais - que era um membro nato -, o SEBRAE e as prefeituras da região. Com estas entidades, e com alguns consultores, discutimos e arredondamos uma metodologia, um modelo que a gente considerava bom para desenvolver. (...) Foi em 2002 que entrei em contato com o Eduardo e encomendei o estudo. Esta foi a época em que realmente começou a Rota”. (Jota)³⁵

Disputas pela autoria do projeto à parte, os entrevistados concordam que, inicialmente, não haviam pensado no “Tropeirismo” como produto turístico:

“(…) Encomendei um estudo, *não pensando em Tropeirismo, mas em turismo: arquitetura, etc. Não havia intenção de nada em Tropeirismo*, mas, como havia um trabalho anterior nesta região³⁶, surgiu a questão do Tropeirismo. Pensamos nesta região [refere-se aos Campos Gerais], pois *já existiam “linhas”, como: turismo rural, de aventura, etc. O tema Tropeirismo foi bem-vindo porque é mais um “motivo” para integrar os municípios.*

que deve ser feito em uma próxima etapa e distribuem as funções a serem realizadas até o encontro seguinte.

³⁴ “O SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, trabalha desde 1972 pelo desenvolvimento sustentável das empresas de pequeno porte. Para isso, a entidade promove cursos de capacitação, facilita o acesso a serviços financeiros, estimula a cooperação entre as empresas, organiza feiras e rodadas de negócios e incentiva o desenvolvimento de atividades que contribuem para a geração de emprego e renda. São centenas de projetos gerenciados pelas Unidades de Negócios e de Gestão do SEBRAE. Hoje, este atua no Brasil inteiro, com unidades nos 26 estados e no Distrito Federal, que formam um sistema de ampla capilaridade, com aproximadamente 600 pontos de atendimento, do extremo Norte ao extremo Sul do País”. (fonte: <http://www.sebraepr.com.br/>, acesso no dia 29 de novembro de 2006, às 14:45 horas).

³⁵ Entrevista realizada no SEBRAE, no dia 17 de fevereiro de 2006.

³⁶ Questionado a respeito de qual trabalho seria este, ele não soube dizer.

O presidente da Associação dos Municípios dos Campos Gerais, junto com o Solera, *pediu para desenvolver a Rota dos Tropeiros, usar o Tropeirismo como "mote". Para mim, tanto faz, pois meu trabalho é turismo. Eu estou usando a vertente histórica do turismo como um link geográfico e um link histórico. Acredito que precisava ser desenvolvido o tema histórico do Tropeirismo, porque isto chamaria muito mais turismo.* A rota é a vertente disto. O elemento desencadeador disto tudo é a busca de geração de emprego e renda para os municípios, através do turismo.

Turismo rural já existia. Porque Rota? Era um esforço para organizar caminhos. Não deu certo. Eles [refere-se aos idealizadores do projeto] não usaram o nome Caminho das Tropas porque "rota" é mais turístico. Turismo rural, histórico não caracteriza um território. Rota integra mais municípios, como o "Circuito Italiano", por exemplo. Rota é o link geográfico. Então virou um link geográfico nosso. Tem que definir território para trabalhar espaço. Tudo estava disseminado...

Os Campos Gerais pode ser o que se quiser. Faz-se recortes, conforme o enfoque que se quiser dar. Os Campos Gerais foi onde sobreviveu a cultura tropeira. É caracterização do território. É onde mais se tem a percepção do Tropeirismo, onde se encontram vestígios do Tropeirismo...

A idéia de território beneficia todo mundo. Conduz o turista a outros lugares. O território é a estrada, o caminho". (Jota. *Grifos meus*)³⁷

Turismo rural já existia na região, mas, como diz Jota: "turismo rural, turismo histórico, não caracteriza um território". Uma "rota", acreditavam, atrairia mais turistas.

O SEBRAE produziu alguns materiais impressos para divulgar a Rota – guias (os quais comentaremos mais adiante) e um catálogo de artesanato regional. O que se observa neste material, e também nos *websites* relacionados, é que a forma como as informações são apresentadas não produz a idéia de um "circuito", de interação entre os municípios que participam da "Rota". O que se descreve são "atrações", "pinçadas" de determinadas cidades e apresentadas de forma isolada. Não há um "*link*" entre as atrações ou cidades.

Quando questionado a este respeito, o consultor do SEBRAE comenta:

"(...) Nós usamos qualquer "movimento" para atrair turista: qualquer cascata, qualquer "movimento", independente de ser ou não ser o tema histórico. O tema histórico é apenas um tema dentro da Rota dos Tropeiros, para atrair turista. A gente tem que usar outros temas senão a coisa não sobrevive só no nome "tropeiro". Tem pouca coisa organizada no tema tropeiro, para o turista ver. O cara passa e não vê: mas onde está o tropeiro? Eu vi um museu em Castro, vejo uma estátua, vejo uma fazenda, depois não vejo mais nada. E eles [refere-se aos municípios da região] não conseguem ter associações, coisas organizadas. Você tem um grupo de tropeiros na Lapa, mas não consegue mostrar isto organizadamente, permanentemente, pro turista. Também não têm

³⁷ Entrevista realizada no SEBRAE, no dia 17 de fevereiro de 2006.

turistas, com desejos em comum, que gerem a sobrevivência econômica para estes grupos. Por isto você precisa do longo prazo para que isto consiga acontecer, consiga haver turista e consiga haver o encontro da cultura com o turismo de forma que o turista deixe renda que remunere esta cultura, que estimule o crescimento desta cultura. É complicado! Só quem vive dentro destes detalhes do turismo, que mexe com comunidades, mexe com pessoas, mexe com prefeitos, sabe como é. Você não sabe como é: assume um prefeito da oposição do anterior. O prefeito diz que não quer mexer com turismo, quer fazer outra coisa e aí, você perde 4 ou 8 anos. E as prefeituras estão todas meio falidas, tem um orçamento curtíssimo. Então, é a pobreza tentando fazer turismo...” (Jota)³⁸

Jota comenta que grande parte dos municípios inseridos no projeto da “Rota” não se reconhecem como cidades da “rota tropeira”:

“(...) Rio Negro, por exemplo, não tem nada a ver com Tibagi. *Rio Negro tem cultura alemã, não tem Tropeirismo. O artesanato, a gastronomia é alemã; as casas são com enxaimel. Tropeirismo é só nos Campos Gerais* [Lembramos que Rio Negro, “oficialmente”, faz parte dos Campos Gerais]. *Ponta Grossa se enxerga muito mais como a cidade pólo dos Campos Gerais do que como cidade da rota tropeira e ela quer que os outros estejam em volta dela...* Isto é bairrismo dos Campos Gerais. Durante três anos Ponta Grossa não investiu no projeto. Decidiu caminhar só no turismo, nem participou das reuniões.” (Jota. *Grifos meus*)³⁹

Este comentário remete-nos a uma situação que vivenciamos, durante o desenvolvimento desta pesquisa: estivemos na cidade da Lapa para uma apresentação do projeto turístico “Rota dos Tropeiros” a um grupo de pós-graduandos – mestrado - em Turismo e Hotelaria, da Univali - Universidade do Vale do Itajaí. Uma das responsáveis pelo projeto em Ponta Grossa, pela Associação dos Municípios dos Campos Gerais (AMCG), Nádia Terumi Joboji, é aluna do mestrado e organizou uma extensa programação para sua turma e professores do curso, todos de Santa Catarina.

A programação iniciava na cidade da Lapa com a apresentação do projeto, realizada por Yure Lobo (consultor de turismo pelo SEBRAE), Deise Maria Fernandes Bezerra (Coordenadora do Departamento de Planejamento Turístico da Secretaria do Estado de Turismo) e a própria Nádia.

Após a apresentação, realizada no Teatro da Lapa, estava programado um “tour” pelo centro da cidade. Visitamos vários edifícios antigos que, hoje, abrigam usos institucionais. Ao sair da Casa de Câmara e Cadeia - onde está instalado o Museu de Armas -, ouvi comentários de uma grande parte dos

³⁸ Entrevista realizada no SEBRAE, no dia 09 de março de 2006.

³⁹ Entrevista realizada no SEBRAE, no dia 17 de fevereiro de 2006.

participantes do grupo, a respeito da completa ausência, até então na programação, de visitas ou informações relacionadas aos tropeiros. Seguimos para a Casa Vermelha, esta, como se vê abaixo, ligada ao “Tropeirismo”:

CASA VERMELHA



LOCALIZAÇÃO:
Rua Barão do Rio Branco

ACESSO:
Rua Barão do Rio Branco, esquina com Hipólito de Araújo, acesso a pé ou de carro.

VISITAÇÃO:
De Terça à Sábado, das 9:00 às 17:00 horas.

IMPORTÂNCIA E DESCRIÇÃO:

Imóvel em cuja construção fez-se uso da técnica de pau-a-pique (Taquara e argila), constitui a residência mais antiga da cidade, estimando-se a data de sua construção por volta de 1868, **pois serviu como pousada na fase do Tropeirismo**. Atualmente representa o único exemplar desta técnica construtiva, podendo ser observada em uma das paredes do interior da casa.

Construção adquirida pela Prefeitura Municipal em 1982, foi restaurada pelo Governo Federal passando a chamar Centro de Artesanato Aloísio Magalhães em homenagem ao apoio dado à preservação do Patrimônio Histórico da Lapa. A casa foi pintada na cor vermelha, visando fazer **uma alusão ao Tropeirismo**, pois na época usava-se pinturas com cores fortes e marcantes.

Atualmente abriga o artesanato dos Clubes de Mães e da Família, apoiados pelo PRO-LAPA contando com 192 expositores, **e ainda o Museu do Tropeiro que, com seu acervo, resgata a história da atividade tropeira dos tempos do Caminho do Viamão, que contribuiu para a formação da cidade da Lapa.**

A riqueza e beleza do artesanato torna quase obrigatória a parada neste local onde se destaca a cestaria, tapeçaria, pintura, esculturas em madeira entre elas canhões, objetos em jornal (lampiões), pequenas Lembranças da Lapa (chaveiros e ímãs), bordado, tricô, crochê, velas perfumadas e decoradas, acoldoados de lã de carneiro e as delícias lapianas (mel, geléias, licores, cachaças, compotas, biscoitos).

Permite-se fotografar seu interior, porém não é permitido tocar nos objetos pertinentes ao museu e o artesanato. Isento de taxa de visitação.

(Fonte: http://www.lapa.pr.gov.br/nossa_h_rg2007.aspx acesso, com acesso no dia 20 de maio de 2007, às 21:30 horas)

A Casa Vermelha - imóvel tombado, restaurado e mantido pela Prefeitura Municipal - abriga uma casa de artesanato local, com exposição e venda de produtos. Em uma das várias salas do grande edifício está instalado “ainda o Museu do Tropeiro”, formado por algumas peças e utensílios usados pelos antigos tropeiros e uns poucos painéis explicativos. De lá, fomos almoçar no Restaurante Lipski, conhecido na cidade por ser o único a servir “comida

tropeira”. Estas duas foram as únicas “referências visuais” que o grupo teve do “Troperisimo”, na Lapa. Como se pode ver, numa visita de um dia ou de um final de semana à Lapa, muito facilmente passariam despercebidas questões relativas ao “Tropeirismo”. Além de uma inexpressiva exposição, na sala dos fundos de uma casa de artesanato local, um restaurante que serve comida “típica tropeira”, um painel decorativo na entrada da cidade e uma avenida que ostenta uma placa com os dizeres “Rua das Tropas”, pouco mais se pode apreender sobre o “Tropeirismo”, no município.

Jaksam Kaiser, autor do livro “Aventura no Caminho dos Tropeiros” (o qual comentaremos mais adiante), além de tecer fortes críticas ao projeto turístico da Rota, faz a esta o mesmo tipo de observação:

“Apesar de a Rota dos Tropeiros não existir [*refere-se ao projeto turístico*], há cidades com interesse turístico e alguma infra-estrutura de hospitalidade. Lapa, com um patrimônio arquitetônico bem conservado, é uma delas. Além da Estalagem Roseira [*refere-se ao primeiro e mais antigo hotel-fazenda da Lapa*], há outros hotéis-fazenda e até um spa naturista [*refere-se à “Lapinha”*]. No centro, uma pousada e meia dúzia de pizzarias e restaurantes. Pratos típicos tropeiros, porém, só aos fins de semana.

Uma característica: o fato histórico mais importante da cidade não tem ligação com o Tropeirismo. É o Cerco da Lapa, episódio militar ocorrido durante a Revolução Federalista (1893-95), no qual os lapeanos impediram a marcha do exército revolucionário, definindo o resultado final da disputa”. (KAISER, 2006:87. Grifos meus)

Buscando-se referências aos tropeiros no *website* oficial da Prefeitura da Lapa, verifica-se que elas se resumem a dois itens:

1. “Nossa História”, descrita em cinco sub-itens (“Primórdios”, “Vila Nova do Príncipe”, “Guerra dos Farrapos”, “Revolução Federalista”, “Séc. XX e XXI”), encontramos uma rápida e única referência ao “Tropeirismo”, nos dois últimos parágrafos de “Primórdios”, transcrita abaixo:

“Deve-se, portanto, a abertura da Estrada do Mota, que tantos serviços prestou ao povoamento dos Campos Gerais de Curitiba e do Rio Grande do Sul, ao bravo bandeirante curitibano Manoel Rodrigues da Mota. Esta denominação foi facilmente alterada, mais tarde, para “Estrada da Mata”; isso porque, do Rio Negro para o sul, o caminho atravessava uma região de intensa floresta virgem. A abertura do caminho foi iniciada em 1730 e concluída em 1731. O trecho que aqui recebeu a denominação de Estrada da Mata era apenas uma parte do histórico Caminho de Sorocaba-Viamão.

Ao longo dessa estrada foram surgindo os “pousos” ou “invernadas” dos tropeiros e comerciantes de gado com a famosa feira de Sorocaba. Um desses “pousos” recebeu a denominação de Capão Alto. Com a abertura da Estrada da Mata, em 1731, o governo da Capitania de São Paulo resolveu criar um

Registro para cobrança do pedágio do gado que transitava por aquele caminho, o qual foi instalado à margem do rio Iguaçu que, por esse motivo, ficou sendo conhecido por Rio do Registro”.

(fonte: http://www.lapa.pr.gov.br/nossa_h_rg2007.aspx acesso, com acesso no dia 20 maio 2007, às 21:30 horas. *Grifos meus*)

2. No item “Nossa Cidade”, um resumo condensado de informações apresentadas em outros itens, a mesma informação se repete:

“A Cidade da Lapa originou-se de um pequeno povoado às margens da antiga Estrada da Mata – uma parte do histórico caminho que ligava Viamão (RS) a Sorocaba (SP). Um desses conhecidos “pousos” dos tropeiros recebeu a denominação de Capão Alto, no ano de 1731, quando a capitania de São Paulo resolveu criar um registro para cobrança de pedágio de gado que transitava à margem do Rio Iguaçu. A Lapa ficou conhecida como Registro, embora fosse Capão Alto o nome original”.

(fonte: http://www.lapa.pr.gov.br/nossa_h_rg2007.aspx acesso, com acesso no dia 20 maio 2007, às 21:30 horas. *Grifos meus*)

Estes textos retirados do *website* ilustram, por um lado, como as informações que se tem a respeito do “Tropeirismo” são, na maioria das vezes, superficiais e fragmentadas. Elas se atêm à eleição de uns poucos e descontextualizados fatos históricos, repetidamente utilizados. Se considerarmos que os *websites* – neste caso, o “oficial” da Prefeitura – se destinam a fornecer informações, geralmente a pessoas “de fora” – turistas ou não –, uma pesquisa nesse tipo de fonte não produz a idéia de uma “unidade”, isto é, do “Tropeirismo” como formador de uma “identidade regional”, como veremos mais adiante.

O consultor do SEBRAE problematiza essa questão ao afirmar que nem todos os municípios compreendidos pela “Rota dos Tropeiros” elegeram o tema “Tropeirismo” como “marca” de sua identidade. Diz ele a esse respeito: “Rio Negro não tem nada a ver com Tibagi”. Rio Negro não se reconhece através do “Tropeirismo”, enfatiza-se a influência alemã em sua cultura; Ponta Grossa se vê como um pólo regional, não como uma cidade tropeira; Ponta Grossa se identifica como “cidade grande, moderna, industrializada e cheia de oportunidades”. Pergunta-se então: o que permite reuní-las num projeto turístico único?

Jota sugere que a Rota dos Tropeiros não pretende homogeneizar os municípios ou “reforçar” questões de identidade regional. Ela visa “organizar caminhos”, “montar um roteiro”, “definir território”, ou seja, “criar um *link* para

integrar os municípios”. Voltaremos a esse tema adiante, ao tratar da visão dos “empreendedores”.

No que se refere às ações que vêm sendo desenvolvidas pelo grupo gestor na implementação do projeto, o consultor do SEBRAE avalia como segue:

“(…) *A Rota tem toda uma identidade visual*, divulgação, tem mapa, tem material. Isto foi feito para gerar uma identidade e criar um “link”. Existe um esforço organizado e pensado para identificar a Rota. Você pergunta: por que não aconteceu do tamanho que deveria ter acontecido? Por falta de grana. Já foi alocado mais de 1 milhão de reais nisto; foi um monte de dinheiro. O SEBRAE pôs muito dinheiro, mostrando para a rede de turismo, todo ano, na ABAV [refere-se à Associação Brasileira de Agentes de Viagem]. A Secretaria – na época era a PARANATURISMO – já tinha um esforço de desenvolvimento de treinamento e tal. Marcamos oitenta e poucos treinamentos, atendimento ao público, treinamento mais especializado em relação à Rota, à história da Rota; consultorias foram feitas”. (Jota)⁴⁰

Eduardo Zardo conta que a proposta inicial era estabelecer uma “governança” para administrar a implantação e o desenvolvimento do projeto, que seria composta por 32 membros – chamado G32 –, sendo dois representantes de cada um dos municípios integrantes: um representando os órgãos públicos (Prefeitura Municipal e órgão de cultura ou turismo local) e, o outro, representando a iniciativa privada. Isto nunca ocorreu. Eduardo acredita que por não ter havido esforço suficiente, por parte dos atuais gestores. Jota, por sua vez, diz que nunca conseguiu a mobilização necessária por parte dos municípios. Por uma razão ou outra, a Rota passou a ser gerida pelos atuais “parceiros”.

Apesar de lançada já há alguns anos, a “Rota dos Tropeiros” é pouco conhecida e visitada e, de forma geral, a avaliação dos gestores é de que ela não está se desenvolvendo da forma como pretendiam. Este fato tem criado uma certa tensão no SEBRAE, seu principal financiador⁴¹, quanto à possibilidade de continuar investindo no seu desenvolvimento. Porém, o representante do SEBRAE acredita que a Rota “ainda” possa “dar certo”:

⁴⁰ Entrevista realizada no SEBRAE, no dia 09 de março de 2006.

⁴¹ Dentre os parceiros “oficiais” do projeto: SEBRAE, Secretaria de Turismo do Estado e AMCG, aquele que tem por responsabilidade definir e promover as políticas públicas de turismo no Estado é, seguramente, a Secretaria de Turismo. Contudo, o que vem ocorrendo é que grande parte das ações propostas e desenvolvidas, dentro do Estado, fica a cargo do SEBRAE, existindo, inclusive, um acordo de parcerias entre o Governo Federal e o SEBRAE Nacional, no que se refere ao desenvolvimento da atividade turística.

“(...) Os movimentos turísticos são lentos e permanentes. *A Rota é muito nova. É antiga enquanto história do Tropeirismo, mas enquanto aproveitamento turístico ela é muito nova, muito criança (...)*. Se ela se consolidar em mais 3 ou 4 anos, ela não vai morrer, porque a pousada está surgindo, os hotéis e o restaurante. Ela está evoluindo. *Os equipamentos estão lá, mas ela pode perder a força do link histórico, do link temático e ficar em núcleos regionais e municipais. O problema é que enquanto ela ficar só no Paraná, ela tem uma visão muito regional.* Ela só vai ter uma expressão nacional forte se for do Rio Grande do Sul a São Paulo, Sorocaba. Do começo ao fim, aí você vai poder passear pela Rota passando por Lages, Viamão.

Existem iniciativas locais e regionais, mas não força para motivar. O grande problema, o entrave, é quem paga as contas, quem põe dinheiro a fundo perdido ou idealisticamente? O empresário está muito mais preocupado com o retorno do seu investimento. Ele não consegue muito fazer nada idealisticamente, senão ele vai à falência. Tem que criar associações, surgir entidades. E ficam querendo resultados imediatistas: ninguém tem dinheiro para pôr, o dinheiro é pouco, então, se quer resultados imediatos. Quem não está no turismo não tem a cultura da coisa. Acham que em 1 ou 2 anos já tem que dar certo, dar resultado, mas isto não é como comprar uma nova máquina de fazer sorvete, para aquele bar da esquina sabendo que, com ela, vai dobrar o número de clientes. Você está mexendo com a população, a cultura, o desenvolvimento. É muito mais complexo”. (Jota. *Grifos meus*)⁴²

Conversando com os responsáveis pelo projeto na Secretaria de Estado do Turismo e na AMCG (além de acompanhá-los na oportunidade em que apresentaram o projeto da Rota ao grupo de professores e estudantes de Santa Catarina), percebemos que, de forma geral, existe entre estes “parceiros”, a idéia de que o papel principal que devem desempenhar é o de promover a “alavancagem” do projeto. Acreditam que, ao proceder deste modo, estão criando condições para que futuras associações da sociedade civil organizada (ainda não formadas) passem a administrá-lo.

Se a Rota “dará certo” ou não ou qual seria a forma mais adequada de conduzir o projeto, não são questões relevantes para esta pesquisa. O que este estudo pretende apreender é qual o significado da proposição de um projeto turístico, na atualidade, com o tema “Rota dos Tropeiros”? Em que medida o projeto da Rota mobiliza e/ou altera representações correntes sobre o “Tropeirismo” no estado? Que figurações do tropeiro emergem destas políticas públicas contemporâneas?

O “Tropeirismo”, considerado patrimônio cultural do estado, na pesquisa de 1986, vem, nos últimos anos, aparecendo associado a diferentes “iniciativas”. Estas iniciativas, como já mencionado, compreendem: a realização

⁴² Entrevista realizada no SEBRAE, no dia 17 de fevereiro de 2006.

de encontros e seminários em diferentes cidades do Paraná, e dos estados do sul do país, para discussão do tema; a montagem de museus, ou setores em museus locais; a organização de grupos como os “Clubes dos Tropeiros”; a publicação de cartilhas e/ou outros tipos de publicações. Outros “produtos”, de caráter comercial, também têm surgido: a Rede Globo, através do Programa Globo Rural, empreendeu uma viagem de quase três meses pelos estados do sul do país, mobilizando uma grande equipe. O objetivo era “reproduzir” o trajeto “original” dos antigos tropeiros. Um dos subprodutos desta produção foi uma série de programas veiculados em rede nacional e, também, a publicação de fascículos “especiais” da Revista Globo Rural. Podemos ainda citar a edição do livro “Aventura no Caminho dos Tropeiros”, que se assemelha à um guia de viagem para aqueles interessados em cavalgadas; o IPHAN patrocinou uma pesquisa - que vem desenvolvendo em diversos estados brasileiros - sobre o tema, resultando no livro intitulado “A Lapa e o tropeirismo”. Mais adiante analisaremos estas iniciativas.

Pode-se dizer que o “Tropeirismo” está “virando moda”?

Sérgio Coelho de Oliveira – “jornalista, formado em história e pesquisador dos tropeiros”, consultor do programa do Globo Rural –, comentou a esse respeito o que segue:

“(...) O resgate desta história é hoje, mais importante do que há 10 anos atrás. Não saberia te dizer o que está levando o pessoal a voltar a estas raízes”. (Globo Rural. Edição Especial ,2006. Fascículo 1: 3)

O presente trabalho não responde essa questão mas pretende apontar os diferentes discursos construídos a respeito do “Tropeirismo” na contemporaneidade.

1.3. DISCURSOS SOBRE O “TROPEIRISMO”: PATRIMÔNIO, MÍDIA E POLÍTICAS DE TURISMO

Os dados levantados permitem apreender pelo menos três perspectivas distintas de apropriação do “Tropeirismo”, marcadas por diferentes temporalidades.

Como objeto de atenção das políticas públicas de patrimônio, o “Tropeirismo” adquire centralidade em meados dos anos 80 do século XX. A Coordenadoria do Patrimônio Cultural da Secretaria de Estado da Cultura do Paraná – juntamente com outras instituições municipais, estaduais e federais – decidiu, em 1986, mapear as “influências” do “Tropeirismo” em alguns municípios dos Campos Gerais. A intenção era a “salvaguarda da memória” dessa atividade por meio do registro, também, dos bens materiais (na época, as casas de fazenda) associados ao tema.

Em 2006, o “Tropeirismo” é retomado pela política de patrimônio. Uma pesquisa, patrocinada pelo IPHAN, apresenta-o sob a perspectiva do patrimônio imaterial:

“(…) Em torno dessa atividade de importância fundamental para a compreensão da formação histórica e da ocupação do Estado do Paraná, foram levantados e documentados os hábitos, a gastronomia, as formas de expressão, os ofícios, o linguajar e as celebrações que remetem à memória das tropas que cruzavam este território e que *permanecem como referências culturais vivas nessa cidade e no cotidiano de sua população*”. (SANT’ANNA, Márcia. *Apresentação do livro “A Lapa e o Tropeirismo”, 2006:5. Grifos meus*)

Desloca-se, portanto, o âmbito de seu interesse do plano regional para o nacional. A exemplo de outras iniciativas recentes do IPHAN, em todo o território nacional, a intenção desta pesquisa era inventariar e registrar:

“*Certas práticas, representações, expressões artísticas, habilidades e conhecimentos, enraizados no cotidiano dos brasileiros, [por se constituírem como] traços importantes e fundamentais de nossa identidade*”. (SANT’ANNA, Márcia. *Apresentação do livro “A Lapa e o Tropeirismo”, 2006:5. Grifos meus*)⁴³

O deslocamento do foco das políticas de patrimônio dos bens materiais para os “imateriais”, bem como a transformação de determinadas práticas culturais “locais” em “bens nacionais”, envolve mudanças recentes observadas nas políticas públicas de patrimônio no Brasil.

Quando, em 1937, foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a concepção de cultura era outra, sendo outra, também, a de patrimônio.

⁴³ Essa periodização, e classificação, se pauta na palestra proferida pelo Prof. Dr. José Guilherme Magnani, na abertura do 1º Seminário de Patrimônio Imaterial – Cidade de Curitiba, promovido pela Fundação Cultural de Curitiba em setembro de 2007.

Desde sua fundação, o SPHAN sacramentou certos objetos – em especial bens imóveis isolados – como “monumentos históricos”, “símbolos do patrimônio nacional”. O órgão à época

“Concentrava suas energias na preservação dos edifícios, das igrejas, dos palácios e sítios urbanos herdados do período colonial”. (SANT’ANNA, Márcia. *Apresentação* do livro “A Lapa e o Tropeirismo”, 2006:5. *Grifos meus*)

No início da década de 70, a instituição desloca suas ações do monumento isolado para a paisagem urbana. Passa-se a selecionar um conjunto de bens de forma a delimitar um “centro histórico”, sobre o qual deveriam incidir as regras de preservação. Naquele momento

“(…) O órgão passa a intervir para manter, restaurar, revitalizar e gestar a área urbana protegida. Estas práticas demonstram que, mais do que a produção de um determinado passado para as cidades consideradas “históricas”, o *novo arcabouço discursivo do campo do patrimônio volta-se para a invenção de um futuro*”, incorporando ao seu campo discursivo uma “categoria que se torna fundamental para a compreensão da ação atual do IPHAN: o turismo cultural”. (DELGADO, 2005, 125. *Grifos meus*)

No artigo “Goiás: a invenção da cidade ‘Patrimônio da Humanidade’”, Andréa Ferreira Delgado analisa o processo pelo qual passou a cidade de Goiás até adquirir a denominação de “Cidade Patrimônio da Humanidade”. Ela explica que o programa de cidades históricas, instituído pelo IPHAN, foi criado com vistas a estimular o turismo, e várias ações foram empreendidas neste sentido:

“(…) Denotando ruptura com o campo discursivo elaborado na primeira fase da instituição, está em *construção uma concepção de patrimônio interligada com categorias discursivas construídas na esfera da economia*. O objeto da política estatal não é apenas o monumento isolado e/ou o conjunto arquitetônico e paisagístico tombado, mas compreende todo o núcleo urbano. *Os objetivos do Patrimônio não são mais explicados apenas em termos da preservação de bens excepcionais que materializam a nação, mas incluem a preocupação com o uso social que deve proporcionar a geração de renda nas cidades históricas*”. (DELGADO, 2005, 126. *Grifos meus*)

A preocupação passa, portanto, a ser outra: além de identificar, documentar, classificar, proteger e divulgar os bens culturais brasileiros, considerados patrimônio, propunha-se também o “uso” destes relacionado à exploração turística. As políticas públicas de patrimônio recentes passaram a se associar às políticas públicas de turismo.

O ano de 1979 é importante nessa trajetória de mudanças com relação à concepção de “preservação” do patrimônio no Brasil. Os documentos que relatam a história do IPHAN mostram que, Aloísio Magalhães, o seu então diretor, propôs a ampliação do campo de atuação do órgão, alargando também o conceito de patrimônio: além dos bens materiais, também os imateriais (práticas sociais e culturais, religiosas, bem como estilos de vida), se tornam objetos de “resgate”.

Esta política se “consagra” em 2000 com o lançamento, pelo governo federal, do “Programa Nacional do Patrimônio Imaterial”, que propõe o desenvolvimento dos Inventários de Referências Culturais (INRC) em vários estados brasileiros. As práticas culturais – os bens imateriais, “intangíveis” – passam, dessa forma, a se incorporar à noção de patrimônio. Como afirma José Guilherme C. Magnani a respeito da relação entre “cultura” e “patrimônio”: “parece que as coisas vão se evanesendo”...⁴⁴

Por ocasião de uma palestra na Fundação Cultural de Curitiba, Magnani ressaltava “que ‘patrimônio’ e ‘cultura’ não são conceitos que se sobrepõem”, uma vez que remetem a “campos semânticos diferenciados”. Entendendo “cultura como o resultado das práticas dos atores sociais”, este afirma:

“(...) A *cultura* (...) não depende de intervenções, da ação do estado. Ela é o resultado da dinâmica social. *‘Patrimônio’*, por sua vez, é uma seleção, é o resultado de escolhas e, como não se pode preservar tudo, alguns itens são escolhidos, por motivos técnicos ou políticos”. (1º Seminário de Patrimônio Imaterial – Curitiba. Setembro de 2007. *Grifos meus*)⁴⁵

A seleção de determinados bens – materiais ou imateriais, considerados símbolos do patrimônio cultural – constrói práticas discursivas que, atribuindo sentido a certos fatos do passado, produzem, geram e impõem uma determinada memória coletiva.

Essa perspectiva já estava, de certa forma, presente na pesquisa de 1986, com relação às casas de fazenda, ou seja, tinha-se em vista o registro documental como forma de “perpetuação” histórica.

⁴⁴ Palestra proferida no 1º Seminário de Patrimônio Imaterial - Cidade de Curitiba, promovido pela Fundação Cultural de Curitiba em setembro de 2007 (transcrição da pesquisadora).

⁴⁵ Idem.

Reflexos desse movimento de “nacionalização” de “itens de cultura regional” podem ser observados na mídia. O “Tropeirismo” serve como exemplo, se considerarmos algumas produções recentes veiculadas de forma impressa e/ou pela TV e em DVDs. O movimento das tropas, destacado como principal “marca” do “Tropeirismo”, é apresentado num DVD produzido pelo Globo Rural. Como fenômeno histórico, o “Tropeirismo” é apresentado como segue:

“(…) O vai e vem dos tropeiros modificou para sempre a geografia, a economia, os costumes, a língua, a fisionomia do brasileiro, a própria cara do país”. (Globo Rural. Edição Especial número 1, 2006: 3. *Grifos meus*).

Adiante acrescenta-se:

“(…) O Brasil produzia e exportava cana-de-açúcar, café, tabaco, couro, ouro, diamantes e importava mil e uma utilidades. *Tudo ia e vinha no lombo de burro*”. (OLIVEIRA, Sérgio Coelho de 2006, Globo Rural. Edição Especial, fascículo 3:7. *Grifos meus*).

Refazer o trajeto por estes caminhos é uma forma de “rever” a história brasileira. A Rede Globo, através deste produto, promove uma releitura da história regional à luz da história nacional. Constrói-se, dessa forma, um discurso de nação onde a cultura e o patrimônio cultural – ou aspectos selecionados para representá-los – são utilizados para definir uma identidade nacional (CANCLINI, 2000).

Por vezes os discursos da nação parecem-se muito com o discurso religioso, na medida em que observa um processo de consagração de algum objeto, algum personagem ou, mesmo, alguma paisagem. Nesse caso, a ênfase no “deslocamento” permite arriscar uma analogia com as peregrinações religiosas – como o “Caminho de Santiago”, modelo pioneiro desta construção de rotas “turísticas” –, onde mercado e experiência mística parecem conviver sem problemas.

Tema que remete a Marshall Sahlins, em *Ilhas de História* (1990), quando este afirma que:

“A história é ordenada culturalmente de diferentes modos nas diversas sociedades, de acordo com os esquemas de significação das coisas”. (SAHLINS, 1990:7)

A história é reconstruída (ou destruída?) continuamente; é manipulada, em momentos distintos, de formas diferentes, a partir de uma visão do presente. O “Troeirismo” serve como exemplo para se pensar esse processo: torna-se a, partir de um determinado momento, por meio do agenciamento de interesses governamentais e privados, um tema “nacional”.

Nestor Canclini (2000), em “Culturas Híbridas”, coloca praticamente a mesma questão: ele afirma que a forma como é feita a “seleção” do que é considerado patrimônio de uma certa nação ou região, envolve estratégias de produção e reprodução de uma determinada retórica da identidade nacional:

“(…) Toda cultura é resultado de uma seleção e de uma combinação, sempre renovada, de suas fontes. Dito de outra forma: é o produto de uma encenação, na qual se escolhe e se adapta o que vai ser representado, de acordo com o que os receptores podem escutar, ver e compreender. As representações culturais, desde os relatos populares até os museus, nunca apresentam os fatos, nem cotidianos, nem transcendentais; são re-apresentações, teatro, simulacro”. (CANCLINI. 2005: 201)

Portanto, os processos de patrimonialização são também processos de recriação por meio dos quais consagra-se, torna-se “sagrado”, alguns bens materiais e imateriais de um repertório mais amplo, mais extenso. O autor segue afirmando que:

“(…) Entender as relações indispensáveis da modernidade com o passado requer examinar as operações de *ritualização cultural*. Para que as tradições sirvam hoje de *legitimação* para aqueles que as *construíram* ou se *apropriaram* delas, é *necessário colocá-las em cena*. O *patrimônio* existe como *força política* na medida em que é *teatralizado*: em *comemorações*, *monumentos* e *museus*. (...) A *teatralização* do patrimônio é o esforço para *simular* que há uma origem, uma *substância fundadora*, em relação à qual deveríamos atuar hoje”. (CANCLINI. 2005: 161,162. *Grifos meus*)

Se “o patrimônio existe como força política na medida em que é teatralizado: em comemorações, monumentos e museus”, por que não dizer, em uma série de programas veiculados em rede nacional?

Da mesma forma, James Clifford (2000), no ensaio “Culturas Viajantes”, percebe a identidade como “política e não como herança”, portanto, como dinâmica. A identidade cultural dos povos, afirma Clifford, é “uma configuração processual de elementos historicamente dados, cujas combinações podem aparecer em conjunturas diferentes”. (CLIFFORD, 2000:76)

O “Troeirismo” serve como “mote” para pensar este processo.

Dessa dinâmica participa também o turismo. Ao eleger um determinado tema – um fato histórico, a exemplo do projeto turístico Rota dos Tropeiros – os agentes das políticas de turismo distanciam-se das perspectivas anteriores, na medida em que não se trata de “resgatar” o passado como fenômeno histórico mas de “recriá-lo” no presente. O projeto da Rota dos Tropeiros é exemplar neste sentido: no território que historicamente fez parte do Caminho das Tropas, criou-se a idéia de um “circuito” que articula bens esparsos – materiais e imateriais – associados à temática do “Tropeirismo”. Dentre eles constam equipamentos antigos e novos (que venham a surgir), práticas sociais, costumes alimentares, etc. A intenção é a de apresentar ao turista, diferentes alternativas de lazer que reúnam, num mesmo espaço – recriado –, marcas de diferentes temporalidades (FORTUNA, 1997).

Esses dois movimentos – de “nacionalização” e “regionalização” das identidades locais –, pautados na reinvenção de “tradições” (HOBSBAWM, 1997), remetem à discussão proposta por Sahlins (1997) e Canclini (2000) quanto aos desafios enfrentados no contexto da globalização pelas “tradições populares”.

Sahlins, no artigo “O ‘pessimismo sentimental’ e a experiência etnográfica: porque a cultura não é um ‘objeto’ em via de extinção”, lembra que nos anos 50 e 60 acreditava-se que as “teorias de modernização levariam ao processo de deculturação, visto que os costumes tradicionais eram considerados como um obstáculo ao desenvolvimento” (SAHLINS, 1997:51). O autor afirma que estas previsões não eram corretas:

“Nas últimas duas décadas, vários povos do planeta têm contraposto conscientemente sua “cultura” às forças do imperialismo ocidental que os vêm afligindo há tanto tempo. A cultura aparece aqui como a antítese de um projeto colonialista de estabilização, uma vez que os povos a utilizam não apenas para marcar sua identidade como para retomar o controle do próprio destino”. (SAHLINS, 1997:45)

Através da análise de inúmeros estudos realizados por antropólogos e cientistas sociais, em diferentes locais do planeta, Sahlins demonstra que o crescente e “renovado” interesse pelas “tradições” está longe de ser algo isolado, sendo, na verdade, “um fenômeno mundial característico do fim do século XX”.

No artigo, interessa ao autor se contrapor ao que ele chama de “teoria do desalento”, teoria esta que diria respeito ao “pânico” com que se deparou a antropologia, ao constatar que, no momento em que estabelece de forma mais sistemática, seus métodos de trabalho, ela estaria assistindo ao “desaparecimento” de seu objeto de estudo – a diversidade cultural – frente ao processo de globalização. O autor sugere que no mundo globalizado, onde a “modernidade” dita as regras, o que está havendo é, na verdade, uma crescente “autoconsciência cultural”:

“A ‘cultura’ – a palavra mesmo ou algum equivalente local – está na boca do povo, sobretudo no contexto das forças nacionais e globais que ameaçam os modos tradicionais de existência do(s) povo(s)”. (SAHLINS, 1997:127)

De acordo com o autor, este processo de “renascimento cultural” pode ser observado na medida em que as culturas locais adaptam suas tradições ao “sistema mundial”, tornando-se “expressões locais de um fenômeno mundial”, seja para “mostrar sua alteridade, seja por propósitos explicitamente comerciais (como na exploração do mercado turístico ávido por danças ‘nativas’, artefatos ou coisa que valha)”. (SAHLINS, 1997:127)

Canclini (2000) parece pensar o mesmo:

“Do lado popular, é necessário preocupar-se menos com o que se extingue do que com o que se transforma. Nunca houve tantos artesãos nem músicos populares, nem semelhante difusão do folclore, porque seus produtos mantêm funções tradicionais (dar trabalho aos indígenas e camponeses) e desenvolvem outras modernas: atraem turistas e consumidores urbanos que encontram nos bens folclóricos signos de distinção, referências personalizadas que os bens industriais não oferecem”. (CANCLINI, 2000:22)

Em nosso caso não se trata de “*esforço das culturas locais*” para “adaptar suas tradições ao sistema mundial”. O agenciamento “de tradições” associadas ao fenômeno histórico do tropeirismo é uma ação do Estado e/ou de empresas privadas, por meio do qual “tradições” circulam, “preservadas” e/ou recriadas, como produto de consumo. A idéia de “oposição à modernização”, portanto, não se coloca.

O Ministério de Turismo, através do *website* oficial de turismo⁴⁶, explicita essa perspectiva ao conceber as políticas de turismo como integrantes de

⁴⁶ <http://www.turismo.gov.br/>.

políticas de “desenvolvimento regional” e contribuição à inserção dos “produtos e serviços locais” no mercado nacional e internacional:

“O modelo de gestão adotado pelo MTur está voltado para o *interior dos municípios do Brasil, para as suas riquezas ambientais, materiais e patrimoniais, e para as suas populações, em contraponto aos prejuízos impostos pela modernização*. Esse propósito pode ser alcançado pela gestão compartilhada, pelo *planejamento nacional construído a partir das especificidades locais com enfoque no desenvolvimento regional*. Para tanto, devem ser criadas condições que propiciem a contribuição e a participação das várias esferas da sociedade, de modo a se chegar à oferta de produtos e serviços diversificados, qualificados e exigidos pelos mercados nacional e internacional”. (fonte: <http://institucional.turismo.gov.br>, com acesso no dia 27 de março de 2007, às 15:00 horas. *Grifos meus*)

Em outra “página” do mesmo *website*, lê-se:

“Com a implantação do Plano Nacional de Turismo, pretende-se que a *atividade turística no Brasil contemple as diversidades regionais, configurando-se pela geração de produtos marcados pela brasilidade*, proporcionando a expansão do mercado interno e a inserção efetiva do País no cenário turístico mundial. A geração do emprego, ocupação e renda, a redução das desigualdades sociais e regionais, e o equilíbrio do balanço de pagamentos sinalizam o horizonte a ser alcançado pelas ações estratégicas indicadas”. (fonte: <http://institucional.turismo.gov.br>, com acesso no dia 27 de março de 2007, às 15:00 horas. *Grifos meus*)

Ou ainda:

“Uma das alavancas para colocar o país dentro das rotas mundiais é organizar o *turismo visando ressaltar as singularidades do país, em um mundo globalizado, que tende cada vez mais a homogeneização*. Desta forma, desde o final de 2003 vem sendo discutida uma proposta de criação do Programa de Regionalização, que tem por objetivo iniciar um processo de diversificação da oferta turística brasileira, ordenando as regiões em roteiros, a fim de aumentar a competitividade dos produtos turísticos em todos os estados. Procura-se estruturar atrativos e infra-estrutura para *oferecer produtos turísticos diferenciados*.” (fonte: <http://institucional.turismo.gov.br>, com acesso no dia 27 de março de 2007, às 15:00 horas. *Grifos meus*)

No contexto dessa discussão é que a constituição da Rota dos Tropeiros, parece ganhar sentido. A globalização serve como referência para se pensar processos de renovação de “identidades locais” (SAHLINS, 1997), assim como processos de afirmação de diferenças em contextos nacionais (CANCLINI, 2000).

Nos termos dessa discussão, parece ser este último o caso do “Tropeirismo”: atividade econômica cuja importância é associada ao ciclo da mineração nos estados centrais do Brasil, o “Tropeirismo” desempenhava, em

relação àquele, caráter complementar, figurando, portanto, em posição secundária, posição que se reflete na compreensão de seu lugar na História como sendo, também, secundário. Recentemente, a importância deste fenômeno histórico vem sendo revista, sendo o “Tropeirismo” recriado como fator de “identidade regional” e de importância nacional, construção em torno da qual confluem políticas nacionais de patrimônio e turismo, bem como a divulgação do tema na mídia. Transformado por essa dinâmica, em produto de consumo turístico, o “Tropeirismo” não encena uma “tradição” (CANCLINI, 2000), faz dela uma experiência do presente (FORTUNA, 1997).

Sabe-se que o Paraná – até recentemente visto como estado agrícola – investiu nas últimas décadas na construção de sua imagem como estado moderno e industrializado. Curitiba, sua capital – tida como “cidade modelo” – serve de metáfora dessa imagem. A idéia de “modernidade” associada a uma leitura que privilegia a participação dos europeus no processo de ocupação do Estado e da cidade, bem como à organização urbana engendrada a partir dos anos 70, em moldes “modernistas”, tornou-se modelo “exportado” para outras cidades, brasileiras e estrangeiras, contribuindo em larga medida para sua auto-representação como “cidade de primeiro mundo”.

Entender como estas representações dialogam com as imagens do “rural” suscitadas pelo projeto Rota dos Tropeiros, o qual não as remete simplesmente ao “passado”, mas as recria como experiência no presente (FORTUNA, 1997), é a principal questão a ser trabalhada nos capítulos que seguem.

2. O “TROPEIRISMO” REVISITADO: VERSÕES CONTEMPORÂNEAS

Informações a respeito do “Tropeirismo”, divulgadas em diferentes “formatos” - desde trabalhos acadêmicos até revistas e textos encontrados na internet - são hoje mais abundantes do que aquelas disponíveis à época da nossa pesquisa na Coordenadoria do Patrimônio Cultural da Secretaria de Cultura do Estado, em 1986. Contudo, o que se observa neste material é que, freqüentemente, a abordagem é sumária e superficial, apresentando uma constante repetição dos mesmos dados. Acreditamos que este fato reforça o que Márcio Goldman chama de “geração e reprodução de uma vulgata”:

“Em um de seus ensaios sobre a história da biologia, Stephen Jay Gould segue a pista de uma imagem oferecida com freqüência aos leitores de todo o mundo a fim de fazê-los visualizar um desses pequenos antepassados do cavalo contemporâneo. Ele revela, assim, que uma enorme quantidade de autores, na Europa, América, Ásia, e em toda parte, busca esclarecer que o animal em questão possuía, aproximadamente, o tamanho de um cão fox terrier. Intrigado com a aparente invenção independente de uma imagem no final das contas nada óbvia, Gould acaba por descobrir que todas as formulações se originam de um único texto, transmitido de autor para autor, de geração para geração, citado de segunda, terceira ou quarta mãos, sem que ninguém sentisse a menor necessidade de recorrer ao “original” – seja o texto, seja o animal usado como signo. Para ser mais preciso, o que ocorria de fato é que não importava a ninguém saber quem era o criador da imagem, ou mesmo conhecer o que lhe servia de significante”. (GOLDMAN, 1999)

Na maioria dos trabalhos encontrados, dados pontuais relativos ao “Tropeirismo” são utilizados como “pano de fundo” para contextualizar análises sobre o surgimento de determinadas cidades, especificidades do processo de desenvolvimento de certas regiões do país ou para caracterizar determinados modos de vida. A forma como estes dados são apresentados acaba por permitir aos leitores conhecer apenas alguns aspectos, muitas vezes, desconexos, a respeito do tema.

De forma geral, a bibliografia relacionada ao assunto, descreve o “tropeiro” como os homens que transportavam, regularmente, manadas de gado vacum, cavalos ou mular - as tropas – do seu lugar de criação (região sul

do Brasil) até os locais de consumo (estados centrais do Brasil), além de variados produtos, mercadorias e informações.

Diz-se que tropear era um “negócio” e um estilo de vida. “Tropeiros”⁴⁷ eram aqueles indivíduos que selecionavam os homens para formar a comitiva - um grupo capaz de lidar com gado bovino e mular. Também escolhiam os animais - compravam, vendiam e negociavam preços -, além de controlar o dinheiro, cuidar da contabilidade e de, efetivamente, conduzir as tropas. Eram homens de negócio, empreendedores, tendo, muitos deles, juntado fortuna e ocupado cargos públicos de grande destaque na vida política regional e nacional.

“O tropeiro propriamente dito era o dono do negócio, dos animais que ele punha em marcha com os seus camaradas. Podia não ser o único dono, mas tinha algum capital empregado nesta atividade, alguma participação, como, por exemplo, comandar a transação e a viagem. Por isso, chefiava, decidia”. (TRINDADE, 1992:38)

Além dos animais, a tropa era composta por um grupo de homens que desempenhavam diferentes tarefas. Diz-se que, apesar da clara divisão de funções dentro do grupo, o enorme esforço demandado por parte de cada um dos envolvidos na viagem, para vencer os inúmeros perigos e dificuldades que encontravam pelo caminho, de certa forma, os igualava. No longo trajeto, transcorrido em vários meses de viagem,

“(...) Todos compartilhavam do prolongado isolamento, da rusticidade do pouso noturno, dos terrenos ou rios de travessia estafante ou arriscada, do possível ataque de feras ou de guerreiros indígenas.”(TRINDADE, 1992:38)

A complexa rede de solidariedade e interdependências, construída pela convivência diária e pelo fato de terem apenas uns aos outros com quem contar, tornavam fundamentais aspectos como amizade, companheirismo e camaradagem.

Embora pertencendo a classes sociais diferentes, os integrantes do grupo compartilhavam, de forma similar, o gosto pela vida simples, ligada à natureza e aos animais, o sonho, a aventura e também a obediência às regras,

⁴⁷ Com o tempo, o termo “tropeiro” alarga seu significado e passa a descrever, indiferentemente, qualquer pessoa que participe ou tenha algum tipo de envolvimento em uma tropeada. O termo, porém, jamais foi utilizado para designar o homem do campo, aquele que vive da pecuária e/ou da agricultura.

o respeito pelo outro, a forte hierarquização e o acatamento aos códigos e posturas de convivência. (SOPELSA, 2005)

Além destes “valores”, os tropeiros possuíam outros traços que foram realçados na bibliografia, destacando-se dentre eles, atributos como coragem, valentia, honra, virilidade, liberdade:

“Ao tratar do sistema social, político e econômico do tropeirismo se resgata uma herança cultural importante baseada num nomadismo que traz consigo a criação de valores próprios e muito arraigados. É uma saga de homens enfrentando vida difícil de embate com a natureza, desenvolvendo em longas caminhadas modos de pensar e agir que vão marcar muito profundamente a vida da região sul do país.” (AUGUSTO MUSSI, Vera Maria Agi Augusto Mussi, 1992. Apresentação do livro “Tropeiros”, p.8).

Tratados como itens isolados, fragmentários, estas características sociais e práticas associadas ao “Tropeirismo” são reelaboradas, transformadas pelos produtos contemporâneos de divulgação, conforme descrevemos a seguir.

2.1. GUIAS TURÍSTICOS

“Feche os olhos e deixe seus sonhos brotarem, pois você está entrando agora na história do Brasil e na sua própria história. Prepare seu coração e venha viver uma inesquecível viagem no espaço que vai do passado ao futuro, do antigo ao novo, do sonho a realidade e que com toda certeza lhe proporcionará uma inigualável satisfação”. (4ª Edição, 2005: 03)

Este é o texto de abertura do “guia”⁴⁸ turístico da Rota dos Tropeiros, publicação patrocinada pelo SEBRAE⁴⁹, com apoio dos demais “parceiros” do projeto.

Soubemos da existência desta publicação por acaso, durante as entrevistas na Secretaria de Estado do Turismo. Nenhum dos envolvidos no projeto conseguiu nos dar informações a respeito de sua tiragem ou forma de distribuição.

⁴⁸ Esta publicação, que está na quarta edição, foi idealizada para ser atualizada todo ano, de forma a inserir novos participantes dos diferentes municípios, que venham aderir ao projeto. A primeira edição recebeu textos e coordenação geral de Eduardo Z. e Carlos Solera, os idealizadores do projeto.

⁴⁹ O SEBRAE, além de financiar publicações, desenvolve diferentes tipos de treinamentos para os empreendedores da região.

Com formato de um “livro de bolso” e, cerca de 45 páginas, o “guia” reserva duas páginas para apresentar informações⁵⁰ a respeito de cada um dos municípios integrantes da Rota. Os municípios aparecem em ordem alfabética – e não em ordem geográfica, dentro do estado -, fato que não contribui para a construção da idéia de um percurso. Na última folha do “caderno” há um mapa rodoviário (esquemático) da região dos Campos Gerais onde é possível conhecer a localização dos 16 municípios envolvidos no projeto:

“O Paraná foi formado basicamente pelo movimento tropeiro. Atualmente mais de 100 municípios possuem algum tipo de ligação com o Tropeirismo. No entanto, para caracterizar geograficamente esta rota, foram elencados os dezesseis municípios com maior ligação histórica para então viabilizar este produto turístico”. (Caderno Plano de Marketing do “projeto original”, pg 13).

O roteiro corta o Estado do Paraná de norte a sul compreendendo uma distância de aproximadamente 350 km, por estrada rodoviária. Os municípios envolvidos (reproduzindo a ordem apresentada no “guia”) são: Arapoti, Balsa Nova, Campo do Tenente, Campo Largo, Carambeí, Castro, Jaguariaíva, Lapa, Palmeira, Piraí do Sul, Ponta Grossa, Porto Amazonas, Rio Negro, Sengés, Telêmaco Borba e Tibagi.

O “caderno” apresenta sugestões de roteiros específicos para cada um dos grupos temáticos⁵¹, sendo que nem todos os municípios possuem atrações em todos os grupos. Cada “atração”, ao ser apresentada, é acompanhada de uma breve descrição e um número de telefone para contato e/ou agendamento prévio para visita.

Segundo o Plano de Marketing do “projeto original”⁵² da Rota dos Tropeiros, cada um dos diferentes grupos temáticos deve englobar os seguintes tipos de “atrações”:

“1. HISTÓRIA e CULTURA: roteiros históricos e culturais, visitas a museus, visitas e hospedagem em fazendas antigas, gastronomia colonial e típica e roteiros das etnias”. (“Caderno” Plano de Marketing, projeto “original”, pg.34).

⁵⁰ Após um breve histórico de cada município, com “dicas” de “como chegar” (um dos itens da publicação), são relacionadas opções de passeios e lugares a serem visitados, além de relação de hotéis e pousadas (“onde ficar”) e restaurantes (“onde comer”).

⁵¹ “História e Cultura”, “Fé e Misticismo”, “Natureza e Aventura” e “Saúde e Bem Estar”. (fonte: “Caderno” Plano de Marketing do projeto “original”, pg.34 a 37).

⁵² O “projeto original” Rota dos Tropeiros, elaborado por Eduardo Zardo e Carlos Solera, foi formatado em três volumes, a saber: “Plano de Marketing”, “Cartilha de Capacitação Profissional” e “Caderno de Oportunidades de Negócios”.

No “guia”, o mesmo item apresenta: pontes (Ponte do Rio dos Papagaios, em Balsa Nova, por exemplo), a Vila de São Luís do Purunã, um grupo folclórico, casas de cultura, museus, um painel de Poty Lazarotto, casas de memória, capelas, uma “avenida” (a Avenida dos Pioneiros, em Carambeí, por exemplo), a Fazenda Capão Alto, pinturas rupestres, sítios arqueológicos, uma Biblioteca Pública Municipal, casas de artesãos, edifício de Prefeituras Municipais e até um teleférico (da empresa Klabin, em Telêmaco Borba).

“2. FÉ e MISTICISMO: peregrinação, visitas a igrejas e capelas, eventos e festas religiosas, locais de reflexão, centros de meditação”. (“Caderno” Plano de Marketing do projeto “original”, pg.35).

Constam também deste item: igrejas e capelas, a Gruta do Monge (localizada no Parque Estadual do Monge, na Lapa. Local de peregrinação religiosa procurada há muitos anos por fiéis), mosteiros, esculturas (imagem do Cristo Redentor, na Praça de Pirai do Sul, por exemplo), festas.

“3. NATUREZA e AVENTURA: trilhas ecológicas, esportes de aventura, campeonatos radicais, roteiros ecológicos, observação de fauna e flora, visitas a parques naturais”. (“Caderno” Plano de Marketing do projeto “original”, pg.36).

No “guia” aparecem relacionados: reservas ecológicas, parques, morros, lagoas, represas, grutas, o Cânion do Guartelá (Parque Estadual do Guartelá), rios para canyoning, rafting e rapel, o Parque Estadual de Vila Velha, cachoeiras.

“4. SAÚDE e BEM ESTAR: clínicas de saúde, spas, centros de recuperação, relaxamento, centros de estética e beleza, clima e altitude.” (“Caderno” Plano de Marketing do projeto “original”, pg.37).

No “guia” este último item está presente em pouquíssimas cidades. São relacionados: o Recanto dos Papagaios, um mini-golfe, a Estância Hidromineral Ouro Fino, uma pousada que oferece *ofurô* e diferentes terapias, a Lapinha Clínica Naturista, além de recantos e parques municipais (aqueles que incluem áreas de lazer, churrasqueira, equipamentos, etc.).

Como se pode perceber, embora a criação de quatro “grupos temáticos” com diferentes “motivações” sirva para mapear atrações existentes nos municípios, dificilmente um turista conseguiria ter acesso a inúmeras destas “atrações” se tentasse seguir as informações, da forma como são fornecidas. Para exemplificar, podemos citar: “Cachoeira do Seu Ari” ou “Cachoeira do

Chico” - sem mapa, telefone ou “dica” de como chegar - ou “Festa do Menino Jesus” - sem qualquer informação a respeito da data ou local de sua realização. Portanto, se o propósito para o qual este “guia” foi criado era o de constituir a Rota e/ou o de levar turistas a percorrê-la, podemos dizer que ele não alcança seu objetivo. A forma como são apresentados os municípios e suas “atrações” – de forma isolada - não induz o turista (o público alvo desta publicação) percorrer a Rota. Isto nos leva a perguntar qual o objetivo deste projeto ao estabelecer uma “rota” ou “roteiro”, como produto turístico?

Tomemos como exemplo a Estrada Real, circuito turístico que vem tendo excelente divulgação e muita procura, desde sua criação, em 2002. O empreendimento envolve praticamente todo o Estado de Minas Gerais além de trechos de outros estados.

“A Estrada Real foi sendo construída nos muitos anos de idas e vindas, das Minas ao litoral, desde o século XVII, em busca das riquezas. Caminhar pela Estrada Real é reviver os passos e os caminhos percorridos pelos escravos, pelo ouro e pela história. Constituída, ainda, pelas vias de acesso, os pontos de parada, as cidades e vilas históricas que se formaram durante o passar dos homens e do tempo.

(...) Assim se formou o complexo da Estrada Real, ou seja, *mais de 1400 km de patrimônio, cercado de montanhas, natureza, cultura e arte. Conhecer a Estrada Real é reviver o passado e a história de Minas e do Brasil.* Assim como as riquezas que foram extraídas da terra, venha explorar as belezas da região, a pé, a cavalo, de bicicleta ou de carro em um passeio inesquecível pela Estrada Real”. (fonte: http://www.estradareal.org.br/estra_real/index.asp, com acesso no dia 23 de março de 2007, às 19:00 horas)

Conversando com amigos e conhecidos que já percorreram diferentes trechos dos caminhos, percebemos que o que se enfatiza na viagem é o caminho em si, o trecho percorrido entre as cidades e a forma de fazê-lo. Na Estrada Real, o caminho é a atração turística. As informações são de que os “caminhos foram restaurados com a finalidade de valorizar o patrimônio histórico-cultural, a preservação e a revitalização dos entornos das antigas Estradas Reais”⁵³ - objetivo este que não faz parte do escopo, nem das ações desenvolvidas até o presente, do projeto turístico “Rota dos Tropeiros”.

Um outro exemplo, o Caminho de Santiago – tido como o primeiro “caminho” formatado para fins turísticos – é constituído de inúmeras rotas que cruzam diferentes países europeus. Considerado, há muitos séculos, local de

⁵³ Fonte: www.descubraminas.com.br/, com acesso no dia 23 de março de 2007, às 19:00 horas.

peregrinação cristã, o Caminho de Santiago ficou internacionalmente conhecido (foi declarado “Primeiro Itinerário Cultural Europeu” em 1987, “Patrimônio da Humanidade” na Espanha, em 1993 e, na França, em 1998) nas últimas décadas, quando se preparou para o turismo. A partir de então teve sua visitação aumentada significativamente: de 68 pessoas, em 1970 a 179.944 turistas, no ano de 2004⁵⁴. Veiculado na mídia como um “itinerário espiritual e cultural”, os turistas comentam a respeito da extensão do trajeto, das sensações e das emoções vividas, do encontro com pessoas de diferentes países, etc., mas dificilmente citam o nome das cidades cruzadas pelo caminho. O que tem significação, neste caso, é a realização do percurso.

Estes dois roteiros se distinguem da Rota dos Tropeiros, na região dos Campos Gerais, no Paraná. Nesta última, o percurso não é objeto de experiência pessoal e/ou coletiva; ele é apenas um “elo” – uma espécie de corredor – que articula trajetos distintos, envolvendo diferentes tipos de atividades turísticas, sem uma necessária conexão entre elas.

Durante as entrevistas com os técnicos da Secretaria de Estado do Turismo, tivemos a oportunidade de conhecer um outro produto - um “encarte”-, da própria Secretaria. Intitulado “Paraná – Roteiros Turísticos: Operadoras”, o caderno possui 48 páginas, foi publicado pela Imprensa Oficial e produzido pela Editora Letras Brasileiras. Não foi possível localizar as informações relativas à data de sua produção ou à sua tiragem e também não conseguimos informações a respeito de sua distribuição.

Essa publicação inicia com a apresentação das características gerais do Estado e rápidos textos (com fotos) descrevendo cada uma das regiões:

“O Estado do Paraná está dividido em nove regiões turísticas, cujos limites territoriais reproduzem afinidades geográficas, econômicas e histórico-culturais. São elas: Oeste e Municípios Lindeiros, Metropolitana de Curitiba, Litoral, Campos Gerais, Centro, Terra dos Pinheirais, Sudoeste, Norte e Noroeste”. (fonte: “Paraná – Roteiros Turísticos: operadoras”).

Na descrição da região “Campos Gerais”, o texto é o que segue:

“A região dos Campos Gerais é caracterizada por *tradições campeiras*. Terra de fazendas, onde predomina a simplicidade da vida rural. Há importantes referências histórico-culturais do Tropeirismo (como o Caminho do Viamão no

⁵⁴ Fonte: http://es.wikipedia.org/wiki/Camino_de_Santiago, com acesso no dia 23 de março de 2007, às 18:30 horas.

século XVIII), notáveis principalmente nos municípios de Castro e São Luís do Purunã, distrito de Balsa Nova. As cidades formam um corredor cultural, com importantes monumentos históricos sobre este ciclo econômico que marcou a integração de toda a região sul do Brasil à nação brasileira. As esculturas naturais do Parque Estadual de Vila Velha e o Cânion do Guartelá, ícones do ecoturismo paranaense, completam o roteiro de atrações da região”. (fonte: “Paraná – Roteiros Turísticos: operadoras”. Grifo meu).

Após a apresentação das características turísticas de cada uma das nove regiões turísticas é apresentada uma relação das operadoras de turismo que oferecem excursões em cada uma delas e a descrição dos respectivos roteiros. Dentre tantos, reproduzimos aqueles que se desenvolvem na região dos Campos Gerais e que tem relação com a Rota dos Tropeiros. São eles:

1. NATUREZA E HISTÓRIA NA ROTA DOS TROPEIROS:

Região turística: Metropolitana de Curitiba e Campos Gerais

Segmentos: turismo cultural, ecoturismo

Duração: 05 dias/04 noites

Agência/operadora: “A” Turismo⁵⁵

Itinerário:

1º dia: Check-in; 2º dia: Curitiba – dia livre; 3º dia: Curitiba – Ponta Grossa: visita ao Parque Estadual de Vila Velha, visita ao Buraco do Padre; Castro, Check-in; 4º dia: Castro: visita ao Museu do Tropeiro; Tibagi : visita ao Parque Estadual do Guartelá (visita ao cânion e caminhada); Café quartelano na Fazenda São Damásio; 5º dia: Tibagi, manhã livre; Retorno para Curitiba.

2. ROTA DOS TROPEIROS

Região turística: Metropolitana de Curitiba, Campos Gerais

Segmentos: turismo cultural, ecoturismo, turismo de aventura

Duração: 05 dias/ 04 noites

Agência/operadora: “B” Turismo

Itinerário:

1º dia: Curitiba - Rio Negro - Campo do Tenente: visita ao mosteiro dos monges trapistas; Curitiba, check-in; 2º dia: Curitiba - Ponta Grossa (Parque Estadual de Vila Velha); Castro: almoço típico castropeiro – city tour (Museu do Tropeiro, Casa da Sinhara, loja de artesanato, Colônia Castrolanda e Memorial da Imigração Holandesa); Tibagi: Pousada Aldeia dos Pioneiros – Fazenda Ponte Alta (Reserva Ecológica Itáytyba Ecoturismo); Jantar: lanche ajantarado; 3º dia: Tibagi - Reserva Ecológica Itáytyba Ecoturismo; Almoço na pousada, Parque Vô Ivo (na própria fazenda), retorno à pousada; Jantar: lanche ajantarado; 4º dia: Tibagi, manhã livre; Almoço no centro da cidade, city tour, visita aos Saltos Santa Rosa e Puxa Nervos, volta à pousada; Jantar: lanche ajantarado; 5º dia: Tibagi, check-out, visita ao Parque Estadual do Guartelá; Castro, almoço e retorno à Curitiba;

3. ROTA DOS TROPEIROS CULTURAL

Região turística: Metropolitana de Curitiba, Campos Gerais

Segmentos: turismo cultural, ecoturismo

⁵⁵ Por questões éticas, como conversamos com alguns funcionários das agências de turismo aqui relacionadas e não nos identificamos como pesquisador, decidimos omitir o nome, número de telefone e endereço de e-mail das mesmas.

Duração: 4 dias/03 noites
Agência/ operadora: “C” Turismo
Itinerário:

1º dia: Curitiba, check-in; 2º dia: Curitiba – Ponta Grossa (visita ao Parque Estadual de Vila Velha); Castro, check-in; 3º dia: Castro – visita à Casa de Sinhara, Artecastro e Museu do Tropeiro, almoço típico tropeiro, visita à colônia Castrolanda, Memorial da Imigração Holandesa e Fazenda Capão Alto; 4º dia: Tibagi - visita ao Parque Estadual do Guartelá, visita ao Museu do Garimpo e Atiart (Associação Tibagiana de Artesanato); Retorno para Curitiba.

Em ambos os “cadernos”, os textos apresentados enfatizam o fato do “Paraná ter sido formado basicamente pelo movimento tropeiro”; ou a região ser “caracterizada por tradições campeiras”, ou ainda, o fato dos municípios “possuírem algum tipo de ligação com o Tropeirismo”. No entanto, nos roteiros oferecidos na região dos Campos Gerais, percebe-se que os “segmentos turísticos” explorados são: turismo cultural, ecoturismo e turismo de aventura⁵⁶. Isto nos leva a perguntar: qual a relação destes com o “movimento tropeiro” ou “Tropeirismo”?

O projeto turístico “Rota dos Tropeiros”, conforme já mencionado, supõe a reificação de uma “identidade regional”, identidade esta construída em oposição a outros tipos de turismo como o “turismo de sol e mar” ou o “turismo de negócio”. Qual o lugar do “Tropeirismo” nessa construção?

Os diferentes roteiros apresentados acabam propondo atividades muito similares: sugerem visita às “atrações” existentes e exploradas turisticamente e, também, “conhecidas” do turismo paranaense, a exemplo do Parque Estadual do Guartelá (Tibagi), o Parque Estadual de Vila Velha (Ponta Grossa) e o Museu do Tropeiro (Castro).

O que a Rota propõe de novo? A Rota não é um “caminho”; territorializada em termos de um circuito, ela reúne “atrações” e “equipamentos” diversos (museus, restaurantes, hotéis-fazenda, pousadas, etc.) existentes e em funcionamento, os quais, de modos diversos, remetem o “Tropeirismo” a uma representação mais abrangente: a “vida campeira”.

⁵⁶ Interessante notar a quantidade de “segmentos” turísticos arrolados: turismo rural, turismo cultural, ecoturismo, turismo de aventura, turismo técnico-científico, agroturismo (agricultura, pecuária e meio ambiente), turismo esportivo, turismo de sol e praia, turismo de lazer, turismo de compras, turismo náutico, turismo de negócios e eventos, turismo de pesca, turismo de golfe, turismo de saúde, turismo de gastronomia, turismo de lazer, turismo religioso, turismo náutico, etc.

2.2. AGÊNCIAS DE TURISMO

Partindo dos roteiros turísticos⁵⁷ apresentados, propostos para esta região dos Campos Gerais - especificamente, os roteiros que, de alguma forma, relacionam-se ao “Tropeirismo” –, decidimos conferir algumas informações fornecidas pelas agências de turismo relacionadas. Num primeiro momento, optamos por fazer esta busca através de seus *websites*.

A “B” Turismo (que oferece, no “encarte” já citado, um roteiro intitulado “Rota dos Tropeiros”), possui um *website* muito demorado e sem opção de *links* aos roteiros descritos. Ao acessar o referido *website*, não encontramos nenhum passeio para os Campos Gerais (apenas uma excursão, de um dia, para a cidade da Lapa). O item: “Ecoturismo”, que se encontrava “em construção” quando acessamos pela primeira vez, em janeiro de 2007, ainda continuava “em construção”, quando o acessamos novamente, em outubro de 2007.

A outra agência que apresentou um roteiro no “encarte”, a “C” Turismo, não possui *website*.

Por fim, o *website* da terceira agência – “A” Turismo - apresenta um roteiro o qual reproduzimos, a seguir:

Natureza e história na Rota dos Tropeiros

Nova rota turística do Paraná, composta por 16 municípios.

Detalhes deste pacote:

A Rota dos Tropeiros é a nova rota turística do Paraná, composta por 16 municípios, que têm em comum a cultura deixada pelo tropeirismo e oferecem aos turistas a oportunidade de conhecer belas paisagens, gastronomia regional, história e cultura riquíssima, artesanato diferenciado, lugares pitorescos e ainda opções de prática de esportes de aventura, como trekking, cavalgadas e o rafting.

ROTEIRO

1º dia – Curitiba

Chegada no aeroporto Afonso Pena, recepção e traslado ao hotel. Tarde livre. Sugerimos um city tour e by night opcionais.

2º dia – Curitiba

Dia livre.

3º dia – Curitiba / Ponta Grossa / Castro

Após café da manhã, visita ao *Parque Estadual de Vila Velha, em Ponta Grossa*, composto por formações areníticas resultantes dos processos erosivos naturais, causados pela água e pelo vento ao longo de milênios. No parque também localizam-se as Furnas e a Lagoa Dourada. Á

⁵⁷ Lembrando: o projeto Rota dos Tropeiros foi criado antes do lançamento do Programa de Regionalização – Roteiros do Brasil, proposto pelo novo Ministério de Turismo. Contudo, ele só começou a ser “trabalhado”, com a formulação e divulgação de roteiros concretos, após o lançamento do referido programa.

tarde, visitaremos o Buraco do Padre, que apresenta um planalto de formações rochosas de arenito, pedra de exuberante beleza típica da região e um riacho de águas límpidas, apropriado ao banho. A principal atração deste lugar é uma cratera que se abre no meio do planalto, por onde desce uma bela queda d'água. Deslocamento à cidade de Castro, check in no hotel e pernoite.

4º dia – Castro / Tibagi

Visita ao Museu do Tropeiro que possui um valioso acervo de roupas, montarias, objetos pessoais dos antigos viajantes, mapas, documentos e móveis de época. Em seguida, deslocamento a Tibagi e visita ao Parque Estadual do Canyon Guartelá, o sexto maior do mundo em extensão. A partir do centro de visitantes, o grupo seguirá acompanhado de um guia local em direção à cachoeira da ponte de pedra, mirante natural, painéis do sumidouro (piscinas naturais) e pinturas rupestres. Caminhada de aproximadamente 3 horas, com paradas para contemplação da paisagem. Levar lanche de trilha para substituir o almoço. No fim da tarde, café guarotelano na Fazenda São Damásio e deslocamento até a cidade de Tibagi para pernoite.

5º dia – Castro / Curitiba

Manhã livre. Retorno a Curitiba e traslado ao aeroporto para embarque de retorno.

Preço por pessoa em apartamento duplo: R\$ 470,00

* Preço válido para grupo mínimo de 10 pessoas, calculado em 26/05/06 e sujeito a alterações sem prévio aviso.

Pacote inclui: transporte a partir de Curitiba, hospedagem com café da manhã, refeições mencionadas, acompanhamento de guias credenciados e instrutores especializados, seguro-viagem.

Não inclui: bebidas e despesas pessoais.

Hotéis previstos:

Curitiba: Hotel Nikko 4* - www.hotelnikko.com.br

Castro: Hotel Bugarville 4* - www.bugarville.com.br

Opcionais em Curitiba:

City tour: R\$75,00 por pessoa

By night com jantar em Santa Felicidade: R\$125,00 por pessoa

Recomendações:

Leve uma pequena mochila com lanche (sanduíche, frutas, biscoito, barra de cereais), água, toalha, protetor solar, repelente contra insetos, elástico para cabelo, máquina fotográfica e sacos plásticos para lixo ou roupas molhadas. Leve traje de banho.

Nas caminhadas use meias grossas, bota ou tênis com solado anti-derrapante, calça comprida confortável, boné, protetor solar e repelente, proteja-se contra arranhões e animais rasteiros.

Observação:

O roteiro poderá ser alterado ou modificado dependendo das condições climáticas.

Informações e inscrições: [41] 0000-0000

(Fonte: website da agência, com acesso no dia 9 de janeiro de 2007, às 17:40 horas. *Grifos meus*)

Como se pode perceber, viajar pela Rota dos Tropeiros neste roteiro (como em todos os outros apresentados) é praticamente passear em Vila Velha, visitar o Canyon Guartelá e conhecer o Museu do Tropeiro.

Resolvemos ligar para estas agências de turismo e não nos identificarmos como pesquisadora mas como alguém interessado em “comprar” o roteiro anunciado no “encarte” da Secretaria de Turismo.

Ligamos para a “C” Turismo⁵⁸, para sabermos a respeito do roteiro apresentado acima: “Natureza e História na Rota dos Tropeiros”. Tão logo fizemos referência ao anúncio no *website*, a atendente – Maria⁵⁹ - começou a se desculpar dizendo que não estavam mais operando com este roteiro e que “infelizmente estavam meio atrasados” com a atualização do *website*. Disse que estariam definindo, naquela data, com quais roteiros iriam trabalhar ao longo do ano de 2007 e, tão logo definissem, atualizariam as informações na internet. Maria então passou a oferecer inúmeros outros roteiros “muito interessantes”, como “Curitiba Aventura”, de 4 dias, ou Canyon Guartelá, de 1 dia, etc. Reiteramos nosso interesse em conhecer a região (comentamos a respeito dos DVDs e do Programa do Globo Rural, que haviam sido recentemente veiculados na mídia e que apresentaremos mais adiante) e ela acabou oferecendo outras viagens onde poderíamos “sentir esta questão dos tropeiros”: viagens de 1 a 2 dias, a Castro e Tibagi.

Com o desenrolar da conversa, Maria explicou que estes roteiros não “ocorrem de forma regular”, ficando sujeitos a montagem de grupos (de, no mínimo 6 pessoas) e, portanto, necessitando de agendamento e programação prévia. Quando perguntamos o porquê de não estarem operando com o roteiro apresentado no *website*, a atendente apresentou vários motivos: alegou que, pela proximidade, os curitibanos “acabam indo por conta, já que as opções de hotéis e passeios não são tantas e é muito fácil montar sua própria viagem”. Logo depois disse que eles “montaram o tal roteiro para o público paulista” e, por fim, acabou dizendo que o referido roteiro nunca havia ocorrido, tendo sido montado apenas para ser apresentado “numa feira de turismo em São Paulo, na metade do ano” [referia-se ao Salão de Turismo de 2006]. Continuou, dizendo que “institucionalmente foi feito um trabalho grande, mas não existia produto e, por este motivo, apenas no ano passado, levamos a proposta de alguns roteiros para a feira de forma a iniciar sua comercialização”, e:

“(…) Veja: não é um produto conhecido, como Bonito ou Abrolhos. Tem que se fazer um trabalho muito forte em cima dele. Nós o criamos, mas, ele não acontece regularmente porque não tem saída. A procura não foi a esperada”.
(Maria)

⁵⁸ Conversa por telefone, no dia 11 de janeiro de 2007, às 14:30 horas.

⁵⁹ Nome fictício.

Combinamos que ela comunicaria se um dia fossem operar este roteiro mas ela alertou que estava “praticamente certa de que este roteiro não seria mantido”.

Ligamos para a outra agência, a “B” Turismo⁶⁰, que também oferecia um “pacote” similar ao da “A” Turismo. As informações foram muito parecidas: como no caso anterior, o roteiro nunca havia acontecido. No início da conversa, Márcia⁶¹, a proprietária da empresa, explicou que este tipo de roteiro só acontece se for “montado” um grupo (de, no mínimo, 8 pessoas) e deveria ser previamente agendado. Justificou-se, alegando que “esta região é muito difícil porque os restaurantes, museus, etc. não abrem em horários e dias regulares. Muitos destes estabelecimentos só abrem para receber grupos pré-agendados”. O roteiro em referência não havia ocorrido nenhuma vez. De acordo com ela: “a região é muito nova”:

“Este roteiro nunca existiu e nunca existirá. Ele foi montado apenas para compor um guia que foi levado para São Paulo, no Salão de Turismo. A Paraná Turismo [acreditamos que se referia à Secretaria Estadual de Turismo] nos obrigou a montar estes roteiros, já que o Governo Federal [acreditamos que se referia ao Ministério de Turismo] está pedindo para que cada estado apresente novos roteiros para alavancar o turismo brasileiro”. (Márcia)

Márcia contou que, para montar este roteiro, fez viagens técnicas para conhecer a região e realizar um levantamento da infra-estrutura (hotéis, restaurantes, museus e equipamentos) existente. Conta que “nesta região, os serviços são muito demorados e eles facilmente te deixam na mão”. Sugeriu que tentássemos “ir por conta visitar Castro, passando por Ponta Grossa e chegando a Tibagi, no Canyon Quartelá”.

Como nos casos anteriormente apresentados percebe-se que as “atrações” sugeridas pelas agências de turismo são aquelas consolidadas, na região, antes mesmo da proposição do projeto “Rota dos Tropeiros”.

2.3. PROGRAMA DO GLOBO RURAL

⁶⁰ Conversa por telefone, no dia 11 de janeiro de 2007, às 15:30 horas.

⁶¹ Nome fictício.

No final do ano de 2006 foi lançada uma “edição especial” da Revista Globo Rural⁶², intitulada “Os Tropeiros”. Composta por três fascículos, todos eles vêm acompanhados por um DVD, com aproximadamente uma hora e meia de gravação cada.

O lançamento desta edição da revista foi um dos vários subprodutos gerados por uma grande produção que tinha como objetivo, segundo seus organizadores, “contar a saga dos tropeiros, estes homens heróicos”⁶³. Na publicação menciona-se ser este um “projeto antigo do Globo Rural” e que, com a sua execução, “o sonho, enfim, se realiza”.⁶⁴

Esse projeto, considerado “a maior empreitada da TV Globo na área de reportagens”⁶⁵ – não só por seu alto custo, como pela complexa produção exigida –, reuniu um grande grupo de pessoas: funcionários da equipe do Programa Globo Rural, da Rede Globo – repórteres, cinegrafistas, produtores, operadores de áudio, diretores de reportagem, entre outros - e pessoas contratadas – peões, cozinheiro, motoristas, veterinário, etc. Foram também selecionados e “alugados” os animais que comporiam a tropa.

Um dos critérios utilizados para a seleção dos funcionários que participariam da viagem foi o de que eles possuíssem experiência em cavalgadas, sendo que, dentre os escolhidos, alguns viveram parte da infância em fazendas; outros tinham parentes fazendeiros ou funcionários de fazenda e, vários deram depoimento de que descendiam, de alguma forma, de tropeiros (para esses, em particular, contam as reportagens, era um “especial prazer reviver a grande aventura dos tropeiros”).

O grupo realizaria um percurso de 1.760 km, “em lombo de mulas”, partindo de Cruz Alta, no Rio Grande do Sul e chegando à Sorocaba, em São Paulo.

A viagem teve início em março de 2006. De sua gravação, resultou uma série especial do programa, apresentada aos domingos - de 16 de julho a 1º de outubro do mesmo ano -, além de reportagens, que foram veiculadas através

⁶² Revista mensal da Editora Globo que traz informações sobre o setor agropecuário e “oportunidades para quem vive no campo”. Com distribuição em todo o território nacional.

⁶³ Globo Rural, Edição Especial, 2006. Fascículo 1: 3.

⁶⁴ Globo Rural, Edição Especial, 2006. Fascículo 1: 8.

⁶⁵ Globo Rural, Edição Especial, 2006. Fascículo 1: 3.

de um *website*, criado para tal fim, e formatadas em DVDs, para revenda juntamente com fascículos encadernados.

O objetivo desse empreendimento, segundo os organizadores, era:

“Reviver simbolicamente, pelo menos, a saga dos tropeiros que percorreram o país nos séculos 18, 19 e início do século 20 conduzindo dezenas, às vezes centenas, de mulas cargueiras, único meio de transporte de pessoas, produtos, costumes e notícias pelo interior do país”. (Globo Rural, Edição Especial, 2006. Fascículo 1: 3. Grifos meus)

Para o planejamento da viagem a equipe de produção contou com a consultoria do jornalista, Sérgio Coelho de Oliveira, também historiador e “pesquisador do Tropeirismo”. A pesquisa preliminar – realizada através da análise de documentos escritos, entrevistas com pesquisadores locais e regionais, ex-tropeiros, filhos ou netos de ex-tropeiros e “pessoas que ainda vivem lembranças daquela época” – resultou em material de apoio para a equipe e para a programação da viagem. A produção contou também com o apoio de guias locais, contatados por serem conhecedores dos diferentes trechos do caminho.

Mesmo com todos os preparativos, o grupo teve que lidar com muitas dificuldades:

“(...) Não sabíamos o que sobrara do trajeto original, coberto em grande parte pelo asfalto, lavouras, construções e cidades como Cruz Alta, Lagoa Vermelha, Passo Fundo, Lages, Lapa, Ponta Grossa, Castro, Itararé e Itapetininga”. (Humberto Pereira, editor-chefe do programa Globo Rural. Revista Globo Rural. Edição Especial, 2006. Fascículo 1:8)

A “façanha” durou 66 dias. Pegaram chuva, sol, frio e poeira no caminho; cruzaram trechos considerados perigosos. Por diversas vezes necessitaram de ajuda da polícia rodoviária para cavalgar por estradas asfaltadas e movimentadas; em outras, precisaram da ajuda uns dos outros para atravessar trechos com piso de pedra escorregadio e caminhos estreitos através de densa vegetação. Passaram por várias das centenas das cidades que se formaram sobre os pousos dos tropeiros. A equipe conta que foi sempre recebida com muita simpatia e empolgação e, em todos os estados, diferentes grupos de cavalgada foram ao encontro deles para, juntos, percorrerem alguns trechos do caminho.

A dureza do trajeto foi compensada pelo conforto proporcionado pela produção do programa: a equipe dormiu em hotéis, fazendas ou pousadas (não nos pousos a céu aberto, de antigamente); almoçavam, sempre que possível, em restaurantes das cidades pelas quais passavam (em um dos caminhões, foi também, adaptada uma cozinha) e, vez ou outra, quando paravam em alguma fazenda, o proprietário lhes proporcionava refeições “típicas”, a base de muita carne e temperos.

Com relação aos animais, a situação não foi diferente: as mulas foram previamente selecionadas, em criatórios no Estado de São Paulo, treinadas, tratadas e preparadas para a viagem. Montou-se um esquema de revezamento onde as mulas que cavalgavam num dia eram levadas, de caminhão, até a parada do dia seguinte, para descansar.

A tecnologia e os recursos financeiros mobilizados permitiram recriar, sob condições “modernas”, a viagem dos tropeiros.

Produzido de forma a chamar a atenção dos espectadores - com linguagem fácil, imagens bonitas, interessantes entrevistas – o programa é bastante agradável, tornando prazeroso assistir às 4,5 horas de edição. As gravações realizadas pinçam diferentes aspectos associados ao “Tropeirismo”, sobrepondo-se imagens e falas diversas, como: “lugares maravilhosos”, encontro com pessoas “simpáticas e hospitaleiras”, imagens de fazendas que teriam sido antigos pousos de tropeiros, aspectos gerais das cidades formadas pelo caminho, curiosidades a respeito das mulas e seu comportamento, informações sobre a culinária “típica” das regiões visitadas, bem como roupas, utensílios e peças de montaria utilizados pelos tropeiros, e a emoção do encontro com ex-tropeiros e destes, ao verem a tropa passar:

“A gente encontra pousos de tropeiros quase intactos, até as antigas casas, as fotos das famílias na parede. *É muito interessante, porque as pessoas estão se emocionando bastante com esse resgate. Elas começam a falar de uma história delas, falam com a alma, e isso tem deixado a gente muito emocionada*”. (Ivaci Matias, repórter e editor do Globo Rural que acompanhou a tropeada por Santa Catarina. Globo Rural, 2006. Fascículo 2: 13. *Grifos meus*)

A intenção deste programa do Globo Rural é contar aos brasileiros sua “própria história”. A viagem, desenvolvida ao longo de mais de dois meses, numa super-produção, retoma o “Tropeirismo” como um grande épico e apresenta o tropeiro como um personagem mítico, um herói, suposto promotor

da unidade nacional, sendo explícito o esforço por incorporá-lo à narrativa da nação.

José Reginaldo Gonçalves (GONÇALVES, 1988), no artigo⁶⁶ em que problematiza as questões de “autenticidade” e “aura” dos chamados “patrimônios culturais” – usando, como estudos de caso, Ouro Preto, no Brasil e Colonial Williamsburg, nos Estados Unidos –, a esse respeito, coloca:

“No contexto brasileiro, as igrejas barrocas de Minas Gerais, enquanto ‘monumentos nacionais’ são vistas em termos de uma suposta relação de continuidade com o passado colonial brasileiro. Da mesma forma, um recente monumento nacional, o terreiro Casa Branca, em Salvador, pode ser visto através de sua relação com o passado dos negros e, por extensão, do Brasil. Nesses e em outros casos similares, pensamos e sentimos, ou mais que isso, temos a experiência sensorial de ver o Brasil ou o passado brasileiro nas formas plásticas de igrejas barrocas ou de um terreiro de candomblé. Expressões como “Isto é o Brasil” ou “Isto somos nós, negros brasileiros” *revelam o sentimento de identificação entre esses monumentos, aquilo que eles representam, e aqueles que os olham*. Em outras palavras, através dessa estratégia retórica da identificação entre Brasil e, no caso, igrejas barrocas em Minas ou um terreiro de candomblé em Salvador, *definimos a nação como barroca, religiosa, católica, mineira, ou negra, afro, nagô e baiana. E como num passe de mágica, nos sentimos todos de algum modo “autênticos” portadores desses mesmos atributos*”. (GONÇALVES: 1988, 267. *Grifos meus*)

De forma análoga, o programa do Globo Rural apropria-se de aspectos pinçados do “Tropeirismo”, estendendo à imagem do brasileiro “do interior” atributos tais como: “coragem”, “valentia”, “honra”, “virilidade”, “liberdade”, etc., atribuídos originalmente aos tropeiros.

O programa também indica uma continuidade no tempo, como sugere Gonçalves, no trecho acima mencionado, na medida em que entende o passado como patrimônio comum e como algo que mantém laços com o presente. A Rota dos Tropeiros é construída com base nesse pressuposto, sugerindo poder-se experimentar o passado no presente, ou seja: vende-se os roteiros turísticos mencionados como se fosse possível “reviver a saga dos tropeiros”.

Contudo, o programa do Globo Rural reduz o fenômeno do “Tropeirismo” à cavalgada, tomando a parte pelo todo. Essa mesma redução metonímica pode ser observada na prática dos freqüentadores de pousadas: assim como ocorre na produção da Rede Globo, em minha pesquisa de campo pude

⁶⁶ “Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais” in Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1988, p. 264-275.

constatar que pessoas “apaixonadas” por cavalos e cavalgadas são os principais freqüentadores das pousadas inseridas na “Rota dos Tropeiros”, como se verá mais adiante.

2.4. LIVRO “AVENTURA NO CAMINHO DOS TROPEIROS”

Outro produto sobre o tema, também produzido em 2006, é o livro “Aventura no Caminho dos Tropeiros”⁶⁷, publicado na “Coleção Expedições” da Editora Letras Brasileiras e à venda nas livrarias.

O texto é de Jakzam Kaiser⁶⁸, diretor editorial da Editora Letras Brasileiras (que se auto-define como alguém “apaixonado por aventuras”). As fotografias são de Werner Zotz⁶⁹, diretor da mesma Editora. Amigos e companheiros de trabalho, ambos tinham, como “projeto antigo”, a idéia de desenvolver uma viagem que “reproduzisse um dos antigos caminhos dos tropeiros”:

“A idéia surgiu durante as conversas com o Werner sobre o que ele chama de sua “gaveta de sonhos” – projetos variados de viagens e aventuras. Numa dessas ocasiões, *refletíamos sobre a importância histórica do antigo Caminho do Viamão para a integração da região Sul ao restante do Brasil*”. (KAISER, 2006:18. *Grifos meus*)

Apesar de bastante diferente e com objetivos distintos do programa do Globo Rural, o livro também tenta construir a figura do tropeiro como um herói, promotor da unidade nacional.

A meta era empreender uma viagem – realizada a cavalo, ao longo do antigo trecho do “Caminho do Viamão” – para localizar e mapear empreendedores que realizam, ou que possam vir a realizar, roteiros de cavalgadas como um produto turístico.

⁶⁷ Publicação da Editora Letras Brasileiras.

⁶⁸ Gaúcho, vive em Santa Catarina há 20 anos. É jornalista e antropólogo. Foi fundador e editor-chefe da Revista Mares do Sul, revista com matérias sobre turismo, aventura, cultura, ecologia e ecoturismo, com distribuição para o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. É também escritor de alguns livros com assuntos que variam desde turismo, antropologia até direitos do consumidor. (fonte: www.letrasbrasileiras.com.br)

⁶⁹ Autor de livros infanto-juvenis, livros fotográficos de viagens e de alguns títulos na área de educação. Participou da criação da Editora Mares do Sul. (fonte: www.letrasbrasileiras.com.br)

O autor explica que não consideraria as cavalgadas “arranjadas”, “montadas exclusivamente para ele” já que, como editor de uma revista de turismo (revista Mares do Sul), possuía muitos contatos nas cidades por onde passaria. Tinha como objetivo registrar uma viagem que pudesse ser “realizada pelos nossos leitores” e, para tanto, precisava “descobrir empreendedores que possuíssem uma operação comercial de viagens a cavalo, ou seja, para quem isto fosse um negócio”.

Com início em junho de 2005 e término em dezembro do mesmo ano, os dois, praticamente sem equipe de apoio, realizaram o “sonhado” projeto.

Em função de compromissos pessoais e profissionais e, pelo tempo que a viagem despenderia, ambos concluíram que a única forma de realizar todo o trajeto seria desenvolvendo-o em etapas: num primeiro momento, percorreriam os caminhos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina e, numa etapa posterior, o trecho compreendido entre o Paraná e São Paulo. Realizavam uma rápida pré-produção - obtendo nomes e lugares de pessoas que poderiam auxiliá-los na indicação de roteiros de cavalgadas - agendavam e iam aos lugares, não seguindo um roteiro pré-estabelecido. Também não realizavam nenhuma pesquisa prévia: o roteiro foi desenvolvido a partir de informações que já possuíam e contatos feitos em outras oportunidades.

O livro, cujo lançamento foi matéria da Revista Caminhos da Terra⁷⁰, assemelha-se a um guia turístico, com linguagem de diário de viagem (onde constam datas, horas, condição climática, humor do dia, etc.). Fartamente ilustrado, ele reserva um capítulo para cada um dos estados visitados. Nas cidades por onde desenvolveu cavalgadas, o autor cita nomes e tece comentários a respeito das pessoas que encontrou e dos contatos realizados, além de descrever os roteiros percorridos, a paisagem, a condição dos animais, da infra-estrutura (ou falta de), dos locais por onde passou, etc. Pelas informações, percebe-se que sua avaliação depende muito da empatia dele com os encarregados do roteiros, com os lugares visitados, as condições climáticas, etc.

O autor parece frustrar-se ao descobrir que não seria possível reproduzir, fielmente, todo o trajeto “original”:

⁷⁰ Editora Peixes, setembro de 2006, n. 173. De distribuição nacional.

“Nos preparativos dessas duas [*refere-se à primeira etapa: estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina*], aprendemos que seria impossível percorrer todo o antigo caminho dos tropeiros a cavalo. Por três motivos:

O primeiro, e mais importante, é a existência de cercas nos limites das propriedades. Talvez fosse possível obter autorizações para atravessar todas, desde o Rio Grande do Sul até São Paulo, mas exigiria tempo e esforço enormes. E sempre encontraríamos quem impedisse a passagem – e realmente encontramos casos assim durante a viagem.

Além disso, muitos trechos das atuais estradas estão sobrepostos ao caminho antigo. Seria necessário cavalgar trajetos longos sobre estradas, de chão batido ou asfalto. Qual o prazer de andar a cavalo em rodovias, lugares em que o meio de transporte mais adequado é o carro? *Nosso objetivo era experimentar situações similares às vividas pelos tropeiros 200, 300 anos atrás. Encontrar paisagens ainda intocadas pelo homem...*

A terceira razão, de ordem prática, é a inexistência de operações comerciais em todo o trajeto”. (KAISER, 2006:19. *Grifos meus*)

Ora, a apropriação de vários trechos das antigas rotas utilizadas pelos tropeiros por rodovias estaduais e municipais não é um fato recente, nem novidade mas, para o autor, parece que o antigo caminho perde muito do seu “valor” por estar modificado.

A equipe do programa do Globo Rural – que tinha como meta percorrer da forma mais fiel possível o trajeto “original” do antigo “Caminho das Tropas” – conseguiu completá-lo, mesmo precisando solicitar, por diversas vezes, ajuda da polícia rodoviária local para os auxiliarem nos trechos de cavalgadas por estradas asfaltadas. Ao empreender a “aventura no Caminho dos Tropeiros”, Jaksam Kaiser não estava interessado em reconstituir o antigo caminho ou em conhecer as especificidades das cidades “cortadas” pela antiga rota; o autor estava interessado em cavalgar e, estas cavalgadas deveriam ocorrer, de preferência, em lugares com “lindas paisagens ainda intocadas pelos homens”. Ele confessa: “qual o prazer de andar a cavalo em rodovias, lugares em que o meio de transporte mais adequado é o carro?” O autor demonstra ter o desejo de passar pelas mesmas experiências dos tropeiros, experiências estas que permitiriam uma justaposição imaginária entre o passado e o presente. Ele diz: “nosso objetivo era experimentar situações similares às vividas pelos tropeiros de 200, 300 anos atrás”.

Imprevistos ocorridos, do tipo: “produção oficial” de roteiro, trajetos por estradas “desinteressantes”, cavalgadas em “estradas de asfalto”, viagens “sem grandes surpresas de paisagem”, não cumprimento de datas e horários

por parte dos organizadores dos passeios, etc., levaram o autor a fazer críticas às cavalgadas que desenvolveu, nas diferentes localidades:

“Os desacertos são resultado de pontos de vista diferentes. Queremos cavalgar no Caminho dos Tropeiros com gente que vive disso comercialmente, apreender aspectos históricos e culturais relativos ao tropeirismo que tenham interesse turístico. Já Velocino [*refere-se ao guia deles, em Rio Negro*] incluiu roteiros turísticos que nada têm a ver com os tropeiros [*refere-se à visita ao Parque Ecoturístico São Luís de Tolosa, antigo seminário existente na cidade*] e, quanto às cavalgadas, são produzidas, “montadas” para serem fotografadas, sem considerar os aspectos turístico e comercial. E, principalmente, sem qualquer espírito de aventura”. (KAISER, 2006:83. *Grifos meus*)

O autor tem foco no turismo e acredita que, através da exploração comercial de cavalgadas pelo “Caminho das Tropas”, seja possível “apreender aspectos históricos e culturais relativos ao ‘Tropeirismo’ que tenham interesse turístico”. Vemos, outra vez, as cavalgadas sendo utilizadas como metáfora do “Tropeirismo”.

“Acreditamos que o Caminho do Viamão só voltará a ter destaque se ganhar vida real fora das páginas dos livros. As cavalgadas turísticas permitem o contato com as paisagens, com as pessoas e a culinária tropeira. Por isso, a preocupação com que o leitor possa repetir nossa experiência”. (KAISER, 2006:83)

No final do livro o autor acaba indicando quatro opções de roteiros de cavalgadas, roteiros estes que não ocorrem de forma comercial, nem regularmente – de certa forma, contrariando os objetivos inicialmente pretendidos. Estes roteiros foram “arranjados” – não pelas autoridades, mas por moradores e empreendedores locais – especialmente para ele e somente excepcionalmente poderiam ser repetidos.

2.5. LIVRO “A LAPA E O TROPEIRISMO”

Lançado também em 2006, o livro “A Lapa e o tropeirismo” - distribuído pelo escritório da 10ª Superintendência Regional do IPHAN, em Curitiba - difere dos dois exemplos citados anteriormente: ele é produto de um trabalho desenvolvido pelo IPHAN - instituição nacional de salvaguarda do patrimônio cultural -, enquanto os demais são iniciativas de empreendedores privados.

Decidimos incluí-lo na nossa análise por se tratar de mais um “produto”, também recente, relacionado ao “Tropeirismo”.

O livro em questão é um dos resultados do “Inventário Nacional de Referências Culturais” (INRC), proposto e conduzido pelo IPHAN. Este Inventário:

“(…) É um dos instrumentos principais da política de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial desenvolvida pelo IPHAN. Mais de 25 dessas iniciativas estão em curso em todos os estados do País e uma das mais ricas e interessantes foi a realizada na cidade da Lapa tendo como eixo o Tropeirismo”. (SANT’ANNA, Márcia. *Apresentação* do livro “A Lapa e o Tropeirismo”, 2006:5)

Estes inventários integram o “Programa Nacional do Patrimônio Imaterial”, do Governo Federal e têm, por objetivo:

“(…) Implementar políticas de salvaguarda voltadas à preservação de bens culturais de natureza imaterial em todo o País. Sua metodologia consiste em mapear, identificar e registrar referências culturais significativas para as comunidades locais, em todo o território nacional, com base em conceitos e em pesquisa empírica. O programa pretende articular, fomentar e apoiar políticas estaduais e municipais que promovam o reconhecimento e o registro, disponibilizem informações e elaborem políticas de reconhecimento da diversidade cultural. As informações levantadas pelos inventários e registros formarão ampla base de dados que estarão acessíveis a qualquer cidadão e poderão orientar políticas culturais”. (KERSTEN, 2006:13)

O texto, bem como a coordenação da pesquisa é da antropóloga e historiadora Márcia Scholz de Andrade Kersten⁷¹.

A autora explica que a cidade da Lapa foi escolhida, no Paraná, por ser considerada um “exemplo bem-sucedido de preservação do patrimônio arquitetônico urbano. Seu Centro Histórico, tombado em 1989, integra o maior conjunto preservado no Estado, representante dos séculos XIX e XX”. (KERSTEN, 2006:17)

Contudo, não foram os bens imóveis o objeto deste trabalho. Este contou com uma equipe composta por técnicos de diferentes áreas do conhecimento e teve a duração de seis meses. Seu desenvolvimento envolveu o levantamento e a análise de documentos escritos e a aplicação de entrevistas:

⁷¹ Antropóloga, professora aposentada do Departamento de Antropologia da UFPR e doutora em História das Idéias.

“(...) Sistematizamos uma série de informações dispersas em diferentes suportes: do folheto ao livro, do jornal às memórias individuais”. (KERSTEN, 2006:10)

A distribuição do conteúdo do livro, nos diferentes capítulos – bem como o desenvolvimento da pesquisa –, segue a tipologia proposta pelo “Programa Nacional do Patrimônio Imaterial”. Aborda aspectos específicos do município relativos à:

1. Formas de Expressão (capítulo Sociabilidades: O Linguajar Tropeiro, A Roda de Chimarrão, Comidas e Bebidas Tropeiras, O Tropeiro);
2. Lugares (Passagens e Pousos);
3. Ofícios e Modos de Fazer (O Ofício de Carpinteiro e de Marceneiro, O Ofício de Ferreiro, O Ofício de Seleiro);
4. Celebrações (Festa do Tropeiro).

Kersten conta que, para realizar o inventário, a equipe desenvolveu um “reconhecimento de campo” preliminar, onde:

“Essa fase catalogou quarenta e seis (46) referências culturais (relatório INCR, 2005), sendo o tropeirismo uma das mais significativas. *É claro que os temas relevantes para o entendimento das referências culturais lapeanas são muitos, no entanto ao centralizar o foco no movimento do tropeirismo, a equipe o elegeu como referencial dos modos de vida, de trabalho e de lazer específicos e formadores das identidades.* Constatação reforçada pelo reiterado destaque dado ao tema, tanto pela comunidade local quanto pelo resultado obtido por meio de enquete aplicada entre crianças matriculadas nas 3ª e 4ª séries do Ensino Fundamental em escolas no Município. A enquete teve por objetivo acompanhar o modo como o conhecimento e a memória são distribuídos ao longo do grupo de gerações e confirmar as indicações bibliográficas e de campo que apontaram *o tropeiro como importante substrato da identidade lapeana.*

(...) Entre os lapeanos é clara a vontade de “resgatar os traços criolos do tropeirismo”, expressos em sua culinária (quixerinha da Lapa, o feijão tropeiro), em seus costumes e rituais (a hora do chimarrão), nas músicas, festas e nas indumentárias e *fazer deles marcos de sua identidade particular.* Assim, *a figura do tropeiro, uma construção social difusa, é “naturalmente” conhecida – quem nada sabe sobre o tropeiro? Todos conhecem e “sabem” de algum fato, notícia, evento, “causo”, situação. Afinal, são todos lapeanos.* (KERSTEN, 2006:18 – *Grifos meus*).

Intriga-nos o fato desta “naturalização” não se refletir nos documentos locais – *website* institucional, museus, etc. – onde o “Tropeirismo” é tratado apenas “pontualmente” e em caráter secundário. Tanto as exposições nos museus, os folhetos turísticos, como também a maior parte das informações

históricas do *website*, atribuem à Revolução Federalista o fato histórico de “maior relevância” para o município.

A autora, ao afirmar que “afinal, são todos lapeanos”, acaba por “naturalizar” o valor atribuído ao “Tropeirismo”, unificando determinada concepção do passado – que é histórica e socialmente construída –, anunciando atributos que estabelecem a identidade como se ela fosse constituinte da própria natureza dos moradores da cidade. (DELGADO, 2005)

Incorporado ao campo do patrimônio, pelo IPHAN, o “Tropeirismo” é investido de significados para produzir determinada interpretação do passado através da seleção de signos que pretensamente representariam a memória coletiva. Como diz Andréa Ferreira Delgado:

“Para produzir o patrimônio imaterial, atribuem-se conteúdos simbólicos a determinadas práticas culturais, sacralizando-as como genuínas e autênticas por testemunharem a ‘identidade’ regional”. (DELGADO: 2005, 121).

Categorias como “tradição”, “cultura” e “história” são acionadas para constituir o patrimônio cultural – idealizando-se a relação do lapeano com este patrimônio – e o passado, que este discurso propõe que seja “resgatado” para construir o futuro da Lapa e dos lapeanos.

Também estranha-nos o fato da equipe de pesquisa ligada ao IPHAN “eleger” o “Tropeirismo” como “identidade local” – dentre as 46 referências culturais levantadas –, uma vez que o mesmo documento indica tratar-se de uma “identidade em revitalização”, sendo o investimento curricular exemplar, nesse sentido:

“Esta memória, *cada dia mais evocada, tem sido reforçada pela Escola, na ênfase que tem dado ao tema, e pela Prefeitura, que apóia e desenvolve atividades, projetos e atividades relacionadas ao tropeirismo.* Os resultados obtidos na enquête realizada *constataram a familiaridade dessa nova geração com a memória tropeira e indicaram a escola como o principal veículo de transmissão*”.(KERSTEN, 2006:82. *Grifos meus*)

Um outro aspecto ainda a ressaltar diz respeito à percepção da figura do tropeiro como uma “construção social difusa”, pois ela nos remete a um tempo histórico do qual se guardam “marcas culturais” esparsas, como: a arquitetura, a indumentária, a culinária, os ofícios, algumas expressões lingüísticas, expressões artísticas – música, dança, artesanato –, hábitos e costumes, etc.

Kaiser parece pensar da mesma forma, como se pode perceber no trecho abaixo:

“Por fim, chegamos a Sorocaba, o grande entreposto de antigamente, mas que hoje só lembra o tropeirismo *num monumento tímido de uma praça secundária*. Deixou de ser o final mais adequado de uma cavalgada. Melhor encerrar com as lembranças das trilhas que fizemos - mais de 300 quilômetros, no total”. (depoimento de Jaksam Kaiser em reportagem à Revista Caminhos da Terra. Edição 173, de setembro de 2006. *Grifos meus*).

O “Tropeirismo”, então, se traduziria num conjunto de “traços”, traços estes que os “lapeanos querem resgatar e fazer deles marcos de sua identidade particular”.

Essa forma fragmentada de representação do tropeiro e/ou “Tropeirismo” permite apropriações e recriações diversas, como sugerem os exemplos citados neste capítulo, apropriações estas que abarcam desde representações do “Tropeirismo” como “cultura” assentada histórica e espacialmente, até outras, mais recentes, que tomam aspectos da vida e dos costumes ditos “tropeiros”, recriando-os como “experiência” no presente – a exemplo da proposta da rota turística, das cavalgadas, das pousadas, entre outros.

3. “TROPEIRISMO”: ENTRE O TRABALHO E O LAZER

“Uma história original...

A busca do homem por um momento...

O novo tropeiro reencontrando o novo tropeirismo...

O Turismo colaborando com o desenvolvimento do Paraná!”

(fonte: <http://www.rotadostropeiros.net/index.php?pag=historia>, acesso dia 26 de novembro de 2006 às 17:00 horas)

Do material produzido a respeito do projeto turístico “Rota dos Tropeiros” – “guias”, folders, “cartilhas”, *website*, reportagens, etc. – constam algumas referências às fazendas da região. Elas aparecem nos roteiros das agências turísticas como “atrações”, do item “História e Cultura” e, no “guia” da região, como local “onde ficar”, ou seja, hotéis ou pousadas⁷².

Com a finalidade de conhecer a “Rota dos Tropeiros”, serviços e equipamentos que a integram e, também, conhecer o dia-a-dia dos proprietários e usuários dos dois hotéis-fazenda já citados, realizamos algumas viagens à região dos Campos Gerais, durante os meses de novembro e dezembro de 2006.

Já possuíamos informações, a partir da pesquisa anterior, de que as fazendas, de modo geral, não possuíam moradores permanentes (os proprietários eram de outras cidades, vindo apenas eventualmente à fazenda); algumas delas tiveram seu uso modificado, transformando-se em depósitos, alojamentos de funcionários, etc.; outras se encontravam abandonadas ou viraram ruínas.

A Fazenda Roseira se destacava nesse contexto uma vez que continuava sendo habitada por herdeiros diretos da mesma família - “sete gerações da família morando nas terras” -, desde o momento de sua construção. A casa-sede mantém o uso de moradia sendo muito bem cuidada e

⁷² Há notícias de que, nos últimos 10 anos, algumas propriedades rurais da região dos Campos Gerais foram adquiridas com o propósito de se tornarem empreendimentos turísticos, do tipo pousadas e/ou hotéis-fazenda. Das 16 fazendas pesquisadas em 1986, a única que desenvolve atividade turística, atualmente, é a Fazenda Roseira, na Lapa.

mantida e tendo recebido pouquíssimas intervenções arquitetônicas, como reformas e/ou adaptações.

3.1. ESTALAGEM FAZENDA ROSEIRA

A Fazenda Roseira (já a conhecíamos da pesquisa de 1986) localiza-se na Lapa e foi uma das primeiras a “adaptar” a propriedade para o uso turístico, naquela região.

Distante 12 km do centro da cidade, a estrada até a fazenda (em direção à Campo do Tenente) é asfaltada e encontra-se em ótimo estado de conservação. Uma placa sinaliza a entrada da fazenda.



FIGURA 3 – Paisagem “característica” dos Campos Gerais (2006)
(acervo da pesquisadora)

A pousada⁷³ – chamada Estalagem Fazenda Roseira – funciona num novo edifício, distante aproximadamente 800 metros da casa-sede antiga, em direção ao interior da propriedade.

“Em Lapa, nos instalamos na Estalagem Roseira, um hotel-fazenda. A proprietária, Maristela Suplicy dos Santos, é uma anfitriã simpática. Família

⁷³ A Estalagem possui 06 quartos, com 03 camas cada e 04 suítes, perfazendo um total de 28 leitos (além da possibilidade de instalar camas extras, dobráveis, nos quartos existentes), uma área de refeições, uma varanda, uma pequena sala de estar com TV, 01 banheiro coletivo e lanchonete. Anexo ao edifício da pousada, um grande galpão - construído em madeira (lembrando um antigo pouso de tropeiro) -, mobiliado com mesas e sofás, abriga usos de lazer e convívio coletivo dos hóspedes.

antiga de tropeiros. A fazenda é confortável, acolhedora, com uma atmosfera campeira. *Sentimos que retomamos o Caminho do Viamão*. (KAISER, 2006:84. *Grifos meus*)

A única moradora da fazenda, atualmente, é Dona Zuleica, mãe de Maristela. Simpática e hospitaleira, ela nos mostrou toda a casa e mobiliário, orgulhosa da “integridade” e do estado de conservação de tudo e fez questão de descrever, detalhadamente, as mínimas reformas que o edifício havia sofrido desde a sua construção.

"A gente conserva tudo como era e a gente ama muito este lugar: essa fazenda, a vista, é tudo muito bonito".
(Dona Zuleica, “Diário da Tropeada”, realizado pelo programa Globo Rural, em 2006, e disponível em ,com acesso no dia 03 de outubro de 2007, às 23:00 horas)



FIGURA 4 – Fachada da casa-sede da Fazenda Roseira, Lapa (2006)
(acervo da pesquisadora)

Dona Zuleica diz que a família morou na fazenda por muitos anos até que, com os filhos já crescidos, mudou-se para Curitiba de forma que eles pudessem finalizar os estudos. Há 15 anos, apenas o casal retornou à fazenda e, em 2002, Dona Zuleica ficou viúva.

Conta muitas histórias sobre a casa, a fazenda, o “Tropeirismo” e os motivos que os levaram a montar a pousada. Fala também das várias pessoas que recorrentemente procuram a fazenda para realizar reportagens, sendo que

a última oportunidade foi para a gravação dos DVDs do Programa Globo Rural, já comentado.



FIGURA 5 – Interior da casa-sede da Fazenda Roseira, Lapa (2006)
(acervo da pesquisadora)

Vejamos como a Fazenda Roseira se apresenta, através do seu *website*:

A Fazenda [Roseira]

Nascida no caminho dos tropeiros por volta de 1830 guarda em seu casario do século XIX e em seus hábitos e rotinas diárias, grande riqueza cultural e histórica das quais o visitante pode desfrutar.



A casa grande apresenta construção em estilo colonial rural do século XIX.



Os móveis e utensílios presentes em seu interior são datados de 1838 e encontram-se em ótimo estado, cozinha com fogão a lenha, churrasqueira e fogo de chão são outros itens que integram o panorama.

(Fonte: www.fazendaroseira.com.br, com acesso dia 26 de dezembro de 2006 às 17:00 horas).

Como se pode perceber, a informação fornecida, através da internet, utiliza aspectos relacionados a casa-sede da fazenda - construção e mobiliário “originais”, bom estado de conservação e manutenção, etc. – e, também, aspectos relativos à fazenda – “mantenedora de hábitos e rotinas antigas”, entre outros –, para valorizar e “vender” o estabelecimento como uma opção “diferenciada” de lazer. Voltaremos a estas questões mais adiante.

Visitamos também as instalações da pousada e conversamos com os funcionários responsáveis – um caseiro e sua família. A pousada fica fechada durante a semana, recebendo hóspedes apenas nos finais de semana e feriados, sob reserva prévia.

Realizamos entrevistas com a proprietária da fazenda – e da pousada – Maristela Suplicy dos Santos, que não mora⁷⁴ na fazenda: administra a pousada de sua residência. Nosso primeiro encontro⁷⁵ foi num dia de semana, em sua casa, localizada próxima ao Centro Histórico da Lapa.

Maristela nos recebeu em seu escritório, uma sala logo na entrada principal da casa. Como um “bom costume do interior”, em pouco tempo estávamos na grande cozinha, deliciando-nos com um saboroso “lanche da tarde”, repleto de produtos frescos produzidos na fazenda.

Muito simpática e com idade variando entre 45 - 50 anos, Maristela é casada, tem 3 filhos e um neto. Mesmo tendo morado muito tempo em Curitiba, como ela mesma diz, “desde cedo sabia que nunca deixaria a Lapa nem a fazenda” (ela foi a única, dentre os três irmãos, que voltou a morar na Lapa). Orgulha-se em dizer “ter puxado ao pai” no amor que sente pela fazenda e pela cidade e acredita que “é este amor que mantém a fazenda conservada e de pé, até hoje”.

Ela e o marido administram também a fazenda, além da pousada. É muito respeitada na Lapa e seu nome aparece em vários documentos relacionados ao “Tropeirismo”.

Conta que a fazenda, desde o primeiro dono - o avô de sua bisavó - tem ficado, por herança, ao filho que mais se identifica com a propriedade e com a

⁷⁴ Apesar de dizer que “faz questão em estar sempre presente no local [refere-se à pousada] quando recebe hóspedes”, pois “adora contar a história da fazenda e dos tropeiros que por ali passaram”.

⁷⁵ Entrevista realizada com Maristela Suplicy dos Santos, no dia 02 de outubro de 2006, na Lapa.

“lida” no campo. Seu pai, que sempre trabalhou e ajudou na fazenda – “porque gostava da terra, da fazenda” -, herdou a casa. Ela também explica que era “comum”, na divisão dos bens, que aquele que recebesse a casa ficasse com a menor porção de terra. Foi o que ocorreu com o seu pai.

Um entre sete irmãos,

“O sonho do meu pai, desde criança, era ter a fazenda. Não deixar a Fazenda Roseira acabar... Mas sabia que se ficasse só aí, não ia conseguir. Ele sabia que não poderia comprar o restante das terras. Daí ele montou uma farmácia e foi morar no norte do Paraná, para ganhar dinheiro e poder comprar o resto da fazenda”. (Maristela Suplicy dos Santos)⁷⁶

O pai administrou a farmácia durante anos, indo à fazenda apenas nos finais de semana, férias e feriados, até conseguir comprar as partes da propriedade, herdadas pelos irmãos.

Maristela, em sua fala, enfatiza a questão da “vida dura” no campo, referindo-se tanto aos tempos atuais (dificuldades que ela e o marido encontram para administrar a fazenda), quanto aos “tempos de seu pai” (apesar do “trabalho e dedicação contínuos, por inúmeras vezes ele precisou usar o dinheiro ganho na farmácia para manter a fazenda”).

Recorda-se que, quanto à decisão de montar a pousada, “tudo começou quando hóspedes da Lapinha passaram a procurar a Fazenda Roseira como uma opção a mais de lazer e descanso”.

Situada nas proximidades da fazenda, a “Lapinha - Clínica e Spa Naturista” é uma clínica de relaxamento, montada nos anos 70. As terras onde está instalada (com o acesso em frente ao da fazenda, pela estrada de asfalto) pertenciam à Fazenda Roseira.

Considerada inovadora, quando criada, essa clínica é muito conhecida e recebe vários hóspedes. Oferece um tratamento que consiste na “busca do bem-estar e equilíbrio através de técnicas de relaxamento e re-educação alimentar”, sendo que a alimentação, portanto, segue padrões rígidos e controlados (o que acabou dando a Lapinha um forte foco em emagrecimento).

Lapinha Clínica e Spa Naturista
Spa no Paraná tem história de sucesso. Alternativas para o completo bem-estar.

⁷⁶ Entrevista realizada no dia 02 de outubro de 2006, na Lapa.

Com o desgaste da vida moderna e os problemas sérios causados por ele, as pessoas passaram a ter necessidade de recuperar o equilíbrio físico, emocional e espiritual. A reposição da energia perdida e o reencontro do equilíbrio é a proposta da Lapinha Clínica e Spa Naturista, o primeiro Spa brasileiro, fundado em 1972.

Centro de Bem-estar

Num cenário bucólico, típico das fazendas do sul do país, com campos e pastagens a perder de vista e um jardim salpicado de plátanos, pinheiros e outras espécies originárias de países de clima temperado, encontra-se a sede da Lapinha. Uma casa em estilo europeu, de dois andares, que possui 40 apartamentos aconchegantes com janelas que dão para os jardins.

(Fonte: <http://www.lapinha.com.br/>, com acesso em dia 26 de novembro de 2006, às 17:00 horas. *Grifos meus*)

Percebe-se que, no texto de apresentação do empreendimento, o “rural” – “congelado” como um cenário – é construído, no plano discursivo, numa clara oposição à “vida moderna” (esta, entendida como a vida urbana em metrópoles). O “campo”, por sua vez, é percebido como o espaço associado a práticas econômicas e culturais que remetem à idéia de uma “vida simples”, “tranqüila”.

A oposição se delineia apontando os aspectos negativos da cidade, sendo esta a “causadora de desgastes físicos e emocionais, de stress extremo, de falta de tempo para apreciar e valorizar pequenas coisas”, etc. Em contraponto, o “campo” é descrito como o local onde estes aspectos “tão prejudiciais à saúde e ao bem estar” podem ser “tratados”, sugerindo, para tal, a estadia em um “cenário bucólico, típico das fazendas do sul do país, com campos e pastagens a perder de vista”.

O “campo” – e, por analogia, “a vida rural” – surge, assim, como a “última fronteira” de contato com a natureza, seja por meio de práticas ao ar livre ou simplesmente através das “janelas que dão para os jardins”. Sugere-se que, por meio destas práticas, é possível fugir da “rotina estressante” da cidade. A oposição trabalho / lazer, metaforicamente representada na oposição cidade / campo, sustenta a representação deste último como local ideal para se restaurar o “equilíbrio perdido”.

Essa “construção” – idealizada – da vida no campo é parte de um processo mais amplo de construção de um discurso sobre a “vida rural”, da perspectiva turística: os empreendimentos – como as fazendas transformadas em hotéis e/ou pousadas – vendem, além do cenário, certos aspectos do *ethos* rural, em especial elementos da vida doméstica, como mobiliário, alimentação,

etc., e práticas historicamente associadas ao trabalho, transformadas em lazer, como as cavalgadas, como veremos mais adiante.

Maristela conta que, além dos hóspedes e acompanhantes que “fugiam” da alimentação controlada da Clínica Lapinha, alguns amigos antigos da família - proprietários de uma escola “tradicional” em Curitiba⁷⁷ -, passaram a solicitar a oportunidade de levar grupos de alunos⁷⁸ – crianças entre 10 a 14 anos – para passar o dia na fazenda e conhecerem “um pouco mais” a respeito dos tropeiros e dos Campos Gerais.

Além disso, o fato de seu pai gostar de realizar “experimentos” com diferentes tipos de grama e pasto acabou “chamando a atenção de alguns professores do curso de Agronomia da Universidade Federal do Paraná, que passaram a desenvolver pesquisa com alunos no local”.

Estes diferentes grupos que regularmente visitavam a fazenda eram recebidos pelos proprietários de “braços abertos”. Maristela diz que a mãe sempre gostou de cozinhar (hoje produz e vende, na pousada, compotas, doces de frutas secas, etc.) e o pai, gostava muito de conversar. Desta forma, por muito tempo, receberam informalmente os visitantes, oferecendo sempre um gostoso “lanche da tarde”, durante o bate-papo. Isto vinha ocorrendo com certa freqüência até que o número de pessoas começou a aumentar muito e eles passaram a necessitar uma estrutura maior, tanto de funcionários como de espaço físico. Decidiram, então, construir um galpão “colado” à casa principal (existente até hoje, é usado como área de lazer da família) e começaram a atender os visitantes “profissionalmente”, solicitando reserva prévia.

Desta forma, surge a idéia da formação de um novo negócio: a pousada Estalagem Fazenda Roseira:

“Nascida no caminho dos tropeiros por volta de 1830 guarda muitas Estórias e Histórias das quais, até 1998, apenas a família e os amigos mais próximos desfrutavam. Devido ao grande interesse de visitantes, a fazenda preparou-se para o ecoturismo, e criou uma completa infra-estrutura para receber e hospedar visitantes. Hoje é possível pernoitar na Estalagem Fazenda Roseira. A Estalagem oferece pensão completa, composta de café da manhã colonial, almoço e jantar. Ao entardecer, em um lugar pitoresco, é acesa a fogueira para, sob a luz das estrelas, apreciar-se a noite e ter uma boa conversa. Ambiente acolhedor, comida saudável, boas conversas e momentos especiais, fazem parte da estadia na Estalagem Fazenda Roseira. As acomodações

⁷⁷ Escola Anjo da Guarda, que oferece educação infantil e ensino fundamental.

⁷⁸ Em 2006, completou dez anos da realização desse tipo de excursão à fazenda.

oferecem todo conforto que você merece, camas box-spring, chuveiros à gás e elétricos, aquecedores e ventiladores, roupas de cama e banho em algodão puro, cobertas e travesseiros de primeira linha. Dispomos de suítes e quartos com banheiros feminino e masculino”.

(fonte: <http://www.fazendaroseira.com.br/>, com acesso no dia 26 de novembro de 2006, às 17:00 horas. *Grifos meus*)

O *website* da pousada valoriza aspectos históricos, construindo continuidades com o “Tropeirismo”: “nascida no caminho dos tropeiros”, a fazenda “guarda muitas estórias e histórias”, oferece “café da manhã colonial”, etc. Valoriza, também, algumas práticas associadas à *vida rural*, como a possibilidade de “acender uma fogueira para se apreciar a noite e ter uma boa conversa” para, ao mesmo tempo – de forma oposta, mas complementar – associar confortos da vida contemporânea: comodidades como “camas *box-spring*”, “chuveiros a gás e elétricos”, “roupas de cama e banho em algodão puro”, etc.

Maristela lembra que sua primeira experiência com um empreendimento do tipo “hotel-fazenda” se deu há alguns anos atrás quando, durante sua lua-de-mel, hospedou-se numa grande fazenda no interior de Minas Gerais. A fazenda havia sido produtiva desde sua criação mas, o proprietário, encontrando dificuldades em mantê-la, decidiu transformá-la em pousada.

Ela diz lembrar-se “ainda hoje, de ter se impressionado muito com a falsidade que o empreendimento transmitia” e que “o ‘cenário’ montado para os turistas proporcionava uma noção distorcida da rotina de uma fazenda”, portanto, “soube naquele momento o que deveria, ou não, ser oferecido num hotel-fazenda”.

Por conta disto, quando decidiu criar a pousada – considerada atividade complementar para a Fazenda Roseira – a maior preocupação de Maristela era com os serviços que ofereceria e também com a forma com que “formataria” o funcionamento da pousada. Sua proposta é a de que a fazenda “não mude em nada as suas atividades do dia-a-dia, quando recebe hóspedes”, mas que ocorra exatamente o contrário, ou seja: “que os hóspedes se adaptem à rotina da fazenda”.

Vejamos as atividades que a Estalagem oferece aos visitantes:

Banho em piscina natural com água cristalina, cuja nascente encontra-se na Fazenda, formando uma bela cachoeira;
Cavalgadas com guia e horário marcado;

Trilhas por colinas arredondadas e mesetas de escarpa devoniana, 980 hectares de área preservada com matas de araucária;
O hóspede pode participar da rotina da fazenda o que inclui a ordenha do gado e demais atividades.
(fonte: <http://www.fazendaroseira.com.br/>, com acesso no dia 26 de novembro de 2006, às 17:00 horas. *Grifo meu*)

Contudo, em outro *website* relacionado – e é importante frisar que, de certa forma, ao acessar informações a respeito da fazenda, pela internet, os *websites* da pousada e da fazenda se “confundem” – consta que a Fazenda Roseira é:

“(…) Ainda hoje produtiva, com leiteria (ordenha mecânica com música), lavoura (hoje cuidada com tecnologia moderna), gado de corte (…).”
(fonte: http://www.fazendaroseira.com.br/roteiro_escolar.htm, com acesso no dia 26 de dezembro de 2006, às 17:30 horas)

Como se pode perceber, quando as informações se referem exclusivamente à propaganda da *pousada*, o discurso utiliza elementos “tradicionais” da vida de/na fazenda (“oferece-se aos hóspedes a possibilidade de participar da ordenha do gado” e, por decorrência, da rotina da fazenda). Por outro lado, quando as informações dizem respeito à *fazenda*, enquanto *unidade produtiva*, destaca-se sua “modernidade” (há muito o leite não é obtido através de “ordenha manual”).

No que se refere à pousada são enfatizados aspectos do tipo: “localiza-se na rota de um dos antigos caminhos das tropas”, é “remanescente do século XIX”, é mantenedora dos “aspectos originais da construção”, é “conservadora das tradições campeiras”. São ressaltados, portanto, os termos “autêntico” e “original”. Opostamente, nos textos referentes à produção da fazenda, o “tom” do discurso muda, passando a valorizar sua “modernidade”, o “desenvolvimento de novas tecnologias” na lavoura, “ordenha mecânica com música”, etc. Não estaria a Estalagem Fazenda Roseira também “montando um cenário” para os turistas, com vistas à legitimação de uma dada representação de “autenticidade”?

Maristela comenta a respeito de outros empreendimentos, localizados nas proximidades da fazenda, o que segue:

“(…) Com o tempo, novos hotéis-fazenda estão surgindo, até bem próximos à Roseira, mas não os considero concorrência, uma vez que não são autênticos”. (Maristela Suplicy dos Santos)⁷⁹

Para exemplificar, cita o Hotel Fazenda Vovó Naná, que faz divisa com as terras da Roseira. Explica que não apenas é uma propriedade nova (refere-se à divisão das terras, ou seja, é uma parcela criada, subdividida, recentemente, de uma grande fazenda), mas também que foi adquirida exclusivamente com o objetivo de abrigar um hotel-fazenda:

“Não é autêntica pois nunca foi uma fazenda” e, conseqüentemente, “nunca teve produção. Tudo o que tem é cenário, construído para o turista. Até o tamanho da propriedade comprova que ela é mais uma chácara do que uma fazenda” (Maristela Suplicy dos Santos)⁸⁰

Buscamos informações, na internet, a respeito da pousada à qual ela se refere e apresentamos a seguir:

Hotel Fazenda Vovó Naná:

Apenas 1 hora de Curitiba... *O sossego do campo perto de você*

Localizado próximo à cidade histórica da Lapa, a aproximadamente uma hora de viagem do centro de Curitiba, o Hotel Fazenda Vovó Naná dispõe de uma *ampla estrutura de lazer e conforto combinado com o ar puro e a paz da natureza, presente em nosso bosque de mata nativa repleto de pássaros.*

Dispõe de hospedagem em aconchegantes chalés e apartamentos, estrutura de lazer com piscina, salão de jogos, videokê, lago para pesca, trilhas no bosque, passeios a cavalo e charrete, playground e cancha de futebol e vôlei.

O atendimento é feito por funcionários moradores da região, que conhecem e estão habituados aos costumes da vida do interior e com as atividades rotineiras de uma fazenda.

Venha e traga a sua família para *conhecer e desfrutar da tranquilidade do campo.* animais - cavalos, faisão, coelhos e carneiros; charrete, trilhas no bosque e uma ampla área verde; videokê, filmes em DVD, e livros para leitura.

(Fonte: <http://www.hotelvovonana.com.br/quem.htm>, com acesso no dia 26 de novembro de 2006, às 17:45 horas. *Grifos meus*)

Ao mesmo tempo em que o texto não afirma se tratar de uma fazenda, ele ressalta o fato do atendimento ser feito “por funcionários moradores da região, conhecedores dos costumes da vida do interior e das atividades rotineiras de uma fazenda”. O discurso mescla, como na Fazenda Roseira, “tradição” e “modernidade”: “o sossego do campo perto de você”, em uma “ampla estrutura de lazer” que inclui videokê e filmes em DVD”. Este tipo de

⁷⁹ Entrevista realizada no dia 02 de outubro de 2006, na Lapa.

⁸⁰ Idem.

“discurso” se repete – é uma constante – nos empreendimentos deste tipo pesquisados até agora.

Maristela e a Estalagem são citadas no livro “Aventura no Caminho dos Tropeiros” recebendo muitos elogios pelas instalações, hospitalidade e bela paisagem e, também, por possuírem um excelente passeio a cavalo. Ela mantém um exemplar do livro, autografado, na sala de refeições da pousada.

Em reportagem alusiva ao lançamento do referido livro, na Revista Caminhos da Terra, o autor comenta:

“Com ânimo renovado, seguimos até a Fazenda Roseira, em Lapa, para encerrar a etapa paranaense de nossa viagem. Cavalgamos até o cume de um cerro de arenito, de onde a vista é mesmo deslumbrante, e na volta ouvimos histórias sobre a passagem das tropas federalistas por aqui, quando avançaram em direção a Lapa. Além de famoso pouso de tropeiros e palco de importante episódio político-militar, descobrimos que a cidade tem um bom passeio a cavalo, o que nos enche de satisfação”.

(Publicada na ed. 173, Revista Caminhos da Terra, setembro 2006. http://www2.uol.com.br/caminhosdaterra/reportagens/173_brasil_ponta_cascos.shtml, com acesso no dia 21 de dezembro de 2006, às 17:00 horas)

Durante nossas conversas percebemos que Maristela não se referiu ao projeto turístico “Rota dos Tropeiros” em nenhum momento. Decidimos então questioná-la a este respeito. Ela foi direta e incisiva ao afirmar que, para ela, a criação deste projeto:

“Não faz a menor diferença: a pousada já existia antes dele e continuará existindo, independente dele”. (Maristela Suplicy dos Santos)⁸¹

O sucesso ou não da Rota,

“Não muda em nada minha situação. A Fazenda Roseira sempre esteve na Rota dos Tropeiros”. (Maristela Suplicy dos Santos)⁸²

Maristela conta que, no início, participou das reuniões realizadas na Lapa “apenas porque foi convidada” e que, atualmente, não está envolvida pois “não tem muitas expectativas quanto às melhorias que ele pode trazer ao seu negócio”.

“Desconsiderando” a existência do projeto, Maristela diz estar passando por um momento em que deve decidir se mantém a pousada em funcionamento, fecha ou aumenta a estrutura que possui, pois:

⁸¹ Entrevista realizada no dia 02 de outubro de 2006, na Lapa.

⁸² Idem.

“(...) Ficar do jeito que está, tem sido muito desgastante e pouco compensador, financeiramente falando. Preciso de linhas de crédito que possibilitem financiamentos para obras de ampliação da pousada, mas elas não existem. As poucas existentes são completamente desinteressantes para os empresários, uma vez que os valores são pequenos e o prazo para pagamento, muito curto”. (Maristela Suplicy dos Santos)⁸³

A pousada não pode usar os serviços de uma agência de turismo, uma vez que tem pequena capacidade – poucos leitos. Precisaria de acomodações para, pelo menos, 45 pessoas (a lotação de um ônibus de turismo).

Mesmo reclamando da situação financeira e das inúmeras dificuldades que encontra para administrar a pousada, foi preciso interromper nossa primeira conversa - que ocorreu durante uma tarde de um dia de semana – por quatro vezes seguidas, para que ela respondesse o telefone, fornecendo informações a respeito de preços de diárias e datas livres da pousada.

3.2. POUSADA CAINÃ

O segundo empreendimento para compor os estudos de caso desta pesquisa – a Pousada Cainã – seguiu critérios de escolha diferentes dos adotados no exemplo anterior.

A fazenda Cainã não fazia parte do universo da pesquisa de 1986. De fato, durante a pesquisa atual, sabemos que as terras onde hoje se encontram as instalações da pousada não existiam - ao menos não da forma atual: o terreno da propriedade é parte da subdivisão de uma grande área e não há registro da existência de uma casa-sede no local.

Localizada em São Luís do Purunã, distrito de Balsa Nova, a pousada encontra-se a, aproximadamente, 50 km do centro de Curitiba (pela BR 277, sentido Ponta Grossa). Através de uma estrada de saibro, ladeada de cercas que delimitam propriedades particulares – haras, chácaras, ranchos, fazendas e hotéis-fazenda –, começa-se a vislumbrar, ainda que de leve, as colinas, formações rochosas, campos e capões de mato, elementos “característicos” da paisagem dos Campos Gerais. A Pousada Cainã (algumas vezes também chamada Hotel-Fazenda Cainã) situa-se no fim desta estrada.

⁸³ Idem.

“Nosso destino é a fazenda Cainã, em São Luiz do Purunã: um pequeno povoado que servia de pouso para antigos tropeiros: Nos duzentos hectares da fazenda, a família do Márcio Vecchi cria cavalos crioulos, planta grãos e mantém uma pousada rural. *“O tropeirismo já rendeu frutos no passado e hoje é um grande negócio. Nós vendemos aqui muita história. A região aqui vive praticamente disso. A agricultura está em segundo plano”*, explica Márcio.

Não é difícil entender o que atrai os turistas. Olhando para o leste a paisagem é marcada por uma cadeia de montanhas, do outro lado, uma planura sem fim. O entardecer na fazenda é de tirar o fôlego e a manhã também.

A região é conhecida como segundo planalto paranaense e é à beira da tradicional rota de tropeiros do estado. A uns 40 quilômetros fica a cidade de Curitiba. A fazenda fica a mais de 1200 metros de altitude. É um lugar muito bonito e muito frio. (Domingo 10/09/2006 / Globo rural – edição diária do Diário da Tropeada.

A pousada consiste num “complexo” de diferentes construções: logo na entrada existem 03 grandes casas e 03 chalés, todos da família do proprietário; mais para o interior da propriedade encontram-se, espalhados pela grande área, 20 chalés para hóspedes.



FIGURA 6 – Vista externa, Pousada Cainã, São Luiz do Purunã (2006)
Alguns chalés e a piscina
(acervo da pesquisadora)



FIGURA 7 – Vista externa, Pousada Cainã, São Luiz do Purunã (2006)
Cocheira
(acervo da pesquisadora)

Uma construção em madeira abriga a área de encontro e convívio dos hóspedes: reúne a recepção, restaurante com fogão à lenha, bar e salão de jogos (utilizado, também, como sala de conferência). Existem ainda uma varanda coberta e outra, descoberta, repletas de mesas e cadeiras. Bem próxima, encontra-se a piscina.

A aproximadamente 100 metros da recepção, ergue-se um grande galpão, também em madeira: a cocheira. Em frente a ela, os cavalos – as atrações preferidas dos usuários - ficam “expostos” para que possam ser “alugados” para passeios: cavalgadas que variam de uma hora a meio dia, sempre acompanhadas por guias. Entre as duas construções, estende-se um grande lago onde a atividade de pesca é permitida.

A pousada figura no *website* da SETU⁸⁴ – Secretaria de Estado do Turismo do Paraná. O texto a seguir foi retirado do item “o que ver e o que fazer”, na seção “tipo de turismo”, “turismo rural”, do referido *website*, o qual apresenta, de forma bastante “didática”, definições de termos e conceitos relativos ao turismo.

⁸⁴ <http://www.pr.gov.br>.

TURISMO RURAL

Turismo Rural é o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade.” (Ministério do Turismo). A experiência pioneira de Turismo Rural no Brasil começou em Lages – Santa Catarina, no ano de 1986, na Fazenda Pedras Brancas. Em 1992 o Paraná dá seus primeiros passos rumo a sua implantação, quando a sede de uma propriedade agrícola cafeeira recebe seus primeiros hóspedes. Foi assim que a Pousada das Alamandas, no município de Rolândia, transformou-se numa das pioneiras do gênero no estado. *Neste mesmo ano, no mês de junho, no Distrito de São Luiz do Purunã, em Balsa Nova, região dos Campos Gerais aconteceu a primeira cavalgada dentro de um segmento turístico: o turismo eqüestre na Fazenda Cainã, atualmente com 83 alqueires e sediando a Pousada Cainã que possui diversas atividades de lazer como: mountain bike, caminhadas ecológicas, colônia de férias, treinamento para empresas, alojamentos para cavalos, etc., além da atividade que deu início a implantação do equipamento de hospedagem, a partir de 1995: as cavalgadas em diversos percursos, por um trecho do histórico Caminho do Viamão.* (Fonte: , com acesso no dia 26 de novembro de 2006, às 18:30 horas. *Grifos meus*)

Como se pode ver, a Pousada Cainã, referência na região, “oficializa” o que se entende por “turismo rural” no Paraná, figurando como um dos primeiros empreendimentos desse tipo no estado.

Ela é bastante procurada pelo público curitibano - em parte devido à sua proximidade com a Capital mas, também, por oferecer a possibilidade de “passeio de uma dia” (que inclui almoço e uso da estrutura existente).

O proprietário nos foi indicado, pela maior parte das pessoas que entrevistamos, como sendo, potencialmente, um “informante importante”. Além de informações do tipo “ele era um executivo de sucesso que largou tudo em busca de melhor qualidade de vida”, ele e a pousada são recorrentemente citados como exemplo de “empreendimento de sucesso”⁸⁵, em reportagens relacionadas a questões de ecoturismo ou turismo rural, no Estado. A mais recente menção jornalística é a da revista “Os Caminhos da Terra”⁸⁶, publicada por ocasião do lançamento do livro de Jaksam Kaiser, “Aventura no Caminho dos Tropeiros”, mencionado anteriormente. Na reportagem, e também no livro, o autor elogia muito (como também o havia feito com a Fazenda Roseira) as instalações da pousada, a beleza do lugar e a qualidade das cavalgadas que ela oferece.

⁸⁵ Márcio possui inúmeros recortes de jornais e revistas, onde a pousada e ele são notícia.

⁸⁶ Reportagem “O Brasil na Ponta dos Cascos”, de setembro de 2006, ano 14, n° 173.

“No Paraná, a Rota dos Tropeiros é um roteiro regional que envolve quase duas dezenas de cidades, órgãos do turismo estadual e entidades variadas. Parece haver mais alternativas para quem quer cavalgar, mas a verdade é bem outra - os passeios que existem são superficiais e perdemos alguns dias passando de um para outro. Só fomos recuperar *o autêntico espírito tropeiro* na Fazenda Cainã, em São Luís de Purunã, distrito de Balsa Nova, a 40 quilômetros de Curitiba. Nosso anfitrião é Márcio Vecchi, que eu já conhecia de nome. Sua propriedade é um misto de haras, hotel-fazenda com restaurante aberto ao público e centro de leilões de animais. Um empreendimento que prima pela qualidade e pelo bom gosto. Os chalés são aconchegantes, a comida é saborosa e o atendimento, impecável. Nota-se que os cavalos estão bem tratados, lustrosos, penteados (...).”

(Revista Os Caminhos da Terra, ed. 173 de setembro 2006, disponível em http://www2.uol.com.br/caminhosdaterra/reportagens/173_brasil_ponta_cascos.shtml, com acesso no dia 21 de dezembro de 2006, às 17:00 horas. *Grifos meus*).

Com o objetivo de conhecer o empreendimento, assim como seus freqüentadores, visitamos a pousada durante quatro finais de semana consecutivos – entre os meses de novembro e dezembro de 2006 – participando de algumas das atividades oferecidas: cavalgadas e caminhadas. Pernoitamos uma vez.

Márcio Vecchi, o proprietário, cuida de tudo com muito esmero, tendo conseguido criar um ambiente bastante agradável e acolhedor. Com idade variando entre 50 - 55 anos, ele é simpático e tranqüilo. Aparentemente, este seu “jeito” atrai um grande grupo de pessoas que acaba por freqüentar regularmente as instalações e que ele gosta de chamar de “fã clube da Cainã”.

Pai de 3 filhas, Márcio tem também 2 netos. A filha mais velha, formada em Direito, é casada e mora em Curitiba; a filha do meio se formou em Veterinária e trabalha com ele na fazenda; a mais nova, está para se formar e já programou realizar um curso na “área eqüina”⁸⁷ – com duração de 3 anos –, nos Estados Unidos. Márcio fica muito orgulhoso em dizer que a filha foi convidada para fazer este curso e que ela “conseguirá um diploma único e voltará para aplicar os conhecimentos na fazenda”.

Ele conta que, há 20 anos, comprou as terras

“(...) Apenas para construir uma casa de campo para a família passar o final de semana, se divertir. Montar uma estrutura boa para curtir e ir usando.

⁸⁷ Márcio organiza diferentes cursos na “área eqüina”: um deles, o qual chama de “especial”, é programado com um ano de antecedência (ele diz ser “único do tipo no Brasil”). Convida um palestrante estrangeiro - do Uruguai, Argentina ou Chile -, “conhecido na área”, e faz as inscrições dos interessados, que ele chama de “público seleta”.

Minha família sempre teve fazenda. É do Rio Grande do Sul. Mesmo morando na cidade, sempre plantou feijão, soja. Meu pai era veterinário, sempre esteve envolvido com o campo. Eu morava na cidade, mas sempre fui muito ligado ao campo. Morei no interior por muito tempo e a gente sempre plantou. Vim para Curitiba com 15 anos. Sempre tive uma ligação muito forte com cavalo, assim, na primeira chance que eu tive, comprei as terras. Tão logo tive contato com o campo, outra vez, me animei a voltar. Sabia que um dia voltaria. Comprei a terra porque tinha um plano de mais tarde voltar". (Márcio Vecchi)⁸⁸

Num certo sentido, a história de vida de Márcio assemelha-se à de Maristela (Estalagem Fazenda Roseira) na medida em que ambos tiveram grande vivência da “vida no campo” durante a infância e a juventude. Maristela morou em fazenda, Márcio viveu muito próximo ao campo, no “interior”, ambos acompanharam e se envolveram com as atividades dos pais na “lida” com a agricultura e/ou pecuária.

Tentaremos mostrar mais adiante que, mesmo aparentemente sutis, as semelhanças, e as diferenças, entre as histórias de vida e visão de mundo dos dois proprietários são definidoras e norteadoras da “formatação” de cada empreendimento e, conseqüentemente, da imagem que cada uma das pousadas apresenta de si.

Márcio estudou e se formou em Curitiba. Diz que era considerado pelos amigos como um “executivo bem sucedido”, porém, “sentia-se cansado de ter que estar no esquema”, então:

“(...) Antecipei minha vinda porque queria muito sair. Vim sem dinheiro e sem estrutura, mas com a idéia de montar uma pousada, então precisei tentar fazer ela gerar lucro. Fui adaptando para ver o que dava dinheiro e o que não dava. Errei mais do que acertei. A gente confunde rústico com precário. Eles [refere-se aos hóspedes e visitantes] querem, no mínimo, o que eles já têm. Tem que ser igual ou mais: uma boa cama, bom banheiro, lençol limpinho. Comida eu tenho e ninguém [refere-se à outros empreendimentos turísticos em São Luís do Purunã] tem. A gastronomia é muito forte, aqui”. (Márcio Vecchi)⁸⁹

Entre “erros e acertos”, a pousada atualmente oferece, além dos diferentes cursos na “área eqüina” (doma, rédea, ferrageamento) e na área veterinária (médica e esportiva), as seguintes atividades:

Estrutura disponível:
Piscinas, infantil e adulto
Cavalgadas
Campo de futebol, vôlei, karaokê, sala de bilhar
Trilhas ecológicas

⁸⁸ Entrevista realizada em 09 de dezembro de 2006, na Pousada Cainã.

⁸⁹ Idem.

Pescaria em lagos
Salas de reunião (2)
Aulas de equitação
Aluguel de cocheiras e treinamento para cavalo de rédeas
20 chalés e 6 apartamentos
Restaurante com comidas típicas regionais
(Fonte: <http://www.pousadacaina.com.br/faqs.htm>, com acesso no dia 15 de dezembro de 2006, às 18:00 horas)

Márcio também organiza, mensalmente, “noites temáticas”⁹⁰ como: “Noite Gaúcha (com fogo de chão)”, “Noite Italiana (com queijos e vinhos)”, “Noite Árabe (com dança do ventre)”⁹¹ e diz que o “fogo de chão”, já é de “praxe”.



FIGURA 8 – Fogo de chão, Pousada Cainã, São Luiz do Purunã (2006)
Pedacos de costelas sendo preparadas
(acervo do pesquisador)

Márcio lembra que, quando chegou na região, por ali “não tinha nada, nem estradinha” e teve inúmeras dificuldades para conseguir levar água e

⁹⁰ Fonte: <http://www.pousadacaina.com.br/>

⁹¹ Fonte: <http://www.pousadacaina.com.br/>

eletricidade para lá, só conseguindo porque “no fim, foi tudo feito por minha conta”.

Diz que, mais recentemente, depois de muito “esforço, paciência e gasto”, conseguiu instalar internet tornando-se fornecedor para as propriedades mais próximas. É o criador, e único responsável pela atualização, do *website* da pousada além de realizar, também, monitoramento regular das “visitas”.

Vejamos como ele apresenta a pousada, no *website*:

Hotel Pousada Cainã

A Pousada Cainã em São Luiz do Purunã, município de Balsa Nova, Paraná, a aproximadamente 40 minutos de Curitiba, faz parte *do Caminho Real do Viamão que, nos séculos XVIII e XIX, era percorrido pelos tropeiros que, saindo do Rio Grande do Sul, levavam os animais para comercialização em São Paulo, mais precisamente em Sorocaba, onde ao longo de três mil km iam plantando costumes, civilização e não poucas páginas de heroísmo.*

Hoje o Hotel Fazenda Pousada Cainã recebe pessoas de várias partes do Brasil e exterior. Entre os freqüentadores, destaque para *os curitibanos que vivendo em uma grande cidade perto do campo se descobrem, adotando o estilo "country", hoje muito em moda. Cavalgar, caminhar nas trilhas ecológicas, se deliciar com a comida campeira são privilégios que deixam hóspedes e visitantes encantados. Ali, você se transforma num verdadeiro tropeiro, cavalgando trilhas de 18 a 100 km, vivendo a história com muita aventura e emoção.* Além das trilhas a cavalo, caminhadas de até 15 km e outras atividades existentes, a Cainã já possui um "Fã clube" informal, basta visitar a fazenda num final de semana, para perceber a mágica da multiplicação de vagas, isto é, mesmo atendendo até 220 pessoas nos domingos e feriados de maior movimento, tanta procura não chega a congestionar o ambiente, já que os grupos se espalham em trilhas e atividades diferentes.

(fonte: <http://www.pousadacaina.com.br>, com acesso no dia 15 de dezembro de 2006, às 18:00 horas. *Grifo meus*).

Percebe-se que tanto a Cainã como a Estalagem Roseira utilizam-se da referência histórica aos tropeiros para sua “autenticação”. Ambas se assemelham pelo fato de apontar o contato com a “vida campeira” como um “privilégio”, nos tempos atuais, para fugir da rotina, apresentando-a não como um “modo de vida”, mas como um “refúgio” da rotina e do *stress* da vida urbana.

Entretanto, há também alguns aspectos que diferenciam os dois empreendimentos. Um deles é o fato de que, na Cainã, o “tradicional”, ou o “histórico”, cede lugar à idéia de uma experiência contemporânea da “vida rural”. Nesta pousada, não é a casa, o modo de produção ou o estilo de vida tropeiro que se ressalta. Ela se mostra como um local onde é possível viver “aventura e emoção” – onde inclusive você pode se “transformar num verdadeiro tropeiro”, figura heróica -, associando estas características à figura

do tropeiro. Na Estalagem Fazenda Roseira, diferentemente, o trabalho e o estilo de vida é que são associados à figura do tropeiro.

Apesar de contar com serviço de 22 funcionários, entre fixos e contratados por dia, Márcio realiza várias tarefas, como: atendimento ao bar, fechamento das contas, organização das refeições, atendimento a reservas e informações, etc. Trabalha muito e diz que “a pousada não funciona sem ele”. Não dispondo de feriados ou finais de semana livres, ele desabava:

“(…) Encontrei o que buscava, mas muita coisa ficou para trás. Achei que ia ter mais tempo para viajar, mas não consigo. Viajava mais, antes. Hoje, bem menos. Não tenho assim 10 dias para sair. Perdi muita coisa mas ganhei outras. Tenho que colocar tudo numa balança para avaliar, mas o que posso dizer é que não voltaria. Não tinha tempo para nada, com 3 filhos. Eu queria ter tempo de noite para ler, dormir até mais tarde, fazer as coisas que queria fazer. Preciso achar alguém para me substituir, da forma como eu preciso. O dinheiro hoje está escasso para todo mundo. Se você se organizar até consegue, mas não é nada fácil tocar uma pousada”. (Márcio Vecchi)⁹²

Diferentemente do que ele inicialmente imaginava, “sair da cidade” não alterou muito a “correria” em sua vida. Porém, haviam outras questões:

“(…) Quando a gente veio para cá, eu tinha o projeto final de morar no mato, eu estava querendo sair fazia muito tempo. Queria sair fora da jogada, eliminar cartão de crédito, eliminar conta em banco, diminuir número de roupa. Aquela coisa de chegar numa época da vida em que a gente descobre que os valores são outros. Queria ter descoberto antes, pois o baque foi muito grande. Eu vim de um bom salário, vim de coisa boa, estava bem empregado. Eu fui muito radical e muito estúpido: de uma terça para quarta larguei tudo e vim me instalar aqui. Eu não estava preparado. Não é fácil dizer: vou morar no mato. Perdi muito. Perdi o patrimônio e descobri que a moedinha é outra pois você tem várias formas de mensurar o quanto você ganha: uma é quanto você recebe mensalmente de dinheiro, salário, por mês e, a outra, é quanto você gasta. Descobri que aqui não ganhava bem mas vivia muito bem. Quando você troca isto e você faz a conta da forma como você vive, de repente, eu ganho muito melhor do que um monte de gente pois vivo bem, como bem, faço o que gosto. Hoje estou preso aqui. Se alguém me oferecesse um bom salário, eu não ia”. (Márcio Vecchi)⁹³

Márcio traça uma clara oposição entre a vida na cidade e a vida “no campo” e, ao comentar sobre a “moedinha” ser diferente ele está, de fato, se referindo a valores:

“(…) Aqui você vai na Vila [refere-se a São Luís do Purunã], compra à crédito, não leva talão de cheque. Você tem uma caderneta. O valor do compromisso moral é muito mais forte do que o papel. E você paga com amor, pois é o teu

⁹² Entrevista realizada em 09 de dezembro de 2006, na Pousada Cainã.

⁹³ Idem.

compromisso. Na cidade, a gente é só mais um (...). Eu nunca tive problema trabalhista, o que é raro e não pego recibo de nada, é tudo no “fio do bigode”, na camaradagem (...). Eu não sei se as pessoas, quando saem, vão buscar uma vida simples ou se elas estão apenas fugindo...Hoje em dia, todo mundo quer ter uma casa no campo. Na cidade, a gente vive caçando, sai para comprar porque tudo precisa ser substituído. No campo, são outros os valores. O perfil do cara que vem aqui é um perfil totalmente diferente. Sair do sistema é ir para o campo. Sair, minimizar teu custo para viver bem. Eu gasto 10 % do que eu gastaria em Curitiba, tenho apenas um terno para sair, não vou ao cinema, não janto fora. É diferente. Você anda o dia inteiro e, à noite, está morto”. (Márcio Vecchi)⁹⁴

Ao mesmo tempo em que estava buscando “fugir” da cidade, Márcio confessa que montou uma grande estrutura onde, conforme ele mesmo diz, “trouxe um pouco da cidade comigo”. Refere-se às facilidades que a cidade oferece e que, comumente, são mais difíceis de serem encontradas “no campo”, facilidades estas que, de acordo com ele, não conseguiria viver sem elas.

O proprietário conta que, nos primeiros anos de investimento na Fazenda Cainã, ele manteve, paralelamente, “toda a estrutura” de vida na cidade: apartamento, compromissos, título de clube, etc., imaginando que precisaria, um dia, ter que voltar. Demorou muitos anos para “cortar os vínculos” com Curitiba e, atualmente:

“(...) Tenho pavor de ir para Curitiba, não suporto mais. Curitiba mudou radicalmente, meu Deus do céu! Eu já não gostava antes, mas agora. Eu tenho pavor do sistema, do 0800... só fala com máquina. Eu preciso fugir disto. Eu assisti o filme “Em algum lugar do passado” e me identifiquei, de imediato, com aquela época. Eu nasci na época errada. Não gosto do cara me buzinar atrás, do cara se estressar. É tudo muito diferente do que estou acostumado agora... 15 anos aqui... Parece que está todo muito com pressa, que alguém fez mal para alguém, que você é inimigo de alguém. A cidade está complicada: você fica mais lento para ver um número de uma casa e o cara buzina e xinga...(...). Cortei os vínculos devagar. Eu sempre tive apartamento lá, agora, não tenho mais. Minha esposa ainda vai umas 2 vezes por mês, fica 5 dias e volta para cá. A terceira filha está louca para vir. As outras duas não suportam a cidade. Elas tiveram a chance de escolher e quiseram aqui. Cortamos tudo de lá. Demoramos para fazer isto. Mudei para cá quando não tinha mais roupa lá. Este ano eu dormi 4 vezes em Curitiba, mas a família vai um pouco mais...”. (Márcio Vecchi)⁹⁵

Diz que, como ele, várias pessoas se encantaram com a região e com a idéia de uma “mudança de vida e de valores”:

“(...) Todo este pessoal [refere-se às várias propriedades ao longo do caminho, descritas anteriormente, na estrada de saibro entre a BR 277 e a Cainã] veio

⁹⁴ Idem.

⁹⁵ Idem.

passar final de semana aqui [refere-se à Pousada Cainã]. Vinha tanto, voltava tanto, que acabaram comprando área aqui. Todos [conta que são mais de 16 famílias] morando aqui, como profissionais liberais. E gente que estava em condição cômoda em Curitiba. Às vezes dormia aqui, mas trabalhava lá. Começou a vir pediatra, comprou terra, fez chalé, uma casa maravilhosa [refere-se a uma das casas bem próximas à Cainã], e agora mora aqui e trabalha lá. Veio morar e morar bem. Vão todos [refere-se à família do pediatra] para Curitiba, todo dia: filha de 13 anos, a mulher que trabalha junto com ele. Nos últimos 6 a 7 anos isto tem acontecido bastante”. (Márcio Vecchi)⁹⁶

Outros que se encantaram com o local são aqueles que Márcio chama de “fã clube da Cainã”: um grupo de 20 a 30 “usuários regulares” – formado por “apaixonados” por cavalos e seus familiares, que alugam cocheiras para seus animais. Estas pessoas se encontram na pousada praticamente todos os sábados e domingos, “indo e vindo” (não pernoitam lá, pois, dizem “querer manter os compromissos da cidade”).

Vale à pena frisar que praticamente todos os entrevistados do grupo tiveram, em momentos diferentes de suas vidas, algum tipo de relação com a “vida no campo”: alguns moraram por determinado período em fazendas; outros costumavam passar longas férias em propriedades rurais dos familiares. Para eles, parte do “sabor” em freqüentar lugares como a Cainã é poder “reviver um pouco” daquilo que já conhecem e apreciam.

Composto por um número “equilibrado” entre homens e mulheres, com idade variando entre 35 e 55 anos, o grupo compõe-se basicamente de empresários e executivos de Curitiba. Muito animados, conheceram-se na Pousada e tornaram-se amigos - relação que se resume aos fins-de-semana, pois sequer possuem o telefone uns dos outros.

Contam que tão logo souberam que a Cainã prestava este tipo de serviço – guarda e lida de cavalos – transferiram seus animais para lá. Dizem que além dos cavalos serem muito bem cuidados eles não trocariam, por nada, “a paz que sentem em estar lá”.

A rotina de final de semana do grupo é a seguinte: chegam perto das 11:00 horas da manhã, vão direto tratar os animais e, então, saem para uma cavalgada. Na volta se reúnem para o almoço e depois ficam sentados na varanda externa, conversando até o final do dia.

⁹⁶ Idem.

Cris⁹⁷, esposa de um executivo da Associação Comercial do Paraná, o Rui⁹⁸, conta que anda a cavalo desde menina e sempre manteve seus animais em diferentes haras em Curitiba. Entretanto, “agora que descobriu o prazer em cavalgar no meio da mata, em trilhas que eles mesmos traçam, nunca mais volta a andar em círculos” e “se tiver que voltar a cavalgar em pistas de haras, abandona a atividade”. O marido, na empolgação, acabou comprando um cavalo (Márcio também presta serviços de compra e venda de animais) e agora, compartilha com a esposa este “prazer”. Diz não poder descrever a sensação que tem ao encontrar a enorme quantidade de animais silvestres que cruza seu caminho durante os passeios, além de poder usufruir da vista da região, “que é lindíssima”, pois “nunca andamos por estradas, apenas por caminhos no meio da mata”. Ambos estavam orgulhosos, estreado camisas novas - com franjas e bordados - “típicas” de cavaleiros. Rui conta que “durante a semana, não vê a hora de tirar o terno e poder vestir estas roupas”. Ele e a esposa são filhos e netos de fazendeiros, tendo passado parte de suas infâncias em fazendas.

Em alguns finais de semana o grupo realiza cavalgadas com 1 hora de duração, em outros, de meio dia; em algumas delas, Márcio os acompanha.

Gerson, sócio do Márcio no “negócio de cavalos” (e que diz ser mais um integrante das várias gerações de sua família que sempre “viveu no campo”), é definido pelo grupo como “o grande entendedor do assunto”. Ele me lança um desafio:

“Para a Sra. entender o que traz este pessoal aqui, compre um cavalo. Não preciso dizer mais nada. Depois conversamos pois, então, a Sra. vai entender”.
(Gerson)⁹⁹

Na fala dos integrantes do grupo, fica clara a oposição que estabelecem entre a vida urbana – associada ao espaço e tempo do trabalho – e as “maravilhas” da vida rural – associadas ao tempo e práticas de lazer. Foram insistentes em afirmar que não há apenas um fator que os motiva a ir lá, todos os finais de semana; dizem ser, na verdade, um conjunto deles: ver o animal, cavalgar e ter a sensação de “liberdade que isto trás”, sair um pouco da cidade para fazer esta “quebra na rotina semanal, de muito *stress* e trabalho” e ir até lá para descansar, estar junto à natureza, ouvir o canto dos pássaros e encontrar

⁹⁷ Nome fictício.

⁹⁸ Nome fictício.

⁹⁹ Entrevista realizada com Gerson em 17 de dezembro de 2006, na Pousada Cainã.

pequenos animais silvestres pelas trilhas, apreciar a bela paisagem, o pôr do sol e as estrelas, rever os amigos e ficar à toa “jogando papo fora”, são alguns deles.


Contudo eles afirmam, em “uníssono”, que apesar de “necessitarem muito” destas idas a Cainã, “nem pensam” em mudar para o campo. Preferem manter contato com o que chamam “vida simples do campo” apenas nos finais de semana.

Márcio, por sua vez, que tinha como projeto de vida “viver no campo” e “ter tranquilidade”, trabalha da manhã à noite, sete dias da semana. Diz não ter tempo para viajar ou “sair por 10 dias”. Adora cavalgar mas poucas vezes consegue acompanhar o grupo, uma vez que, nos finais de semana, a pousada recebe em torno de 200 pessoas para almoçar e passar o dia e “há muito serviço para ser feito”. Diz conseguir descansar um pouco, durante a semana, quando recebe menos hóspedes, ficando “à toa, por ali mesmo”.

Além do “fã clube”, a Cainã recebe muitos outros visitantes. Nas nossas diversas idas à pousada, devido à época do ano, encontramos basicamente grupos de funcionários de empresas em festa de comemoração de final de ano: alguns destes grupos eram grandes – 40 a 50 pessoas –, outros menores – 10 a 15 pessoas. As idades também variavam bastante – grupos entre 45 e 55 anos e grupos com jovens, entre 20 a 25 anos. Entretanto, o que os igualava, de forma geral, era o fato de estarem todos alegres e se divertindo muito.

Nenhum dos usuários entrevistados tinha tido experiência com “este tipo de vida” - a “vida no campo”. Para eles, cavalgar, estar numa propriedade rural de grandes proporções, observar a paisagem ou caminhar na mata eram situações completamente “novas, surpreendentes e emocionantes”. De forma geral, todos aqueles com quem conversamos disseram “não imaginar que um lugar assim pudesse ser tão bom” e que “não viam a hora de poder voltar e trazer seus familiares e amigos” para também desfrutarem daquele “prazer”.

Nos longos anos administrando o empreendimento, Márcio diz saber qual é o perfil dos usuários de um lugar como a Pousada Cainã e é para estes usuários que faz a seguinte “chamada”, no *website* da pousada:

 Uma boa dica para seu sábado ou domingo: Programe um passeio à cavalo com duração de 6 horas em média, com direito a churrasco no meio do trajeto, lindas paisagens da Serra de São

Luiz, muita história para contar e o melhor de tudo, descubra o **Indiana Jones** que existe em você!

(fonte: <http://www.pousadacaina.com.br>, acesso no dia 23 de dezembro de 2006, às 18:30 horas Interessante que o “herói” (simulado pelo personagem de ficção, Indiana Jones) seja representado pela figura de um caubói (sugerindo que você só descobriria este herói ao realizar uma cavalgada), pois, de certa forma, esta é a visão recorrente que se tem dos tropeiros “de antigamente”.

Márcio conta que, já que “está sempre cheio no final de ano e no carnaval e, de forma geral, tem uma lotação boa, nos finais de semana”, repórteres de diferentes revistas e emissoras visitam a pousada, todo final de ano, para escrever artigos onde possam comparar este tipo de lazer – turismo rural – ao chamado turismo de “sol e mar”.

Apesar de mencionar ter o seu empreendimento um “movimento considerável em comparação com outros empreendimentos deste tipo”, Márcio afirma: “depois que eu pago as contas, fico duro, sempre!”. Acredita que o “governo poderia ajudar, ao menos, abrindo linhas de crédito. Mas nunca abre e, quando abre, é difícil quem se enquadre nos padrões que exigem”:

“O governo diz que tem 300 linhas de crédito. Chega lá, descobre que tinha 10 milhões mas já acabou...Nunca, nunca, consegui...”. (Márcio Vecchi)¹⁰⁰

Apesar de estar sempre atento às oportunidades de financiamento, ele conta que conseguiu um financiamento, apenas uma vez, há dois anos: era um financiamento agrícola e, uma vez que ele também planta, conseguiu reunir e apresentar a documentação solicitada, tendo recebido a quantia de R\$ 26.600,00. E completa, dizendo que “com esta quantia, não consigo fazer nada em relação a ampliação do negócio”.

Ele, como Maristela, considera que:

“Estou num momento em que ficar desta forma não sei onde vai dar. Tenho que crescer. Ou eu cresço ou dou uma refinada, uma incrementada nos chalés, para poder cobrar mais caro. Não posso receber um ônibus de turismo pois não tenho quarto para todos. Até agora, tudo o que fiz, foi com dinheiro próprio, ganho aqui mesmo. Preciso de um acesso melhor, um pouco de publicidade. Tenho telefonia e internet banda larga que consegui com recurso próprio, gastei 100 mil reais para instalar...”. (Márcio Vecchi)¹⁰¹

¹⁰⁰ Entrevista realizada em 17 de dezembro de 2006, na Pousada Cainã.

¹⁰¹ Idem.

Também similar ao que ocorreu com Maristela, na Estalagem Fazenda Roseira, Márcio não mencionou o projeto da Rota nenhuma vez, durante nossa conversa. Comentamos a respeito do projeto turístico e perguntamos se ele poderia trazer novas possibilidades ao seu negócio. Ele responde:

“A rota é plano velho [refere-se a “tentativas” anteriores de usar o antigo Caminho das Tropas para um projeto turístico¹⁰²], mas o Requião não tem acesso aos índices de turismo. Ele não acha que turismo é importante. Dizem [refere-se às agências do governo] que dão a alavancada inicial, fomentam e os empresários se organizam em associações. Qual alavancagem? Cada vez que tem alguma coisa que começa a funcionar, vem alguém [refere-se ao governo] e quer organizar”.(Márcio Vecchi)¹⁰³

Na fase inicial de elaboração e implantação do projeto, Márcio participou ativamente das reuniões e das discussões:

“(…) A gente costuma acreditar, mas, como sempre, larguei mão. Eu saía para fazer palestra. A Cainã estava em alta. Só tinha ela, então o ego estava bem. Agora não saio mais. Não faço consultoria, nem nada. Os caras [refere-se ao Sebrae] queriam que eu desse curso sobre como se administra uma pousada. Chegou uma hora que eu achei que estava mentindo para o cara. O cara está no campo não por opção, como eu. Nosso agricultor brasileiro tem condições de empreender? Ele não sabe, é simples e não tem dinheiro. Falei a verdade e não gostaram. O cara tem tudo arrumadinho, fácil de transformar em uma pousada, a família querendo trabalhar. Como eu posso dizer que vai dar certo? Não adianta. Eu estou localizado perto de uma região com 2 milhões de pessoas [refere-se a Curitiba]. O cara vem aqui e me mantém. No Canyon [refere-se ao Canyon Guartelá] eu estava morto. O cara não se desloca, só se tiver uma estrutura do tipo Termas de Jurema que tem 200 apartamentos e pode pagar mídia…

Para vender algo, tem que ter este algo. O Guartelá foi vendido e não existe nada lá. Aqui na vila [refere-se a São Luís do Purunã] não tem almoço, pois nada funciona aos sábados. Eles têm que aumentar o projeto: O Guartelá não tem bar até hoje. A pior coisa é dizer que algo é maravilhoso e não é. O Sebrae é cabide de emprego, nunca foram para lugar nenhum, não conhecem nada da região…(…). Conhece algum consultor do Sebrae que é empreendedor ou foi? O cara nem sabe qual é o lado do rabo do cavalo…”. (Márcio Vecchi)¹⁰⁴

Quando falamos a respeito do “guia” turístico da Rota, Márcio disse:

“(…) Aquilo lá não vai para o nosso cliente. Dizem que mandam fazer 200 mil, mas fazem 10 mil e distribuem meia dúzia e ficam com a quantia pela qual foi orçada a publicação. Você [refere-se a esta pesquisadora], que está interessada, não consegue os cadernos. Imagina o cara que nem sabe. Eles gastaram 1 milhão em papel: uns folders, papéis. Eu não preciso de nada, só

¹⁰² Há pouco material a respeito destas iniciativas. Obtivemos informações de que elas não passaram da etapa de elaboração de folders e cartazes, ou seja: material impresso informativo, apenas.

¹⁰³ Entrevista realizada em 17 de dezembro de 2006, na Pousada Cainã.

¹⁰⁴ Idem.

que arrumem a estrada para mim, coloquem uma placa e, só. Acesso bom para ônibus”. (Márcio Vecchi)¹⁰⁵

Márcio conta sobre a carência, em termos de estrutura turística, em que se encontra São Luís do Purunã – como também muitos outros lugares no Estado - relacionando as diversas e insistentes tentativas, de diferentes grupos (estando ele incluído em vários deles), em tentar modificar essa situação. Nenhuma delas obteve êxito. Ele deixou claro seu desagrado com o Governo e com o SEBRAE, neste sentido, pois “eles não saem dos gabinetes para saber o que os empreendedores estão precisando”.

Por todos os motivos que apontou, Márcio vê a “Rota dos Tropeiros” apenas como “mais uma invenção para desvio de verba pública” ou para “uso indevido de dinheiro público”. Esta sua postura nos remete à Maristela, que mesmo não tendo se utilizado dos mesmo termos, pensa de forma similar pois, também para ela, a Rota é uma invenção do governo que, no que se refere ao seu negócio, “não faz a menor diferença”.

De fato, existem muitos pontos de convergência entre as falas de Márcio e Maristela, entre os quais ressaltamos os seguintes: ambos são céticos quanto ao projeto Rota dos Tropeiros e afirmam não “precisar” de planos do governo para alavancar seus empreendimentos; o que esperam, do poder público, são linhas de crédito apropriadas e infra-estrutura básica (estradas, etc.) para funcionarem. Os dois hotéis-fazenda, apesar de possuírem estruturas e porte bastante diferentes, encontram-se atualmente, na mesma situação: crescer ou fechar.

Existem também diferenças nas histórias de vida e visão de mundo de Maristela e de Márcio que consideramos fundamentais, na medida em que acabam por definir “formatações” distintas dos empreendimentos (como também na forma de “vendê-los” através de folders, *website*, etc.): Maristela praticamente “nasceu” na Fazenda Roseira, na Lapa; gerações de sua família, ininterruptamente, viveram e administraram a fazenda; ela cresceu ouvindo histórias de tropeiros; morou em Curitiba e optou por voltar para a Lapa (apesar de não residir na fazenda) “por amor a Fazenda e a cidade”. Os registros a respeito da fazenda mostram que ela não apenas era passagem obrigatória dos tropeiros (estava “no meio” do “Caminho das Tropas”) como também oferecia

¹⁰⁵ Idem.

invernada aos animais. Maristela se utiliza destes fatos, quando se refere à questão de ter um “produto autêntico e original” para oferecer aos turistas. Crê que (como apresenta o *website* da pousada), depois que montou a pousada, deu “oportunidade” para muitas outras pessoas, além do grupo de familiares e amigos, usufruírem disto isto. Outro aspecto importante: a fazenda é produtiva e a pousada se configura como renda, e atividade, complementar. Ela oferece poucas atividades aos turistas uma vez que acredita que participar da “rotina da fazenda” e poder usufruir da bela paisagem sejam suficientes.

Márcio, por sua vez, passou a infância em uma cidade do interior (do estado do Rio Grande do Sul) e não morou em fazenda; comprou as terras por “ser um bom negócio”; tinha a intenção de usá-la para passar finais de semana com a família, uma vez que é muito próxima de Curitiba; diz que “foi ler bastante sobre história para saber mais a respeito dos tropeiros e das tropas”, não sendo esta uma questão que fez “parte de sua vida”; optou em morar “no campo” como forma de “sair do sistema”. Ainda, os tropeiros não passavam pela fazenda: a propriedade fica próxima ao antigo “Caminho das Tropas” (os registros indicam que eles passavam por São Luís do Purunã, cidade que atribui sua origem à passagem dos tropeiros). Márcio planta apenas o que consome na pousada e cria exclusivamente cavalos, não sendo a fazenda, portanto, produtiva. Ele depende exclusivamente da renda da pousada e é, acima de tudo, um empresário. Promove inúmeras atividades que geram renda complementar (negocia cavalos, fornece internet, etc.) e oferece diferentes atividades aos turistas (como noites temáticas, cursos na área eqüina, etc.).

Em todos os finais de semana em que estivemos na Cainã, encontramos situações similares: os visitantes eram, na sua maioria, grupos de funcionários em festas de final de ano. Nenhum dos entrevistados, ou dos integrantes do grupo do “fã clube”, tinha sequer ouvido falar em “Caminho das Tropas” ou do projeto turístico “Rota dos Tropeiros”. Os motivos que os levavam até lá, e que os faziam planejar a volta numa próxima oportunidade, levando amigos e familiares, eram outros.

Tanto a Estalagem Fazenda Roseira quanto a Pousada Cainã são empreendimentos que se formaram e se desenvolvem de modo paralelo – apesar e além das iniciativas públicas (neste caso específico, referimo-nos à

criação e implementação do projeto turístico “Rota dos Tropeiros”) – e que, ao contrário daquelas, alcançam um certo sucesso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se toma como objeto de análise o projeto turístico “Rota dos Tropeiros”, parece haver consenso entre os protagonistas do processo. No entanto, para além das alianças, esta pesquisa esboça também as tensões e rivalidades presentes nas articulações entre os órgãos públicos e os empreendedores privados envolvidos.

O projeto da Rota – que se apropria do “Tropeirismo” e o elege como motivo principal da sua criação – articula diferentes agentes sociais em torno de uma proposta de interesse comum: a implementação do turismo nos Campos Gerais. Narrativas que atualizam uma suposta “identidade” histórica dessa região e sua importância na história nacional servem como suporte para essa construção. Porém, os agentes sociais envolvidos apropriam-se das representações correntes sobre o “Tropeirismo” de modos diversos, resultando desse processo novas contextualizações do fenômeno.

Como diz Bourdieu:

“O discurso regionalista é um discurso performativo, que tem em vista impor como legítima uma nova definição das fronteiras e dar a conhecer e fazer reconhecer a região assim delimitada – e, como tal, desconhecida – contra a definição dominante, portanto reconhecida e legítima, que a ignora”.
(BOURDIEU: 2002, 116)

Num primeiro momento, este “recente entusiasmo” pelo tema – salientado não apenas pela criação do projeto turístico, mas também, pela multiplicação de produtos recentemente lançados no mercado (a iniciativa da Rede Globo, o lançamento dos livros: “Aventura no Caminho do Tropeiro”, “A Lapa e o tropeirismo”; a criação de museus, dos Clubes de Tropeiros, etc.) – parece estar relacionado àquilo que Sahlins chama de um “fenômeno global”, ou seja, um movimento mais amplo e generalizado – que vem sendo percebido e registrado por inúmeros estudos realizados por antropólogos e cientistas sociais, em diferentes locais do planeta – de “resistência à globalização, onde

as localidades estão empenhadas em reconstruir suas culturas”. O autor diz que, como parte de um “poderoso movimento de autoconsciência que varre hoje o planeta” (SAHLINS: 1997,122), vários povos ao redor do mundo têm utilizado sua “cultura” seja para “marcar sua identidade”, seja para “retomar o controle do próprio destino”. (SAHLINS: 1997, 45)

O que nos remete, novamente, à Bourdieu, quando este afirma:

“(…) A oficialização tem a sua completa realização na manifestação, ato tipicamente mágico (o que não quer dizer desprovido de eficácia) pelo qual o grupo prático, virtual, ignorado, negado, se torna visível, manifesto, para os outros grupos e para ele próprio, atestando assim a sua existência como grupo conhecido e reconhecido, que aspira à institucionalização. O mundo social é também representação e vontade, e existir socialmente é também, ser percebido como distinto”. (BOURDIEU: 2002, 118)

Porém, é bom ressaltar que, os estudos de caso analisados por Sahlins – e também por Canclini –, nos ensaios já mencionados, são orquestrados por determinadas populações ou grupos que agenciam, de modo mais ou menos autônomo e consciente, esta afirmação de diferença “cultural”.

Em nosso contexto etnográfico, contudo, o agenciamento do tema “Tropeirismo” não tem como base social os “remanescentes” dessa atividade. Trata-se de uma iniciativa de diferentes instâncias do poder público e privado, que articulam distintas narrativas as quais remetem a uma suposta identidade regional, prática que faz parte de um processo mais geral de reificação da “cultura” como demanda política ou como mercadoria para fins turísticos¹⁰⁶. E podemos dizer que, em relação a estas políticas e empreendimentos, a população para a qual se reivindica (ou à qual se atribui) uma “identidade tropeira” – tanto os moradores da região como os potenciais consumidores dos produtos turísticos – ocupam uma posição secundária; são o pólo mais ou menos passivo de processos que não são agenciados diretamente por eles, apresentando-se, em grande medida, indiferentes às iniciativas que fazem da “cultura tropeira” um “patrimônio imaterial” e/ou um bem de consumo turístico.

Isto pode ser percebido quando Márcia Kersten alega que sua pesquisa apontou o “Tropeirismo” como uma das referências culturais “mais significativas” da Lapa e, Eduardo Zardo (o elaborador do projeto turístico),

¹⁰⁶ Há, inclusive, uma justificativa de que o nome “Rota dos Tropeiros” teria sido escolhido, para denominar este roteiro, por ser mais “turístico” do que “Caminho das Tropas”, como este trajeto é conhecido historicamente.

comenta que o “Tropeirismo” “surgiu, como uma vertente”, no levantamento que empreendeu na região. Em contrapartida, Jota (consultor do SEBRAE), por várias vezes na sua fala, insiste que: “Rio Negro tem cultura alemã, não tem Tropeirismo”, e “Ponta Grossa se enxerga muito mais como a cidade pólo dos Campos Gerais do que como cidade da Rota Tropeira”, ou ainda, quando se refere à maior parte dos municípios incluídos no projeto da Rota, com exceção de Castro, Tibagi, Ponta Grossa e Lapa, e diz que “há pouco esforço voltado à identidade do tropeiro, naqueles municípios”.

Ponta Grossa se percebe mais como uma cidade moderna e industrializada, reivindicando a posição de cidade pólo dos Campos Gerais; ela não quer ser “confundida” com uma cidade mantenedora de características rurais ou mesmo, ser apenas mais uma parada, entre outras, da Rota Tropeira. Desta forma, não participa das reuniões nem quer investir recursos no projeto. Além dela, muitas outras cidades que estão incluídas no trajeto, mesmo possuindo motivos diferentes, apresentam a mesma postura.

Jota também comenta que, em diversos municípios, quando acaba o mandato de um prefeito que apóia determinada política de turismo, seu sucessor, quando “de oposição”, faz questão de abandoná-la. Continua, dizendo que o governador não apóia o turismo, as prefeituras não têm recursos, não existe interesse de investimento por parte da iniciativa privada, etc. De forma análoga, as entrevistas realizadas com as agências de turismo demonstram que não adianta o governo federal praticamente “obrigar” a formatação de “produtos” (roteiros) regionais, pois, não vendo potencial de venda, estas mesmas agências propõem pacotes turísticos que jamais são operados. E o que dizer da edição dos guias turísticos que não circulam?

Há ainda uma outra questão importante que diz respeito à forma como o projeto está sendo implantado: inicialmente previsto para ser gerido pelo G32 – “grupo gestor” (que seria composto por 32 membros, sendo dois representantes de cada um dos municípios integrantes do projeto) – é administrado por funcionários designados por cada uma das instituições “parceiras”¹⁰⁷, uma vez que não conseguiu obter a “participação” desses mesmos municípios.

¹⁰⁷ Particpei de uma reunião do projeto, sediada no SEBARE, na qual, dos 21 participantes presentes, apenas 2 eram da iniciativa privada (pousadas). Todos os demais eram representantes do poder público municipal.

Isto parece ser uma evidência de que, como diz José Guilherme Cantor Magnani¹⁰⁸: “mexer com a cultura, ou seja, com a ação simbólica, é muito mais difícil do que ‘inventar’ um patrimônio, resultado da ação instrumental do estado”.

Para a construção de uma “identidade”, essencializa-se determinada concepção do passado – que é histórica e socialmente construída – anunciando-se atributos que estabelecem uma suposta unidade para a região como se ela fosse constituinte da própria natureza dos moradores dos Campos Gerais. Mas, afirma Bourdieu: “essas características nada têm de natural e são, em grande medida, produto de uma imposição arbitrária, quer dizer, de um estado anterior da relação de força no campo das lutas” pelo poder simbólico de produzir, neste espaço social, “uma visão única de sua identidade, uma visão idêntica de sua unidade”. (BOURDIEU: 1989, 115)

No nosso contexto específico, podemos concluir: o projeto turístico “Rota dos Tropeiros” foi criado tendo por referências formas contemporâneas de produção das práticas de turismo. Ele transforma os bens materiais e imateriais, associados ao “Tropeirismo”, de “bens históricos” em “bens de consumo” turístico/cultural.

Situado num território relacionado ao “Tropeirismo”, sua especificidade consiste na associação de algumas práticas da “vida rural” a um contexto histórico-cultural particular. Constrói-se, dessa forma, uma identidade “regional” – a dos “Campos Gerais” – que se contrapõe e relativiza a imagem hegemonicamente difundida do Paraná como sendo um estado “moderno”, “industrializado”, cuja Capital – a cidade de Curitiba - se destaca no cenário brasileiro como “cidade modelo”, símbolo de modernidade e experiências inovadoras de planejamento e gestão¹⁰⁹.

Afirmando outras identidades através da valorização de “outras historicidades” – como diria Sahlins (1990) – o projeto turístico “Rota dos Tropeiros” exalta “marcas” da “vida campeira” relacionadas a uma outra contextualização histórica e com outras formas de engajamento na “vida

¹⁰⁸ Palestra proferida por Prof. Dr. José Guilherme C. Magnani, no 1º Seminário de Patrimônio Imaterial - Cidade de Curitiba, setembro de 2006.

¹⁰⁹ Entre tantos atributos relacionados à cidade, destacamos: “melhor sistema de transporte urbano do Brasil”, conjunto de edifícios modernos, concebidos por arquitetos renomados, limpeza pública “impecável”, separação “correta” do lixo, consciência ecológica no planejamento urbano, “excepcional” qualidade de vida, etc.

moderna”. Retomando oposições “clássicas” como cidade X campo, urbano X rural, modernidade X tradição, “inventar-se¹¹⁰”, a partir de uma nova significação de itens associados ao “Tropeirismo” – como certas atividades e práticas “típicas” do ambiente rural (não necessariamente exclusivas ao “Tropeirismo”), a exemplo das propostas para se fazer cavalgadas e “descobrir o caubói que existe dentro de você” ou degustar uma costela preparada em “fogo de chão” - uma “identidade” própria e específica para a região dos Campos Gerais.

A “Rota dos Tropeiros” promove uma outra representação da “vida moderna”, propondo uma articulação (e não se trata de mera complementaridade, mas de superposição) de elementos da vida rural e da vida urbana: as pousadas, por exemplo, oferecem “todo o conforto que você merece” ou “todo o conforto de sua casa”, com “camas *box-spring*, chuveiros a gás e elétricos, aquecedores, ventiladores”, e ainda, “roupas de cama e banho em algodão puro, cobertas e travesseiros de primeira linha”, além de “videokê e salas de conferência”, além da possibilidade de realizar a “ordenha do gado” e as cavalgadas por trilhas com observação de pequenos animais silvestres.

O projeto “Rota dos Tropeiros” não pretende, portanto, “reviver”, mas criar oportunidades para se experimentar – por meio de práticas de lazer – a “vida campeira”, categoria que abarca outras formas de representação da “vida rural”.

¹¹⁰ Por “invenção”, refiro-me às estratégias de seleção, gestão e imposição de determinada memória coletiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANTES, Antonio A. (1997), "A guerra dos lugares", in C. Fortuna (org.), *Cidade, cultura e globalização: ensaios de sociologia*. Oeiras, Celta Editora.
- _____. (2000), *Paisagens paulistas: transformações do espaço público*. Campinas, Ed. Unicamp.
- AUGÉ, Marc. (1994), "Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade". São Paulo, Papirus Editora.
- BANDUCCI Junior, Álvaro. (2005), "Turismo e antropologia no Brasil: estudo preliminar", in A. Banducci Jr. E M. Barreto (orgs.), *Turismo e identidade local*. Campinas, Papirus.
- BENJAMIN, Walter. (1997), "Paris, capital do século XIX", in C. Fortuna (org.), *Cidade, cultura e globalização: ensaios de sociologia*. Oeiras, Celta Editora.
- BOURDIEU, Pierre. (1989), "O poder simbólico". Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. (2000), "Cidades de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo". São Paulo, Editora 34.
- CANCLINI, Nestor Garcia. (2000), "Culturas híbridas". São Paulo, Edusp.
- CLIFFORD, James. (2000), "Culturas viajantes", in A. Arantes (org.), *O espaço da diferença*. Campinas, Papirus.
- DA MATTA, Roberto. (1997), "A casa & a rua; espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil". Rio de Janeiro, Editora Rocco.
- DELGADO, Andréa Ferreira. (2005), "Goiás: a invenção da cidade "Patrimônio da Humanidade", in *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p.113-143.
- FEATHERSTONE, Mike. (1997), "Culturas globais e culturas locais", in C. Fortuna (org.), *Cidade, cultura e globalização: ensaios de sociologia*. Oeiras, Celta Editora.

FONSECA, Maria Cecília Londres. (2005), “O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil”. Rio de Janeiro, Editora UFRJ/Minc – IPHAN.

FORTUNA, Carlos. (1997), “As cidades e as identidades: narrativas, patrimônios e memórias”, *in* Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, n.33, p.128-141.

_____. (1997a), “Destradicionalização e imagem da cidade: o caso de Évora”, *in* C. Fortuna (org.), *Cidade, cultura e globalização: ensaios de sociologia*. Oeiras, Celta Editora.

_____. (1997b), “Introdução: sociologia, cultura urbana e globalização”, *in* C. Fortuna (org.), *Cidade, cultura e globalização: ensaios de sociologia*. Oeiras, Celta Editora.

GOLDMAN, Marcio. (1999), “Lévi-Strauss e os sentidos da História”, *in* Revista de Antropologia, São Paulo, v. 42, n.1.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. (1988), “Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais” *in* Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, p. 264-275.

_____. (1996), “A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil”. Rio de Janeiro, Editora UFRJ: IPHAN.

GUPTA, Akhil e FERGUSON, James. (2000), “Mais além da “cultura”: espaço, identidade e política da diferença”, *in* A. Arantes (org.), *O espaço da diferença*. Campinas, Papirus.

HOBBSAWM, Eric. (1997), “A invenção das tradições”, *in* E. Hobsbawm e T. Ranger (org.), *A invenção das tradições*. São Paulo, Paz e Terra.

KAISER, Jaksam. (2006), “Aventura no Caminho dos Tropeiros”. Florianópolis, Editora Letras Brasileiras.

KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. (2000), “Os rituais de tombamento e a escrita da História”. Curitiba, Editora da UFPR.

_____. (2006), “A Lapa e o Tropeirismo”. Curitiba, Total Editora Ltda: IPHAN.

LEITE, Rogério Proença. (2005), “Patrimônio e consumo cultural em cidades enobrecidas”, *in* Revista Sociedade e Cultura, v. 8, n° 2.

MACHADO, Brasil Pinheiro. (1963), “Formação da estrutura agrária tradicional dos Campos Gerais”, *in* Boletim da Universidade do Paraná, Curitiba, n.3.

MAGNANI, José Guilherme. (2006), Palestra proferida no 1º Seminário de Patrimônio Imaterial-Cidade de Curitiba, Curitiba (transcrição da pesquisadora).

_____. (1991), “Levantamento de informações para planejamento urbano”, Curitiba.

MENEZES, Ulpiano Toledo Bezerra de. (2000), “A paisagem como fato cultural”, in E. Yázigi, *Turismo e paisagem*. São Paulo, Contexto.

POLINARI, Marcelo. (1989), “Tropeirismo: um modo de vida”. Cadernos do Patrimônio, Secretaria de Estado da Cultura, Coordenadoria do Patrimônio Cultural, Curitiba.

SAHLINS, Marshall. (1997), “O ‘pessimismo sentimental’ e a experiência etnográfica: porque a cultura não é um ‘objeto’ em via de extinção”, in MANA 3(1): p. 41-73, e 3(2), p. 103-150.

_____. (1990), “Ilhas de história”. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

SANTOS, Mariza Veloso Motta. (1996), “Nasce a Academia SPHAN”, in Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 24, p.77-95.

SIMMEL, Georg. (1997), “A metrópole e a vida do espírito”, in C. Fortuna (org.), *Cidade, cultura e globalização: ensaios de sociologia*. Oeiras, Celta Editora.

SOUZA, Abelardo. (1978), “Arquitetura do Brasil: depoimentos”. São Paulo, Edusp.

SUPRINYAK, Carlos Eduardo e MARCONDES, Renato Leite. (2007), “Movimentação de tropas no centro-sul da colônia: aspectos estruturais do mercado de animais na segunda metade do século XVIII”, in Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n 40.

TRINDADE, Jaelson Bitran. (1992), “Tropeiros”. São Paulo, Editoração Publicações e Comunicações Ltda.

YÁZIGI, Eduardo. (2000), “A importância da paisagem”, in E. Yázigi, *Turismo e paisagem*. São Paulo, Contexto.

WIRTH, Louis. (1997), “O urbanismo como modo de vida”, in C. Fortuna (org.), *Cidade, cultura e globalização: ensaios de sociologia*. Oeiras, Celta Editora.

ZUKIN, Sharon. (2000), “Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder”, in A. Arantes (org.), *O espaço da diferença*. Campinas, Papirus.

_____. (2000), “Paisagens do século XXI: notas sobre a mudança social e o espaço urbano”, in A. Arantes (org.), *O espaço da diferença*. Campinas, Papirus.